

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC SP

Aly David Arturo Yamall Orellana

A Produção Acadêmica em Educação Escolar Indígena no Brasil:
autorias, tendências e perspectivas -1980 a 2017

Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade

São Paulo
2019

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC SP

Aly David Arturo Yamall Orellana

A produção acadêmica em Educação Escolar Indígena no Brasil:
autorias, tendências e perspectivas -1980 a 2017

Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de DOUTOR em Educação: História, Política, Sociedade, sob orientação da Profa. Dra. Circe Maria Fernandes Bittencourt.

São Paulo
2019

Banca Examinadora

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução parcial ou total desta tese por processos de fotocópias ou eletrônicos.

São Paulo, 28 de janeiro de 2019.

À minha mãe, Linda Rosa Orellana Velarde, por ser minha inspiração e motivação para
realizar este doutorado.

Aos povos originários da América Latina, em especial à nação Guarany, da qual tenho
orgulho de ser descendente.

BOLSISTA CNPQ - PROCESSO N. 140599/2016-9

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial à minha mãe e ao meu irmão, pelo incentivo e por ter priorizado minha educação, mesmo em momentos difíceis.

Aos meus amigos do lado esquerdo do peito, por compartilharem de minhas lutas políticas, conquistas, inspirações e devaneios intelectuais.

À Prof^a. Dr^a. Circe Maria Fernandes Bittencourt, por sua orientação e incentivo para realizar minha pesquisa sobre a produção acadêmica em educação escolar indígena.

Aos professores(as) do Programa de Pós-graduação em Educação: história, política, sociedade, pelas orientações e discussões durante as aulas que serviram de incentivo para o amadurecimento intelectual.

À Betinha (Júnior), secretária do programa EHPS, pela sua imprescindível e prestativa colaboração.

E a todos que direta e indiretamente, têm participação na construção deste estudo.

“Nossas terras são invadidas, nossas terras são tomadas, os nossos territórios são invadidos... Dizem que o Brasil foi descoberto; o Brasil não foi descoberto não, Santo Padre. O Brasil foi invadido e tomado dos indígenas do Brasil. Essa é a verdadeira história que realmente precisa ser contada.”

Marçal Tupã'i, líder Guarani-Nhandeva

ORELLANA, A. D. A. Y. 2019. A produção acadêmica em Educação Escolar Indígena no Brasil: autorias, tendências e perspectivas -1980 a 2017. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade). São Paulo: PUCSP – Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: História, Política, Sociedade.

RESUMO

A tese dirige o olhar para a produção acadêmica em Educação Escolar Indígena no período de 1980 a 2017, e se origina da hipótese de que as pesquisas são muito abrangentes e são realizadas por diferentes áreas do conhecimento, não sendo exclusividade do campo da Educação, além de que devem possuir diferentes referenciais teóricos e métodos de pesquisa. Tem como objetivo: identificar e avaliar as tendências da produção acadêmica sobre educação escolar indígena, considerando temáticas, autorias, ênfases e aspectos distributivos no tempo e no espaço. Desta maneira, a partir dos dados obtidos pelo levantamento e balanço bibliográfico, busca-se subsidiar futuras pesquisas que investiguem processos de escolarização dos povos originários. As categorias analíticas utilizadas para este estudo foram: 1) Quem produz - indígenas e não indígenas; 2) Os lugares da produção – quais os programas e as instituições em que têm sido produzidas essas pesquisas, regiões e períodos; 3) Quais os problemas centrais que estão sendo investigados? São pesquisas mais gerais, históricas ou estudos de casos? 4) Como têm sido produzidas - possuem financiamento ou não? A pesquisa denominada bibliográfica, realizou uma metodologia de caráter inventariante e descritiva do tipo Estado da Arte para identificar, principalmente: os temas relevantes, emergentes e recorrentes, os lugares e os referenciais teóricos e metodológicos introduzidos ao longo dos diversos trabalhos analisados, assim como as concepções que têm fundamentado a educação escolar indígena no Brasil. O banco de dados está constituído de 485 teses e dissertações, provenientes de diversas áreas do conhecimento e, também, foram sistematizados em quadros os artigos e livros decorrentes dessas pesquisas, com a finalidade de saber como é realizada a disseminação do conhecimento produzido pelas teses e dissertações, uma vez que são de circulação mais restrita.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena; Balanço Bibliográfico; Mapeamento Bibliográfico; Autorias.

ORELLANA, A. D. A. Y. 2019. The academic production in Indigenous Scholar Education in Brazil: authorship, trends and perspectives - 1980 to 2017. Thesis (Doctorate in Education: History, Politics, Society). São Paulo: PUCSP. Program of Postgraduate Studies in Education: History, Politics, Society.

ABSTRACT

This thesis approaches the academic production on Indigenous School Education from 1980 to 2017. It is grounded on the hypothesis that researches on the theme are very comprehensive and carried out by different areas of knowledge; thus, they are not limited to the Education field. Moreover, they must have different theoretical framework and research methods. It aims at identifying and evaluating studies' trends regarding Indigenous School Education, comprehending themes, authorships, emphasis and distributive aspects in time and space. Therefore, from data obtained by the survey and mapping of bibliographic records, this study may subsidize future researches that intend to investigate native peoples' schooling processes. The analytical categories used for this study were: 1) the ones who produce - indigenous and nonindigenous; 2) places of production - what programs, institutions, regions and periods in which those researches were produced; 3) what are the central problems being investigated? Are these researches more general, historical, or case studies? 4) how have they been produced - are they funded or not? This is a bibliographical research; an inventorial and descriptive methodology has been applied, which can be characterized as State of Art, in order to identify, mainly, emergent and recurrent relevant themes, places and theoretical and methodological frameworks within the various analyzed studies, as well as conceptions which have sustained indigenous school education in Brazil. Database is constituted of 485 theses and dissertations from different areas of knowledge. Papers and books resulted from those researches have also been analyzed and systematized in tables with the purpose of getting to know how knowledge produced by theses and dissertations is distributed, regarding the fact that they have restricted circulation.

Keywords: Indigenous Scholar Education; Mapping of Bibliographic records; Bibliographic Mapping; Authorships.

SUMÁRIO

Introdução.....	p.17
Capítulo I: Educação escolar indígena como objeto de pesquisa.....	p.37
1.1.Percurso histórico da educação indígena para uma educação escolar indígena.....	p.37
1.2. Momentos da História escolar indígena.....	p. 46
1.3. Balanços bibliográficos sobre educação escolar indígena.....	p.54
Capítulo II: Lugares e pesquisadores da educação escolar indígena.....	p. 58
2.1. Mapa da produção: onde?.....	p. 58
2.2.Quem são os pesquisadores e os programas de pós-graduação.....	p.71
Capítulo III: Tendências e circulação da produção sobre educação escolar indígena.....	p.85
3.1. Principais temáticas e abordagens teórico-metodológicas.....	p.86
3.2. O que dizem os pesquisadores indígenas.....	p.94
3.3.Circulação das pesquisas sobre educação escolar indígena: 1980 - 2017.....	p.100
Considerações finais.....	p.116
Referências bibliográficas.....	p.120
Anexos.....	p. 126

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPAE - Associação Nacional de Política e Administração da Educação
ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CGEEI - Coordenação Geral da Educação Indígena
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
CNE - Conselho Nacional de Educação
CONEEI - Conferência Nacional da Educação Escolar Indígena
DH - Departamento de História
EEI - Educação Escolar Indígena
EHPS - Educação: História, Política, Sociedade
FCC - Fundação Carlos Chagas
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
FURB-SC - Universidade Regional de Blumenau
GPEIN - Grupo de pesquisa Educação e Interculturalidade
IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IES - Instituição de Ensino Superior
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LACED - Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LALI - Laboratório de Línguas Indígenas
LI - Língua Indígena
LP - Língua Portuguesa
MEC - Ministério da Educação e Cultura
MARI – Grupo de Educação Indígena da USP
NEPPI - Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas
OEEI - Observatório da Educação Escolar Indígena
ONG - Organização Não Governamental
PPG - Programa de Pós-Graduação

PPGE - Programa de Pós Graduação em Educação
PROESI - Programa de Educação Superior Indígena Intercultural
PROLIND - Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas
PUC-RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RCNEI (Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígena)
SESu - Secretaria de Ensino Superior
SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SICAPES - Sistema Integrado CAPES
SIL - Summer Institute of Linguistics
SPI - Serviço Nacional de Proteção ao Índio
TCC - Trabalhos de Conclusão de Curso
TEEs - Territórios Etnoeducacionais
TIs - Terras Indígenas
UCDB-MS - Universidade Católica Dom Bosco - Mato Grosso do Sul
UEA-AM - Universidade do Estado do Amazonas
UEL-PR - Universidade Estadual de Londrina
UEM-PR - Universidade Estadual de Maringá
UEMS-MS - Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFAC - Universidade Federal do Acre
UFAL - Universidade Federal de Alagoas
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UF do Amazonas - Universidade Federal do Amazonas
UFC - Universidade Federal do Ceará
UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFG - Universidade Federal de Goiás
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados
UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMA - Universidade Federal do Maranhão
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso
UFPB - Universidade Federal da Paraíba
UFPA - Universidade Federal do Pará
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
UFPR - Universidade Federal do Paraná
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos
UFSE - Universidade Federal de Sergipe
UFSM-RS - Universidade Federal de Santa Maria
UFT-TO - Universidade Federal do Tocantins
UFU - Universidade Federal de Uberlândia
UNB - Universidade de Brasília
UNEB-BA - Universidade do Estado da Bahia
UNEMAT - Universidade Estadual do Mato Grosso
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Unicamp - Universidade Estadual de Campinas
UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo
UNIMEP-SP - Universidade Metodista de Piracicaba
UNIR-RO - Fundação Universidade Federal de Rondônia
UNISINOS-RS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNOESTE-SP - Universidade do Oeste Paulista
USP - Universidade de São Paulo

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1: Teses sobre o tema Educação Escolar Indígena - 1980 a 2017.....p.126
Anexo 2: Dissertações sobre o tema Educação Escolar Indígena - 1980 a 2017.....p.132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição de teses e dissertações sobre Educação Escolar Indígena em Instituições de Ensino Superior do Brasil - de 1980 a 2017.....	p.59
Tabela 2: Distribuição das dissertações e teses sobre educação indígena por programa de pós-graduação (1980/2017).....	p.64
Tabela 3: Distribuição das produções por ano (1980/2017).....	p.67
Tabela 4: Distribuição da produção agregada de dissertações e teses, de acordo com período e região, 1981-2017, Brasil.....	p.83
Tabela 5: Distribuição de Teses em Educação Escolar Indígena, de acordo com programas de Pós-graduação, 2011-2017, Brasil.....	p.92
Tabela 6: Distribuição das publicações científicas em Educação Escolar Indígena de acordo com período e gênero, 1980-2017, Brasil.....	p.115

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Descrição das orientações docentes em nível de <i>stricto sensu</i> , de acordo com a área de formação, linha de pesquisa e programa na UFAM/AM, durante o período de 1980 a 2017.....	p.72
Quadro 2: Descrição das orientações docentes em nível de <i>stricto sensu</i> , de acordo com a área de formação, linha de pesquisa e programa na PUC/SP, durante o período de 1980 a 2017.....	p.73
Quadro 3: Descrição das orientações docentes em nível de <i>stricto sensu</i> , de acordo com a área de formação, linha de pesquisa e programa na USP, durante o período de 1980 a 2017.....	p.75
Quadro 4: Descrição das orientações docentes em nível de <i>stricto sensu</i> , de acordo com a área de formação, linha de pesquisa e programa na UCDB/MS, durante o período de 1980 a 2017.....	p.77
Quadro 5: Descrição das orientações docentes em nível de <i>stricto sensu</i> , de acordo com a área de formação, linha de pesquisa e programa na UNICAMP, durante o período de 1980 a 2017.....	p.78
Quadro 6: Descrição das orientações docentes em nível de <i>stricto sensu</i> , de acordo com a área de formação, linha de pesquisa e programa na UFMT, durante o período de 1980 a 2017.....	p.79

Quadro 7: Descrição das orientações docentes em nível de <i>stricto sensu</i> , de acordo com a área de formação, linha de pesquisa e programa na UFSC/SC, durante o período de 1980 a 2017.....	p.80
Quadro 8: Descrição das orientações docentes em nível de <i>stricto sensu</i> , de acordo com a área de formação, linha de pesquisa e programa na UNB, durante o período de 1980 a 2017.....	p.82
Quadro 9: Descrição dos temas mais investigados nas Teses de educação escolar indígena, 2011-2017, Brasil.....	p.93
Quadro 10: Dissertações sobre Educação Escolar Indígena defendidas por indígenas (1996-2017).....	p.95
Quadro 11: Teses sobre Educação Escolar Indígena defendidas por indígenas (2009-2017).....	p.97
Quadro 12: Artigos sobre a educação escolar indígena - 1980-2017.....	p.101
Quadro 13: Livros e coletâneas sobre educação indígena (1981-2017).....	p.106
Quadro 14: Dossiês sobre educação indígena (1981-2017).....	p.112

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição da produção de dissertações e teses de acordo com regiões e Brasil (1980 - 2017).....	p.62
Gráfico 2: Tendência da produção de Teses sobre educação escolar indígena, de acordo com região, Brasil e períodos.....	p.63
Gráfico 3: Distribuição da produção de teses de doutorado de acordo com estado, período de 1993-2017, Brasil.....	p.64
Gráfico 4: Distribuição média da produção de dissertações de mestrado, de acordo com período, 1990-2017, Brasil.....	p.68
Gráfico 5: Distribuição média da produção de teses de doutorado, de acordo com período, 1991-2017, Brasil.....	p.69

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa resulta da minha trajetória pessoal e acadêmica a partir da entrada no curso de graduação em Letras na Universidade Federal de Rondônia – UNIR e do meu ingresso no mestrado e, posteriormente, no doutorado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O interesse pela temática da Educação Escolar Indígena nasceu de uma dupla motivação: a primeira se refere à minha trajetória pessoal e de graduação, e, posteriormente, foi decorrente da experiência acadêmica junto aos projetos sobre a educação e história indígena no Programa de Pós-graduação *Educação: História, Política, Sociedade* - EHPS - da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Nascido na Amazônia boliviana e criado, desde os 07 anos de idade, no contexto urbano amazônico, na cidade de Porto Velho, capital do estado de Rondônia, a cultura indígena sempre esteve presente como pano de fundo nas minhas vivências enquanto *amazônida*.

Essa identificação com a cultura indígena, embora muitas vezes tenha sofrido tentativas de apagamento cultural, seja pela negação da identidade indígena por grande parcela da sociedade local e nacional, ou pela educação etnocêntrica da rede de ensino, manteve-se forte não apenas nos traços físicos mestiços como, também, na identidade cultural, a qual foi sendo reafirmada, inicialmente, durante a graduação do curso de Letras, realizada no período de 1998 a 2002, no qual tive a oportunidade de me aproximar da temática através da participação de seminários de pesquisas e outras atividades acadêmicas que abordavam a educação escolar indígena em que foram estabelecidos diálogos com professores/pesquisadores e colegas dos cursos de Letras, História e Geografia.

Concomitante ao curso de Letras, tive a oportunidade de viajar pelo Brasil e alguns países da América Latina, vivência que me possibilitou ter uma dimensão maior sobre a realidade das populações indígenas e constatar que, apesar de todo o apagamento cultural sistemático sofrido historicamente pelos povos originários, havia diversas formas de resistência e de (re)afirmação cultural acontecendo em diferentes lugares e que a educação constituía um instrumento de luta e resistência dos povos originários.

A partir dessa experiência na graduação, o interesse pela temática foi aguçado de tal forma que senti a necessidade de aprofundar meus estudos sobre a educação escolar indígena. O caminho escolhido foi o da pós-graduação, no curso de mestrado em Educação, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da professora Dra. Circe

Maria Fernandes Bittencourt, constituindo-se como a segunda motivação para a realização desta pesquisa de doutorado.

O referido mestrado foi realizado no período de 2009 a 2011, cujo tema foi a Formação de Professores Indígenas em Rondônia: a interculturalidade e seus desafios. A experiência do mestrado na academia não apenas contribuiu para um aprofundamento teórico, como, também, para uma afirmação e identificação com a cultura indígena, proporcionada através do diálogo com diferentes povos indígenas e pesquisadores indígenas e não indígenas em diferentes oportunidades e contextos.

O objetivo principal da pesquisa foi identificar como o Projeto Açaí¹ trabalhou com a interculturalidade² no processo de formação de professores indígenas, considerando os diferentes sujeitos envolvidos no processo. Inicialmente analisou-se o processo de elaboração do Projeto pelos órgãos oficiais do Estado de Rondônia e como foi efetivado no currículo. Em seguida realizou-se a análise da interculturalidade no Projeto Açaí e suas condições em desenvolver práticas interculturais, destacando o bilinguismo e a produção didática, problematizando a atuação dos professores formadores no curso, considerando-se a complexa relação entre os conhecimentos indígenas e os ocidentais no processo educacional.

Além da análise documental, a pesquisa preocupou-se em apresentar uma avaliação dos professores indígenas sobre o Projeto por intermédio de depoimentos e de questionário, articulando a visão dos professores indígenas aos documentos e textos oficiais. Constatou-se que, na prática, o Projeto Açaí não conseguiu superar totalmente o interculturalismo funcional³, apesar de constar na sua fundamentação teórica uma concepção de interculturalismo crítico⁴. Percebeu-se na análise das entrevistas dos Professores Indígenas quão grande era a vontade que esses educadores demonstravam em fazer de suas escolas e de seus atos educacionais processos formadores que expressassem a afirmação de suas culturas, bem como em discernir, em cada momento histórico, o porquê e o para quê de suas ações pedagógicas. Mas também constaram que o curso e a convivência com outros povos permiti-

¹ Curso de Magistério Indígena realizado entre 1998 e 2004, desenvolvido no estado de Rondônia pela Secretaria de Estado da Educação.

² A interculturalidade na educação é uma proposta pedagógica que busca desenvolver relações de cooperação, respeito e aceitação, entre diferentes culturas e sujeitos, visando dessa forma, preservar as identidades culturais, com o objetivo de propiciar a troca de experiências e o enriquecimento mútuo.

³ Busca o diálogo sem considerar as causas da assimetria cultural. Postula o diálogo intercultural sem dar o devido peso à situação subalterna em que vivem as sociedades chamadas minoritárias, onde o discurso sobre a pobreza é substituído pelo discurso sobre a cultura.

⁴ Discute as causas da assimetria cultural, baseia-se no direito a uma cidadania intercultural, a uma cidadania indígena. Busca a descolonização do saber, ou seja, combater a imposição cultural do ocidente.

lhes valorizar mais suas culturas, fornecendo-lhes elementos pedagógicos para atuação em sala de aula (ORELLANA, 2011, p. 71).

Ainda durante a realização do mestrado, no ano de 2010, a referida pesquisa integrou-se ao projeto *Momentos e Lugares da Educação Indígena: memória, instituições e práticas escolares*, desenvolvido pelo Programa EHPS (Educação: História, Política, Sociedade) da PUC/SP; pelo DH (Departamento de História) da USP e da UNIFESP–Guarulhos, coordenado pela professora Circe Maria Fernandes Bittencourt. O Projeto constituiu-se por pesquisas vinculadas à história da educação escolar indígena, privilegiando as ações escolares no processo de contato, analisando aspectos de integração, negociação e criação de formas educacionais a partir do período de colonização europeia aos dias atuais.

Tinha como objetivos gerais contribuir para a formação de especialistas na área de educação indígena incluindo pesquisadores de origem indígena; ampliar e inovar pesquisas sobre a história da educação indígena, situando os povos indígenas como centro do processo de confronto entre a educação indígena tradicional e a educação escolar específica para os indígenas; desenvolver atuações para a formação de professores indígenas por intermédio da produção de material didático de maneira a redimensionar o currículo em seus fundamentos epistemológicos de caráter intercultural.

As pesquisas de mestrados e doutorandos foram favorecidas pela possibilidade de deslocamentos para as aldeias, situadas em diversas regiões do país. Por intermédio das pesquisas constatou-se diferentes situações vivenciadas em escolas indígenas, possibilitando a identificação de condições cotidianas do trabalho dos professores e alunos, além das formas de interferência das autoridades educacionais locais (estaduais e municipais). Foi possível constatar uma série de dificuldades para elaboração, pelos professores indígenas, de um currículo diferenciado, muitas vezes entendido apenas como possibilidade de se ensinar na língua materna, mas sem aprofundamento sobre os conteúdos escolares que eram tratados de maneira semelhante, na maioria das vezes, ao das escolas urbanas.

Embora os professores indígenas tentassem fazer a articulação entre o conteúdo diferenciado, que envolve a preservação das tradições, por meio do incentivo às novas gerações do contato e vivência com a cultura de origem, inclusive contando com o apoio constante dos pajés e membros mais velhos da comunidade, a sistematização de todo esse conhecimento e a articulação com os conhecimentos da cultura ocidental têm sido prejudicada pela formação insuficiente e por vezes inadequada dos professores indígenas, dos seus

formadores e dos demais agentes envolvidos com a educação escolar indígena. Desta maneira, esta pesquisa de doutorado também se fundamenta na análise realizada durante a participação no referido projeto.

Os resultados decorrentes da pesquisa do mestrado e do projeto *Momentos e Lugares da Educação Indígena: memória, instituições e práticas escolares*, despertaram algumas inquietações relacionadas a outras temáticas sobre a Educação Escolar Indígena. Dentre essas inquietações, a produção acadêmica sobre a Educação Escolar Indígena me despertou um interesse especial, uma vez que pude constatar naquele momento, mesmo que de forma não sistematizada, que havia um crescimento constante de pesquisas, as quais se constituíam sob variados aspectos e abordagens, destacando a diferenciação do que se entende por *educação indígena* e *educação escolar indígena* e, também, considerando que os problemas educacionais das escolas indígenas são de diferentes naturezas e delimitados de formas diversas quanto aos grupos étnicos e locais envolvidos.

Desta maneira, passei a preocupar-me em situar de forma mais abrangente como essa produção estava sendo realizada, perguntando-me: o que, quem e como estão se produzindo esses trabalhos de investigação científica sobre a educação escolar indígena? A pesquisa do doutorado centrou-se, inicialmente, nesta perspectiva e, a partir de um levantamento prévio de publicações científicas sobre o tema, constatou-se que havia mais de 400 trabalhos de doutorado e mestrado, 65 artigos e 14 livros/coletâneas entre os anos de 1980 a 2017. Também foi constatado que havia trabalhos que realizaram balanços bibliográficos sobre o tema no Brasil e tais levantamentos indicaram o crescimento de interesse pela educação escolar indígena em diferentes centros universitários do país.

A partir destes levantamentos iniciais, a pesquisa de doutorado procurou aprofundar tais levantamentos sobre o tema *Educação Escolar Indígena*, por intermédio de um balanço mais extensivo no sentido de apresentar um mapeamento sobre autorias, lugares de produção científica e grupos indígenas investigados além de uma problematização sobre temáticas e fundamentos dos procedimentos teórico-metodológicos apresentados por teses, dissertações produzidas entre 1980 até 2017. E, em complementação a este balanço também, passaram a ser incluídas publicações científicas sobre educação escolar indígena e que expressam os momentos de debates sobre a constituição, percursos de implementação e confrontos políticos da educação escolar indígena entre as décadas de 1980 a 2017.

Buscando compreender o movimento da Educação Escolar Indígena, o presente

trabalho tem como foco a produção acadêmica das últimas décadas que versa sobre a temática. Seu objetivo é, a partir dos dados obtidos pelo levantamento e balanço bibliográfico, subsidiar futuras pesquisas que investiguem processos de educação intercultural que contenham em seu âmago os saberes e conhecimento dos e sobre os povos originários.

Nesse sentido, tornou-se necessário identificar os problemas e avanços da implementação educacional para as populações indígenas assim como verificar se essas produções estão alavancando novas questões para a consolidação de diferentes formas de implementação da Educação Escolar Indígena. Torna-se fundamental, considerando as atuais mudanças políticas em escala nacional, identificar as possibilidades que as pesquisas indicam no sentido de ultrapassar os entraves iniciais que, eventualmente ou de forma sistemática, interferem ou tem interferido na consolidação de projetos dos diferentes grupos indígenas envolvidos. Desta maneira, a pesquisa procura identificar, também, se as pesquisas estão contribuindo para a efetivação de uma educação escolar indígena, em seu sentido intercultural, segundo o projeto apregoado pelo MEC (Ministério da Educação) a partir da LDB (Lei de Diretrizes e Bases), da criação do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígena (RCNEI), dentre outras políticas educacionais do início do século XXI ou se ainda tem sido mantido o viés integracionista, dependentes das políticas locais. Neste sentido, ressaltamos que nesta pesquisa temos como pressuposto que concebemos como Educação Escolar Indígena o processo de escolarização dos povos indígenas, seja na educação básica como na superior, por intermédio dos quais sejam articulados os conhecimentos indígenas aos conhecimentos escolares da cultura letrada ocidental.

Por isso, esta pesquisa se propõe a apresentar e avaliar de forma sistemática a produção do conhecimento sobre o tema com o propósito de fornecer uma visão mais ampla do processo de pesquisas inovadoras do campo educacional brasileiro e, nesta perspectiva, indicar direções promissoras para novas investigações. Delimita-se, assim, a apresentar os temas centrais que têm sido selecionados, assim como as principais problemáticas abordadas pela pesquisa educacional sobre o assunto, destacando as tendências mais marcantes e os possíveis horizontes de expectativas apontados por essas pesquisas.

A centralidade das análises sobre as pesquisas em torno do tema Educação Escolar Indígena tem por princípios norteadores a delimitação, de imediato, de algumas problemáticas e conceitos. Bittencourt (2016), ao se referir à educação dos povos indígenas, apresenta a seguinte problematização: como conceber uma *história da educação indígena* distinta de uma

história da escolarização dos indígenas no Brasil? Para a autora, esses povos originários possuem uma história que remonta há milhares de anos em terras americanas, criaram formas educativas em seu processo de socialização e de reprodução de uma ordem social e cultural que constituem a “educação indígena”. Por outro lado, é importante destacar que a educação sempre esteve presente entre os povos indígenas. Melià (1979) afirma que, historicamente, os indígenas se reuniam no pátio da aldeia para ensinar e aprender. Os jovens ouviam os conselhos dos mais velhos. Não havia professor ou especialistas como exclusivos detentores do saber. A *observação* e a *imitação* faziam parte da aprendizagem processual, sem tempo determinado, sem avaliação e sem horário estipulado. Outra questão decorrente deste questionamento é tentar refletir e entender: em quais aspectos a educação indígena difere essencialmente dos processos educativos realizados ao longo da história de contato com as sociedades não indígenas? Tais questionamentos preliminares julgamos essenciais para uma melhor compreensão da *educação escolar indígena*, que, em princípio se pretende constituir nas últimas décadas e esta concepção de *educação escolar indígena* tem sido constituída historicamente em oposição à de *educação escolar para os indígenas*.

Predominou, desde o período colonial até meados dos anos 80, salvo algumas exceções, um projeto claro e explícito que norteou a Educação Escolar Indígena no Brasil: catequese e integração para a assimilação dos índios à sociedade colonial europeia e cristã, denominada como uma educação para as populações indígenas, sem a possibilidade de participação dos indígenas na formulação deste projeto educacional a não ser por intermédio de resistências diversas.

Contrastando com a concepção colonialista e etnocêntrica, surgem outras possibilidades que consideram a autonomia dos povos indígenas na condução de seus próprios projetos educacionais. A partir do final da década de 1970 e início da década de 1980, surgiram projetos alternativos, desenvolvidos pelo indigenismo não-oficial, com destaque para as Organizações Não-Governamentais (ONGs) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que concentraram suas ações na meta da autodeterminação destes povos.

No bojo do movimento de redemocratização⁵ do Brasil, houve uma mudança neste quadro, fruto das reivindicações das organizações indígenas e com auxílio de setores

⁵ Redemocratização é o termo usado para designar a abertura política brasileira para o governo civil. Trata-se, portanto, do período em que o Brasil recuperou as instituições democráticas que foram abolidas durante o regime militar, que foi instalado no país a partir de 1964, impondo desde o início um governo repleto de censura e repressão às instituições democráticas brasileiras.

progressistas da sociedade civil, os povos indígenas lograram ser reconhecidos na Constituição Federal de 1988, que assegurava às comunidades indígenas o direito a uma educação escolar diferenciada e à utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, denominada uma educação dos indígenas.

Cabe destacar que os índios deixaram de ser considerados como uma categoria social em vias de extinção a partir da Constituição de 1988 e passaram a ser reconhecidos como grupos étnicos diferenciados, com direitos para manter sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. Nesse contexto a educação torna-se uma das bandeiras de lutas das organizações e comunidades indígenas, que reivindicam do poder público a contratação de professores, construção de escolas e ampliação dos níveis de ensino.

A construção dessa nova política pública começou no ano de 1991: com a promulgação do decreto presidencial nº 26/91 (BR, 1991a) sobre o ensino escolar em áreas indígenas, atribuindo ao Ministério da Educação a coordenação das ações da educação escolar indígena em todos os níveis e modalidades de ensino. Ficou estabelecido que essas ações seriam desenvolvidas pelas secretarias estaduais de educação em possível cooperação com os municípios. Em decorrência desse decreto, o MEC passou a coordenar e apoiar a política de educação escolar a ser ofertada às comunidades indígenas, substituindo a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) na anterior exclusividade sobre esse trabalho enquanto política oficial. Com a publicação da Portaria Interministerial 559/91 (Br, 1991 b), que trata dos princípios norteadores da política para a Educação Escolar Indígena, institui-se no MEC o Comitê Nacional de Educação Escolar Indígena e, a partir daí, uma série de documentos orientadores da política educacional foram elaborados pelo MEC, por meio de equipes de assessores e consultores, índios e não-índios.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN de 1996 - vem completar a legislação educacional, emanada da Constituição de 1988. Nesta lei dois são os principais artigos que dão ênfase à questão da educação escolar indígena, localizadas no Título VIII – “Disposições Gerais”:

Conforme o art. 78, incisos I e II, da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996:

Art. 78 - O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos: I – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências; II – garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos

e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não índias (BRASIL, 1996, p. 27).

E conforme o art.79, §1º e §2º, incisos I a IV, da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996:

Art. 79 - A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa. § 1º - Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas. § 2º - Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos: I – fortalecer as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena; II – manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas; III – desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades; IV – elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado (BRASIL, 1996, p. 28).

A Resolução n.º 3, de 10 de novembro de 1999, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que fixa diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas define, em seu art. 2º, elementos básicos para a organização, a estrutura e o funcionamento da escola indígena, conforme os incisos I a IV, da citada Resolução:

Art. 2º - I. sua localização em terras habitadas por comunidades indígenas, ainda que se estendam por territórios de diversos Estados ou Municípios contíguos; II. exclusividade de atendimento a comunidades indígenas; III. o ensino ministrado nas línguas maternas das comunidades atendidas, como uma das formas de preservação da realidade sociolinguística de cada povo; IV. a organização escolar própria. (BRASIL, 1999).

No tocante às diretrizes sobre a Educação Escolar Indígena, temos o documento Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígena (RCNEI), publicado em 1998 pelo MEC e elaborado por uma equipe multidisciplinar, composta por especialistas universitários, representantes de organizações não governamentais e técnicos governamentais. É um documento de consulta dirigido aos professores indígenas, técnicos dos sistemas de ensino, pesquisadores e assessores que desenvolvem atividades com as escolas indígenas em todo o país. Seu conteúdo aborda a base legal e a história da educação escolar indígena no Brasil, além de trazer orientações curriculares para o trabalho nas séries iniciais do ensino fundamental. Podemos considerar que foi a principal publicação sobre as bases conceituais, metodológicas e didáticas produzidas pelo MEC.

Diante desta legislação e contexto histórico nos deparamos com algumas questões, tais como: em quais aspectos a educação escolar indígena se distingue da educação escolar convencional no Brasil? Como tem sido realizada essa educação diferenciada, intercultural e específica? Conforme é definida na legislação e nos documentos oficiais? Sendo assim, a

pesquisa se dedicará a analisar como essas questões são abordadas pelas investigações acadêmicas e produções bibliográficas selecionadas para este estudo dentro de um determinado contexto político educacional.

A discussão em torno do que seja a educação escolar indígena diferenciada é relativamente recente na história da Educação Brasileira, como foi apontado anteriormente, mas tem sido abordada de maneira intensa e, muitas vezes de forma acirrada, envolvendo acadêmicos, mas também o Movimento Indígena. Alguns autores, dentre eles Melià (1979) e Silva (1999), foram os que inicialmente se debruçaram sobre o tema. Uma questão fundamental que esses autores defenderam é a impossibilidade de haver um modelo único de educação diferenciada. Na impossibilidade de um modelo único, tem-se o desafio de organizar a educação escolar indígena de maneira a atender às necessidades locais de cada população.

Os desafios são vários, segundo afirmava Bartomeu Melià (1979), destacando que educação indígena se encontrava numa fronteira de sistemas e que a escola tem sido uma demanda histórica das populações indígenas, constituída sob diferentes interesses e perspectivas. Para Melià, a educação indígena pressupõe uma ação pedagógica fundamentada no princípio da alteridade, que leve em consideração a existência de uma pedagogia tradicional:

A ação pedagógica tradicional integra sobretudo três círculos relacionados entre si: a língua, a economia e o parentesco. São os círculos de toda cultura integrada. De todos eles, porém, a língua é o mais amplo e complexo. O modo como se vive esse sistema de relações caracteriza cada um dos povos indígenas. O modo como se transmite para seus membros, especialmente os mais jovens, isso é ação pedagógica (MELIÀ, 2000, p.13).

Tassinari (2001) caracteriza a escola indígena como uma fronteira entre mundos e realidades distintas e esta concepção de fronteira teve como base os estudos realizados por Gow (1991), nos quais destaca o significado que tem a organização escolar para os Piro, indígenas da região do baixo Urubamba, no Peru. Entre os achados de Gow, Tassinari (2001) destaca que, para os Piro, os conhecimentos advindos da escola lhes proporcionaram uma ruptura com o passado, quando eram explorados na atividade de extração de borracha. Desta maneira, a escola estaria colaborando para que tivessem um modo de vida “verdadeiro”, em que era possível o estabelecimento de alianças adequadas entre as famílias e a manutenção das relações de parentesco. Por conta de seu papel mediador de mundos e realidades distintos, os Piro compararam a escola ao xamanismo, já que o xamã é um mediador, que transita e

possibilita o contato entre os mundos sobrenatural e humano. Esta capacidade permite ao xamã lidar com forças poderosas que, ao mesmo tempo em que podem estabelecer o equilíbrio no interior da aldeia, carregam um potencial destrutivo (TASSINARI, 2001, p. 59).

Ao se referir à escolarização de populações indígenas, Silva (1999) afirma que um dos pressupostos básicos a serem considerados na concepção de Educação Escolar Indígena é o entendimento e a afirmação de que têm existido, historicamente, formas próprias de educação indígena e de que as pedagogias indígenas constituem valores fundamentais que devem também orientar os trabalhos escolares e a elaboração de uma política indígena de educação escolar. Assim, partindo dessa perspectiva, acreditamos que a escola não é concebida como lugar único de aprendizado, mas como um novo espaço e um novo tempo educativo que devem integrar-se ao sistema mais amplo de educação de cada povo.

Outro aspecto a ser levado em consideração no debate sobre educação escolar indígena diferenciada é o que está contido no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (BR,1998). No referido documento a interculturalidade figura como um dos princípios básicos da educação diferenciada para as populações indígenas que, por vezes, tem constituído uma incógnita para aqueles que estão à frente das políticas públicas indigenistas, dentre eles os coordenadores pedagógicos, professores indígenas e não indígenas. Há um consenso de que a educação indígena deve ser intercultural, porém não há consenso de como essa interculturalidade deve se aplicar no cotidiano das escolas nas aldeias.

Historicamente, a educação intercultural passou a ganhar cada vez mais espaço nos discursos e nas políticas públicas, principalmente a partir da década de 1970, quando a diversidade étnica e cultural se tornou foco de maior preocupação nos Estados Unidos e alguns países europeus. Segundo Azibeiro (2006), uma das primeiras formulações da concepção de educação intercultural está vinculada à declaração sobre a raça e sobre preconceitos raciais, documento da UNESCO de 1978, que propõe “uma educação para a paz e prevenção do racismo”. Esse documento entende a educação intercultural como condição estrutural da educação para sociedades multiculturais. A escola passou a ser vista como uma instituição fundamental nas políticas voltadas para as minorias. Assim, os governos passaram à proposta de educação intercultural como parte de suas políticas com relação aos grupos étnicos e nacionais presentes nos diversos países.

Como nos lembra Souza Santos (2003):

No diálogo intercultural, a troca não é apenas entre diferentes saberes, mas também entre diferentes culturas, ou seja, entre universos de sentido diferentes e, em grande medida, incomensuráveis (Souza Santos, 2003, p.443).

A educação intercultural é vista como instrumento de inclusão das minorias e de atribuição de poder às populações que estão às margens da cultura dominante. A ideia subjacente a essa visão é a de que, através do domínio tanto dos seus códigos específicos como dos códigos “ocidentais” ou nacionais, as minorias poderiam reivindicar um espaço na sociedade e na economia nacionais e globais.

Entretanto, como nos alerta Collet (2003), temos que ter cuidado ao utilizar este conceito para não cometermos equívocos, porque essa mesma ideia de diversidade pode ser utilizada para excluir e para manter os “pobres” à parte das oportunidades econômicas e políticas. Essa educação, que parece voltada para a tolerância e o respeito, na verdade, pode encobrir os profundos conflitos e as estruturas de poder. Por essa razão, precisa-se documentar e avaliar como as ideias ou a retórica da interculturalidade são traduzidas na prática, como no dia-a-dia da experiência escolar indígena.

O termo educação intercultural tem fundamentado inúmeros projetos educacionais dirigidos às populações indígenas no Brasil. Em muitos cursos de Magistério Indígena o termo é usado indiscriminadamente, apontando para a necessidade de se fazer uma distinção entre interculturalismo funcional e interculturalismo crítico, Silva (2008, p. 108).

Alguns autores, como Catherine Walsh (2002) e Walter Mignolo (1999), apresentam uma abordagem mais complexa sobre interculturalidade. Para eles, a interculturalidade deve ser entendida não como simples inter-relação entre culturas diferentes, e sim como um processo de construção de um “outro” conhecimento, de uma “outra” prática política, de um “outro” poder social; uma forma “outra” de pensamento em oposição à modernidade/colonialidade. Estes autores focam seus trabalhos na ideia da “descolonização do saber”, isto é, para eles, um povo não consegue sua autonomia apenas por meio do ato político de separação do Estado colonizador, pois é fundamental a elaboração de outra ideologia capaz de subverter as formas de pensar e agir que esse Estado impõe.

Desta forma, a educação intercultural não deve simplesmente apontar para o diálogo entre conhecimentos, mas para uma ruptura com o modelo de conhecimento da modernidade ocidental, assim como trazer à discussão a temática da desigualdade e relação de poder que muitas vezes são desconsiderados.

Trata-se, portanto, de uma temática integrante de concepção complexa sobre o sentido

da educação com base em culturas historicamente diversas entre oralidade e escrita, entre conhecimento dos sentidos e conhecimento livresco, entre tradição e inovação, os estudos relativamente recentes da História da Educação Brasileira, integram ou tendem a se constituir sob uma nova tendência na história educacional. Desta forma, a Educação Escolar Indígena tem se constituído sob várias perspectivas que demandam reflexões sobre os referenciais teóricos e metodológicos, assim como dos paradigmas que fundamentam essas análises. Por outro lado, existem outras questões a serem consideradas para a realização de uma pesquisa desta natureza. Uma delas é de que as pesquisas são muito abrangentes considerando a diversidade dos povos indígenas e diferentes formas de contato com a sociedade nacional e, tais investigações são realizadas por diferentes grupos de especialistas e áreas do conhecimento, não sendo exclusividade da área da Educação, e por esta característica de olhares plurais há, evidentemente, diferentes referenciais teóricos e metodológicos de pesquisa.

Diante de tal hipótese, neste estudo a análise de pesquisas acadêmicas, artigos científicos e livros, selecionados previamente a partir de critérios específicos e de recorte temporal, visa identificar os referenciais teóricos e metodológicos introduzidos ao longo dos diversos trabalhos, assim como situar as concepções que fundamentam a educação escolar indígena no Brasil. Também se preocupou em identificar como esta escolarização vem sendo realizada, considerando-se que nas últimas três décadas, inícios dos anos 80 até a atualidade, a reflexão sobre temas relacionados à educação escolar indígena vem ganhando acolhida significativa na universidade e já contamos com uma produção bibliográfica considerável sobre o tema. Essa constatação, de que a partir da década de 1980 estava aumentando a produção acadêmica, já era apontada pela pesquisadora Aracy Lopes da Silva:

A partir dos anos 80, o tema cresce em importância e visibilidade no mundo acadêmico, tornando-se mais frequentes as teses de mestrado (as de doutoramento são-lhe dedicadas só mais tarde, já nos anos 90), os artigos nas publicações científicas, os seminários e os GTs em congressos de Antropologia e Linguística (LOPES DA SILVA, 1995 apud CAPACLA, 1995, p.10).

Desde então, a Educação Escolar indígena passou a constituir-se como um campo de pesquisa. Sua abrangência e interfaces com outras áreas do conhecimento refletem-se na diversificada produção científica deste campo que, nos últimos anos, vem aumentando consideravelmente e apresentando reflexões desenvolvidas em nível de pós-graduação, produção esta distribuída em inúmeros programas pelo país e pouco divulgada. Este aumento na produção acadêmica podia ser notado no crescente número de artigos em publicações

científicas, nas coletâneas de artigos, especialmente dedicadas à Educação Indígena, na realização de seminários, grupos de trabalho e discussão em congressos e encontros científicos nas áreas de ciências sociais e educação (GRUPIONI, 2003, p. 199).

Levando-se em consideração que é a partir dos anos 80 que há um crescimento expressivo das pesquisas sobre educação escolar indígena, adotaremos como recorte temporal para esta pesquisa o período que compreende 1980 a 2017, momento em que se ampliam os cursos de pós-graduação no país nas áreas da ciências humanas em geral e, em particular, de educação.

Diante desse contexto, torna-se importante a sistematização dessa produção em aspectos quantitativos e qualitativos assim como a realização de um balanço bibliográfico em revistas e livros ao longo desse período. Desta maneira, no que se refere aos objetivos, a pesquisa se dedicará a apreender:

- a) Quais aspectos vêm sendo destacados e privilegiados pelos pesquisadores em diferentes momentos e lugares, considerando o panorama por regiões e instituições;
- b) Como vêm sendo produzidas as pesquisas e quais tendências teórico-metodológicas estão sendo utilizadas.

Segundo BUENO (2014, p.212), nos últimos 20 anos, realizaram-se progressivamente balanços sobre a produção científica em Educação, refletindo a maturidade que a área vem adquirindo, uma vez que toma sua própria produção como objeto de análise e crítica. O autor ressalta que esses trabalhos se estendem desde monografias de base, dissertações e teses, de caráter basicamente organizativo e descritivo da produção sobre determinado tema educacional, até produções de fundo, elaboradas por pesquisadores reconhecidos e de circulação em publicações diversas.

De acordo com Romanowski e Ens (2006), a intensificação das publicações acadêmicas causam certas inquietações e questionamentos que encaminham para a necessidade de um mapeamento que desvende o conhecimento já produzido e apontem os temas já pesquisados e as lacunas existentes.

Acreditamos que através dessa ordenação se permitirá a indicação das possibilidades de integração de diferentes perspectivas, aparentemente autônomas, a identificação de duplicações ou pontos que ainda precisam ser estudados, o que permite que novos pesquisadores se situem dentro de um campo temático no sentido de avançar sobre o conhecimento científico da área, no momento em que se vislumbram novas políticas

educacionais para os povos indígenas. Quais os “horizontes de expectativas” para esse campo de pesquisa educacional?

O levantamento bibliográfico, por outro lado, esbarrou em dificuldades. O referencial de estudos dessa natureza apresenta uma certa miscelânea entre os trabalhos denominados de estado da arte e estado do conhecimento. Para tanto, apresentamos inicialmente, nesta pesquisa, uma breve apresentação dos objetivos e características das pesquisas denominadas de “Estado da Arte” ou “Estado do Conhecimento”.

O termo Estado da Arte é uma tradução literal do inglês, e tem por objetivo realizar levantamentos do que se conhece sobre determinado assunto a partir de pesquisas realizadas numa determinada área (Romanowski e Ens 2006, p.40). Muitas vezes essas expressões são usadas como sinônimas e poucos autores arriscam fazer uma diferenciação, porém Magda Soares (2000, p.6) elucida que:

[...] estado do conhecimento caracteriza-se como um levantamento e uma avaliação da produção acadêmica e científica sobre o tema à luz, primordialmente, de categorias que identifiquem, em cada texto e no conjunto deles, as facetas sob as quais o fenômeno vem sendo analisado (SOARES, 2000, p.6).

Mesmo com a escassez de literatura que auxilie na definição do tipo desta pesquisa, acreditamos ser um trabalho dentro dos moldes do ‘Estado da Arte’, levando em consideração a conceituação de Romanowski e Ens (2006, p. 39-40):

Os estudos realizados a partir de uma sistematização de dados, denominada “estado da arte”, recebem esta denominação quando abrangem toda uma área do conhecimento, nos diferentes aspectos que geraram produções. Por exemplo: para realizar um “estado da arte” sobre “Formação de Professores no Brasil” não basta apenas estudar os resumos de dissertações e teses, são necessários estudos sobre as produções em congressos na área, estudos sobre as publicações em periódicos da área. O estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado vem sendo denominado de “estado do conhecimento” (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 39-40).

Logo, este estudo contempla de maneira geral as características apontadas abaixo por Romanowski e Ens (2006, p.39) quando afirmam que este tipo de pesquisa pode:

[...] significar um contribuição importante para o campo teórico de uma determinada área do conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que aponte alternativas de soluções para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de proposta na área focalizada ” (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 39).

Outra característica do Estado da Arte é seu caráter provisório. Por isso, são consideradas como pesquisas inconclusivas, isto é, não têm um ponto final. Segundo Soares e

Maciel (2000), essas pesquisas não podem e não devem ser conclusivas, visto que a ciência permanece em constante processo de mudança, no tempo e no espaço, ora privilegiando alguns aspectos, ora outros a depender do “estado” das questões estudadas em determinado momento. Cumprem, assim, a finalidade de ajudar os pesquisadores a clarificarem e delimitarem seus objetos de estudo.

Diferentes autores envolvidos com essa modalidade de pesquisa ressaltam a pertinência desses estudos que, mais do que realizar levantamentos das produções procuram o entendimento do conhecimento elaborado, acumulado e sistematizado a respeito de um determinado tema. A esse respeito, Guimarães (2011, p. 94) destaca que a pesquisa Estado da Arte “de caráter bibliográfico, objetiva realizar um balanço das respectivas áreas de conhecimento, com a finalidade de diagnosticar temas relevantes, emergentes e recorrentes”, e ainda “indica os tipos de pesquisa, organiza as informações existentes bem como localiza as lacunas existentes”.

Neste sentido, Ferreira (2002) enfatiza a relevância da pesquisa que utiliza o Estado da Arte como referencial metodológico, destacando a motivação do pesquisador, que é, segundo a autora, sustentado e movido pelo desafio de conhecer o já construído e produzido para depois buscar o que ainda não foi feito e depois divulgá-las, utilizando o levantamento e a avaliação do conhecimento sobre determinado tema. (Ferreira, 2002, p. 259). Para Martins (2011), o Estado da Arte é a fonte para a realização de outras pesquisas, pois organiza o conhecimento sobre os estudos realizados anteriormente. Ao disponibilizar, de forma ordenada, a produção científica de determinada área, constitui-se num dispositivo valioso para os pesquisadores responsáveis pelo encaminhamento de novos estudos.

O pesquisador ou pesquisadora que utilizar esse tipo de pesquisa deverá se atentar para alguns pontos, conforme explicitam Silva e Carvalho (2014, p. 349):

O recorte temporal e espacial nesse método é necessário porque as análises feitas referem-se a concepções e práticas presentes em determinados contextos sociais, políticos, econômicos, culturais etc. Outra característica é o recorte temático, pois serve para definir e delimitar o que se busca mapear, possibilitando aos/às pesquisadores/as ou fazerem análises aprofundadas, ou realizarem um panorama amplo sobre determinados temas. Ambas as características estão relacionadas com o tempo que o/a pesquisador/a terá para fazer os levantamentos e análises, e com a quantidade de colaboradores/as envolvidos no trabalho.

Assim, a pesquisa intitulada *Estado da Arte* realiza uma metodologia de caráter inventariante e descritiva de uma produção acadêmica e científica sobre um tema que pretende investigar, utilizando categorias selecionadas em cada trabalho e no conjunto dele

(FERREIRA, 2002, p. 258).

Ao realizar uma pesquisa bibliográfica com os aportes metodológicos do Estado da Arte, são necessários os seguintes procedimentos:

Definição dos descritores para direcionar as buscas a serem realizadas; localização dos bancos de pesquisas, teses e dissertações, catálogos e acervos de bibliotecas, biblioteca eletrônica que possam proporcionar acesso a coleções de periódicos, assim como aos textos completos dos artigos; estabelecimento de critérios para a seleção do material que compõe o corpus do estado da arte; levantamento de teses e dissertações catalogadas; coleta do material de pesquisa, selecionado junto às bibliotecas de sistema COMUT ou disponibilizados eletronicamente; leitura das publicações com elaboração de síntese preliminar, considerando o tema, os objetivos, as problemáticas, metodologias, conclusões, e a relação entre o pesquisador e a área; organização do relatório do estudo compondo a sistematização das sínteses, identificando as tendências dos temas abordados e as relações indicadas nas teses e dissertações; análise e elaboração das conclusões preliminares (ROMANOWSKI, 2002, p. 15 e 16).

Dessa maneira, a pesquisa denominada Estado da Arte contribui para a construção de uma memória sobre determinada área do conhecimento já que seleciona, descreve e organiza os dados das produções selecionadas, auxiliando na proposição de soluções aos desafios e/ou demandas que possam surgir (SILVA, CARVALHO, 2014).

É justamente nesse sentido que pretendemos caminhar, utilizando-se da metodologia do “Estado da Arte” para se ter elementos que possibilitem fazer uma apreciação crítica sobre a produção acadêmica e científica em Educação Escolar Indígena.

Uma vez entendido que esta pesquisa se constitui como um trabalho que se alimenta de outras produções, é preciso também registrar que os procedimentos utilizados para elaboração do levantamento e análise da produção acadêmica devem pautar-se pelo rigor metodológico tanto na seleção do material coletado como em sua análise. Desta forma, a visão panorâmica possibilitada pela organização de dados quantitativos permite identificar e acompanhar, qualitativamente, a trajetória e distribuição da produção científica de um determinado campo do conhecimento.

Para cumprir os propósitos aqui apresentados, inicialmente, empreendeu-se o procedimento de angariação das informações nos bancos de dados. O mapeamento das produções acadêmicas foi feito em quatro gêneros de publicação: artigos de periódicos, livros, teses e dissertações. No que diz respeito à escolha dos canais de comunicação utilizados para a busca, também, seguiram-se critérios de segurança e credibilidade das informações nelas contidas. Tomamos como base, preferencialmente, o Portal da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), uma vez que, no Brasil, os conhecimentos científicos produzidos nos meios acadêmicos passam por este órgão do Ministério da

Educação, fundado em 11 de julho de 1951, pelo decreto n 2974/51.

O acervo da CAPES pode ser acessado pelo site www.capes.gov.br, um portal público que disponibiliza informações sobre acontecimentos educacionais em diferentes dimensões do ensino superior, bem como as publicações de produções acadêmicas da pós-graduação de instituições públicas e privadas. Mantem *links* de acesso às produções acadêmicas em teses, dissertações, livros e periódicos.

A CAPES disponibiliza um canal de entrada, denominado Portal de Periódicos, que permite o acesso às publicações em periódicos, no qual as produções podem ser acessadas por intermédio de diferentes ferramentas de busca, como *assunto*, *período*, *base*, *título*, *área do conhecimento* e *busca avançada*.

Pelo portal da CAPES é possível ter acesso também ao sistema de avaliação SICAPES/WEBQUALIS (qualis.capes.gov.br), externo ao Sistema de Banco de Dados da própria CAPES. Esse sistema é utilizado para avaliar e classificar os periódicos produzidos nos programas de pós-graduação em âmbito nacional. No sistema WEBQUALIS encontram-se critérios técnicos de avaliação, aos quais os periódicos são submetidos, com a finalidade de garantir a qualidade das revistas científicas brasileiras.

Para a constituição do “corpus” desta pesquisa, as buscas foram divididas em três fases. Iniciamos uma busca de teses e dissertações sobre educação escolar indígena no Portal da CAPES, localizando-as por palavras-chave: “*educação escolar indígena*”, “*educação indígena*” e “*escola indígena*”, ampliando assim a possibilidade dos trabalhos a analisar. Nesse primeiro momento, tínhamos como objetivo selecionar apenas os trabalhos na íntegra e descartar os que possuísem apenas os resumos, foram encontrados 196 trabalhos na íntegra. Após essa busca constatou-se que a maioria das teses e dissertações não estavam acessíveis por completo e que se restringiam à apresentação dos resumos ou títulos. Diante desse fato, decidiu-se recorrer a outros bancos de dados com a finalidade de encontrar os referidos estudos na sua íntegra, assim, foi necessário acessar os repositórios institucionais das bibliotecas das IES (Instituição de Ensino Superior) e o BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), mantida pelo IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia) que integra o conhecimento produzido nas IES brasileiras e divulga os trabalhos produzidos em programas de pós-graduação do Brasil. Neste segundo momento das buscas empreendidas, foi localizada grande parte dos trabalhos que apenas figuravam com resumos no portal da Capes. Nesta perspectiva de busca de textos completos foi necessário

acessar os repositórios de cada Universidade e, em alguns casos, as páginas virtuais de Programas de Pós-Graduação. Neste segundo momento, foram localizados mais 136 trabalhos na íntegra. Para concluir a fase de buscas, contei com a colaboração de alguns colegas pesquisadores em educação escolar indígena que me forneceram alguns trabalhos completos que não havia conseguido acessar pelas buscas realizadas nos bancos de dados digitais anteriormente citados. Além do fato de ter conseguido fotocopiar 4 dissertações completas na biblioteca central da UNB (Universidade de Brasília) em 2017, por ocasião de um congresso de que participei. Ainda assim, faltaram alguns trabalhos a serem localizados na íntegra. Concluída a primeira fase de constituição do corpus de análise da pesquisa, chegamos ao número de 485 trabalhos de teses e dissertações a serem analisados, dos quais 332 trabalhos estão em formato digital e na íntegra, 4 fotocópias na íntegra e 149 que constam de títulos ou resumos.

A segunda fase de buscas constitui-se no levantamento dos artigos publicados em diversas revistas em especial. Estes foram localizados em diferentes plataformas digitais: a plataforma do *webqualis* da CAPES, nela privilegiaram-se os artigos científicos dos estratos A1, A2, B1, B2 e B3, disponíveis no site <http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>; por meio de pesquisa no Google Acadêmico, escolhido por ser uma ferramenta de busca na Web que recupera artigos, teses, livros e resumos revisados por especialistas, editores, organizações profissionais, universidades e outras entidades acadêmicas; por meio de pesquisa na biblioteca eletrônica SciELO, que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros.

A terceira fase de buscas constitui-se no levantamento dos livros, considerado como um importante canal de acesso à produção científica no campo das publicações, pois as editoras veiculam o que vem sendo produzido regularmente nos meios acadêmicos. Além das plataformas anteriormente citadas, para as buscas de livros usamos as referências bibliográficas encontradas nos trabalhos selecionados para este estudo.

Julgamos que os trabalhos aqui selecionados são estudos referenciais e convalidados por programas de pós-graduação credenciados pela CAPES, além de examinados pelo crivo de bancas compostas de pesquisadores experientes, em especial, quando nos referimos à produção oriunda de mestrandos e doutorandos. Desta maneira, após o término da constituição do corpus da pesquisa e procedimentos utilizados no levantamento dos dados, passamos a descrever a metodologia para a análise dos dados. Fez-se necessário a elaboração

de tabelas e quadros com base em quatro perguntas, organizadas em categorias:

- a) Quem produz – indígenas e não indígenas (qual a atuação profissional, ação política e acadêmica);
- b) Os lugares da produção – quais os programas e instituições em que tem sido produzidas essas pesquisas , regiões e períodos;
- c) Quais os problemas centrais que estão sendo investigados? São pesquisas mais gerais, históricas ou estudos de casos;
- d) Como têm sido produzidos – possuem financiamento ou não?

Tendo por base o exposto, esta pesquisa propõe-se a contribuir para a reflexão sobre os caminhos que as investigações têm percorrido nos últimos anos, com a possibilidade de uma pesquisa bibliográfica, que resultará em um balanço tendencial e mapeamento, na qual serão investigadas um número expressivo de publicações científicas, dissertações e teses sobre educação escolar indígena realizadas no Brasil. É importante registrar que este trabalho fundamenta-se em um levantamento sob características de um “Estado da Arte” sobre as produções acadêmicas e científicas na área da Educação Escolar Indígena nas últimas décadas, sem no entanto ter a pretensão de ser exaustivo, visto que privilegiamos alguns recortes de análise sobre o total das produções existentes no período analisado (1980-2017). Desta maneira, este trabalho optou por realizar um estudo descritivo que possibilite a análise de certos aspectos e particularidades referentes à área em questão.

Esta pesquisa foi organizada em três capítulos, além das considerações finais.

No primeiro capítulo é apresentado um percurso histórico sobre a educação desenvolvida para os povos indígenas no Brasil, com a finalidade de compreender como se constituiu a *educação escolar indígena* até se tornar objeto de pesquisa na academia. Em seguida é realizado um levantamento bibliográfico sobre trabalhos que fizeram balanços na área da educação escolar indígena, passando pelos primeiros até os mais recentes, levados a cabo em diferentes lugares e momentos.

No segundo capítulo apresento os *Lugares* onde as pesquisas são realizadas, as IES, os *sujeitos* que as realizam (orientadores e orientandos) inseridos nas áreas do conhecimento, quais são os programas de pós-graduação e dentro de quais linhas e grupos de pesquisas estão inseridas as produções acadêmicas assim como sua disseminação em publicações, eventos, etc.

No terceiro capítulo, denominado *Tendências e circulação da produção sobre*

educação escolar indígena, faremos uma sistematização dos dados com a finalidade de apontar quais são os períodos, regiões e povos indígenas contemplados nas pesquisas. Apresentamos os procedimentos metodológicos que os trabalhos têm utilizado, assim como os fundamentos teóricos que tem norteado as pesquisas. Outro ponto que destacamos refere-se às temáticas privilegiadas pelos trabalhos, identificando as mais estudadas assim como as possíveis lacunas existentes dentro das pesquisas em Educação Escolar Indígena.

Por fim, nas considerações finais apresentaremos as principais conclusões e possíveis contribuições deste estudo para o Estado da Arte na área da Educação Escolar Indígena, considerando o atual momento histórico da política educacional.

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA COMO OBJETO DE PESQUISA

O objetivo deste capítulo é apresentar o percurso histórico da educação escolar desenvolvida em áreas indígenas no Brasil e, desta maneira, compreender como se constituiu a educação escolar indígena até se tornar objeto de pesquisa na academia. O importante nesta parte é apresentar as concepções de educação indígena, educação para os indígenas e educação escolar indígena. Em seguida elencamos trabalhos que realizaram balanços bibliográficos sobre a educação escolar indígena, levados a cabo em diferentes lugares e momentos, com o objetivo de ressaltar como tais levantamentos indicaram as especificidades das pesquisas sobre esta etapa educacional e seu crescimento nas últimas décadas.

1.1. Percurso histórico da educação indígena para uma educação escolar indígena

A questão primordial apontada por estudos sobre história da educação escolar indígena refere-se à necessária distinção entre os processos tradicionais de socialização e de reprodução de uma ordem social vividos pelas sociedades indígenas - a “educação indígena” - dos processos educativos decorrentes das situações de contato, a “educação escolar indígena”. Outro ponto que merece uma reflexão é nos questionar se a educação escolar indígena começou efetivamente há aproximadamente 500 anos. Quais foram as políticas educacionais formuladas para essas populações ao longo da história de contato entre índios e não índios? Desta maneira, é sobre a “educação para o índio” que procuraremos refletir e entender como se deram as diversas situações de escolarização vividas pelos grupos indígenas, decorrentes das histórias de contato.

Podemos identificar alguns momentos da educação escolar para as sociedades indígenas até os dias atuais, sem necessariamente fazer uma divisão temporal fixa em etapas que, em princípio supera uma visão uniforme e cronologicamente linear que pode nos dar a ideia de que todo o passado colonial tenha sido de experiências negativas e que, no presente, todos os indígenas estão utilizando o espaço escolar como instrumento de luta e que tenham sido superados os problemas de uma educação colonizadora. Cabe ressaltar que, entendemos que os processos educacionais se sobrepõem, em certos momentos, uns aos outros. Isto quer dizer que o início de um novo momento não significa o término do anterior, mas é indicativo de novas orientações e tendências no campo da educação escolar. Neste sentido, Lacerda &

Da Silva (2009, p.221) afirmam que a história da educação escolar indígena no país, e particularmente de cada uma das mais de duzentas sociedades que compõem o atual cenário étnico brasileiro, não é linear e, tampouco, pode ser dividida em rígidas etapas estanques e cristalizadas.

Em seus estudos sobre a história da educação indígena, a historiadora Circe Bittencourt toma o conceito “momentos significativos” de Henri Lefebvre (1989) para analisar e compreender as diversas fases de tensões e mesmo de imobilismo no que se refere à educação proporcionada às diversas comunidades indígenas. Segundo a autora, os momentos significativos da história estão articulados ao movimento interno dos sujeitos envolvidos e se formam no “interior do pensamento ou da consciência individual ou social das durações durante certo lapso de tempo” (LEFEBVRE, 1989, apud BITTENCOURT, 2016, p. 28). Bittencourt (2016) afirma que esse conceito tem servido aos estudos de alguns pesquisadores da história e sociologia pedagógica, e cita o caso de Remy Hess (1994) que, ao incorporar o momento significativo nas dimensões do tempo educacional, destacou sua importância para a identificação e caracterização das continuidades e rupturas do processo educativo.

Para a história da escolarização indígena, o primeiro desses momentos corresponde à educação praticada por missionários católicos, notadamente os jesuítas, a partir de sua chegada, em 1549, em terras do atual território brasileiro. A Companhia de Jesus chegou ao país com uma missão de ajustar culturalmente os nativos brasileiros a uma ordem social e cultural. Essa fase inicial do contato foi marcada pela constituição de uma forma de colonização em que o processo civilizatório europeu buscou controlar a população nativa para que fosse conduzida ao serviço do domínio português. Os indígenas eram os *gentios*, concebidos como aliados compulsórios, na maioria das vezes no processo de conquista ao se tornarem trabalhadores escravos. Para a catequese dos indígenas em *gentios cristãos*, os jesuítas tinham como pressuposto os métodos do *ratio studiorum*, que baseava-se em uma disciplina rígida que visava o cultivo da atenção e de perseverança nos estudos, o respeito por uma forte hierarquização e pelos valores meritocráticos. Esse modelo precisou se adequar a uma realidade diversa. Muitas práticas tiveram de ser adaptadas para a ação de catequese, como a relatada pelo Padre Manoel da Nóbrega:

Os meninos desta casa costumavam cantar pelo mesmo tom dos índios e com seus instrumentos de cantigas na língua em louvor de N. Senhor com que muito atraíam o coração dos índios [...] E assim pregar-lhes a seu modo em certo tom andando, passeando e batendo nos peitos como eles fazem quando querem persuadir alguma coisa e dizê-la com muita eficácia (NÓBREGA apud FERREIRA NETO, 1994a, p.51).

A educação tinha por princípio os métodos da catequese, especificamente vinculada a colégios de meninos. Desta forma, foi se constituindo uma educação em aldeamentos, separando as crianças dos adultos, com práticas de ensino mescladas à necessidade de conhecimentos das línguas indígenas. Assimilando alguns costumes e eliminando outros, os missionários foram construindo uma forma alternativa de pregação (FERREIRA NETO, 1994b, p. 52). Mas, ainda segundo Ferreira Neto (1994c), era necessário distinguir a educação jesuítica, de acordo com o grupo de alunos que pretendia atingir. Havia os colégios para a educação dos jovens brancos onde, eventualmente, podiam conviver alguns indígenas, e havia as aldeias missionárias, criadas para a catequese, ela se fez em meio a conflitos com a maior parte dos colonizadores que visavam exclusivamente a exploração da mão de obra indígena pela escravização.

Embora claramente vinculada ao propósito de se alcançar a defesa e a propagação da fé católica para os colonos nas terras conquistadas pelos governos reais e católicos, a alfabetização receberia um tratamento diferenciado no processo de catequese propriamente dito, conforme já fora previsto pelas *Constituciones* da Companhia (FERREIRA NETO, 1994d). Nelas constavam que as práticas catequéticas seriam realizadas para adultos e crianças, homens e mulheres, entre as aldeias indígenas, na língua da terra, por meio de técnicas de persuasão bastante singulares, enquanto que as práticas de alfabetização seriam especialmente em colégios para os meninos, na língua portuguesa, por meio de técnicas do ensino formal preconizadas pelas mesmas *Constituciones*.

A alfabetização dos índios, pelo menos nos moldes que concebemos alfabetização na atualidade, não foi prioridade para a Companhia de Jesus, conforme consta nas suas *Constituciones*, espécie de regimento da Cia de Jesus. O ensino de ler e escrever, no entanto, passou por outros caminhos que se cruzavam em alguns momentos com as técnicas catequéticas.

Se a alfabetização não era um fim por si só definido, como se vê claramente nas *Constituciones*, era um trabalho complementar, amplamente utilizado pelos jesuítas. Como já se viu, nem dez dias se passaram, desde a chegada dos jesuítas, e já se iniciaram aulas de ler e escrever (FERREIRA NETO, 1994d, p. 42).

Este primeiro momento, marcado por práticas educativas de negação da diversidade indígena, ou seja, pelo aniquilamento de suas culturas e incorporação de mão de obra indígena à sociedade nacional, sofreu alterações significativas com a política pombalina de meados do século XVIII, culminando com a expulsão dos Jesuítas em 1759. Bittencourt (2016) identifica este acontecimento histórico como marco inaugurador de outro momento na história da

educação para os indígenas. Com a expulsão dos Jesuítas temos o surgimento das novas propostas educacionais pombalinas, que são introduzidas às políticas públicas do Estado nacional brasileiro, no decorrer do século XIX, sob o regime imperial. Trata-se de um segundo momento em que as atuações dos religiosos se articulam com o poder do Estado nacional na constituição dos cidadãos dentro de políticas de fortalecimento dos Estados nacionais, concebendo-se os indígenas como súditos e com determinados direitos estabelecidos por leis e regimes, mas sempre de forma ambígua.

Com a independência do Brasil em relação à metrópole portuguesa, embora alguns autores destaquem esse momento como um novo período da educação escolar indígena, não parece haver mudanças significativas em relação à política educacional (Bittencourt & Silva, 2002, p. 66). Neste sentido Ferreira Neto(1994) afirma que a mudança parece ser apenas quanto aos métodos de aprendizagem que, pelos decretos e discursos políticos da época, aconselhavam o uso da língua materna como faziam os jesuítas e preconizavam, com mais ênfase, a necessidade de separar as crianças do convívio familiar. As crianças indígenas, em muitos casos, eram recolhidas de suas aldeias após completar 05 anos e levadas para colégios internatos com total isolamento.

Em 1845, a atuação das “missões de catequese e de civilização” chegou a ser regularizada no país através do Decreto 426 de 24 de julho, de autoria do Governo Imperial. O Regulamento das Missões previa o trabalho remunerado dos índios e vedava o trabalho forçado. Contudo, até mesmo na Corte existiam escravos índios (CUNHA, 2002a, p. 146). Nesse Decreto estabeleceram-se normas para a administração das populações indígenas brasileiras, “tendo em essência a finalidade de introduzir o indígena num modo de vida tipicamente europeu, transformando-o em trabalhador braçal e liberando, com isso, imensos territórios que originalmente eram seus” (GAGLIARDI, 1989, p.32). Segundo Cunha (2002b), para as áreas aldeadas mantinha-se a expectativa de que as culturas estavam em fase final e que por meio das práticas educacionais seria possível civilizar os nativos e sujeitá-los ao trabalho escravo.

Outro exemplo paradigmático da ação missionária entre os povos indígenas foi registrado pela antropóloga Marina K. L.Ferreira (1992), em sua dissertação, na qual cita a ação dos missionários salesianos junto aos povos do Alto Rio Negro. A implantação da obra salesiana na Amazônia remonta ao início do século XX na Região do Alto Rio Negro. No que concerne à atuação dos salesianos, a autora nos informa que foi semelhante à dos jesuítas no

período colonial, marcada por aldeamento ou redução, pela catequese e ação educacional.

Educadores por excelência, os salesianos instalaram grandes internatos e escolas nas aldeias indígenas. Através da educação escolar introduziram a língua, a história e os valores da sociedade dominante {...} Nestes internatos, o ensino de português era imposto em detrimento do uso das línguas nativas, crianças eram separadas de suas famílias e, fundamentalmente, investia-se na capacitação dos índios como forma de produzir mão de obra barata para a população não-índia circunvizinha (FERREIRA, 1992, P. 166).

Diante destes registros, Ferreira (1992) concluiu que essas propostas oficiais executadas no Alto Rio Negro, no entanto, eram mais retóricas e, efetivamente, o ensino foi esparsamente praticado por missionários. Ainda sobre esse período, Marta Amoroso (1998) afirma que o indigenismo brasileiro viveu uma fase de total identificação com a missão católica, entre 1845 e o início do século XX. Amparado pela legislação vigente, o Estado dividia mais uma vez os encargos da administração da questão indígena com as ordens religiosas católicas. Dentre elas, a Ordem Menor dos Frades Capuchinhos Italianos, citada no Decreto n. 426, o Regulamento da catequese e civilização dos índios (AMOROSO, p.5, 1998). A pesquisadora também afirma que sendo subvencionada pelo governo, a Ordem Menor manteve missionários na maioria dos aldeamentos indígenas criados no Segundo Reinado. A direção militar de aldeamentos permaneceu em áreas de fronteira e onde o número de missionários não foi suficiente para suprir a demanda (AMOROSO, p.8, 1998).

De uma maneira geral, os estudos sobre a educação para os indígenas no período posterior à expulsão dos jesuítas da colônia americana portuguesa têm abordado o tema considerando as mudanças políticas decorrentes do projeto pombalino responsável pela criação do Diretório dos Índios (1755), que redefiniu o processo de integração das populações indígenas sob nova forma de aldeamentos comandados por homens de confiança do governo português. Segundo Almeida (1997) e Flexor (2004), a nova proposta educacional para os indígenas, a partir de Pombal, estava articulada a uma maior integração cultural e social, com incentivo à mestiçagem e inserção dos nativos nas políticas de defesa das novas fronteiras, notadamente as da região amazônica. Uma das medidas da nova política educacional foi a proibição do uso das línguas maternas indígenas e mesmo da Língua Geral (nheengatu) estimulada pelos jesuítas e a imposição da língua portuguesa nos aldeamentos. De forma geral, a partir das políticas pombalinas os indígenas transformaram-se em *súditos* do rei de Portugal.

Assim, embora neste segundo momento de projetos educacionais para os indígenas as diretrizes fundamentais de caráter de dominação permaneceram com certas semelhanças às do

primeiro momento, o debate sobre o *status* dos povos indígenas teve outra dimensão, considerando as novas tendências de ruptura da colônia com a metrópole portuguesa. A partir do processo de independência do Brasil, novas questões sobre a organização de um Estado-nação foram impostas, notadamente o problema da constituição de *cidadania*, e cabia aos novos donos do poder da monarquia estabelecida a partir de 1822 explicitar quem seria o povo a partir da Constituição do Estado nacional brasileiro e a definição de *cidadão brasileiro*⁶.

Os estudos sobre a educação escolar para os indígenas a partir da formação do Estado Nacional em 1822 não são numerosos assim como também a produção sobre a história dos indígenas cuja tônica maior tem sido a de apresentar as questões sobre direitos e status jurídico dos índios nas formulações das condições de uma cidadania limitada e restritiva para o conjunto dos brasileiros. No Brasil Império, os missionários foram reintroduzidos oficialmente no território brasileiro por meio do Decreto n.º 426/1845, que definiu o Regulamento das Missões e se encarregaram dos índios aldeados e de sua educação formal, embora não tivessem a mesma autonomia da fase colonial. Assim, vários dos estudos sobre a educação para os indígenas sobre o período de 1845 a 1910, mostram que a questão educacional indígena ficou dividida entre o Estado e várias ordens religiosas católicas. Mantinha-se nas áreas aldeadas a expectativa de que suas culturas estavam na sua fase final e as práticas educacionais visavam “civilizar indígenas” e sujeitá-los ao trabalho escravo. (cf. Bittencourt, 2017).

Também, considerando as tendências das políticas educacionais para os indígenas, no decorrer do século XIX , Marta Amoroso afirma que:

A finalidade da educação para os índios era a conversão pelo trabalho. A lei indicava a criação nos aldeamentos indígenas de oficinas de artes mecânicas,¹⁰ pregava o estímulo à agricultura,¹¹ o treinamento militar e o alistamento dos índios em companhias especiais, como as de navegação. A presença de não-índios nos aldeamentos do século XIX resultou que, na maioria das vezes, a escola, assim como outras instituições de apoio às populações indígenas aldeadas, atendia aos não-índios usando a verba destinada à catequese dos índios (AMOROSO, p 3, 1998).

A partir da segunda década do século XX, podemos identificar um terceiro momento na história das populações indígenas frente às práticas educacionais de escolarização desenvolvidas a partir da criação do Serviço Nacional de Proteção ao Índio (SPI) e, posteriormente, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que, em princípio, foram formuladas

⁶ Manuela Carneiro da Cunha produziu vários trabalhos sobre a temática da cidadania e dos direitos dos indígenas, destacando os que estão incluídos obra por ela organizada, História dos índios no Brasil (1992).

pelo Estado como uma política indigenista menos desumana, baseada nos ideais positivistas. No que se refere à educação escolar, houve uma preocupação, pelo menos expressa, com a diversidade linguística e cultural dos grupos indígenas.

O SPI, a partir de 1953 elaborou um novo Programa Educacional Indígena, conforme Cunha (1990) apresenta em sua dissertação. O autor identificou que o referido programa previu a criação dos Clubes Agrícolas nas escolas, que passaram a ser chamadas de Casa do Índio, para evitar conotações negativas que o nome escola tinha para os índios. O currículo escolar passou a incluir as disciplinas Práticas Agrícolas para meninos e Práticas Domésticas para meninas. Predominou na política do SPI, até a primeira metade da década de 1950, uma tendência laica, sendo que, a partir da segunda metade da década de 1950, de forma aparentemente contraditória, houve uma maior interferência de ordens religiosas católicas, especialmente dos salesianos e do Summer Institute of Linguistics (SIL).

Várias missões religiosas, durante o período no qual Rondon esteve à frente do SPI, tentaram aproximação com o governo sem obterem sucesso. Mas, após a sua morte, em 1957, o SIL conseguiu firmar o primeiro convênio no Brasil junto ao Museu Nacional com o objetivo de documentar as línguas indígenas. Em face dessa "aliança" ideológica entre o governo e a igreja, a educação exercida sobre essa população indígena representava um instrumento de reforço da dominação pelos órgãos governamentais e pelo sistema de produção e consumo da sociedade nacional. A aproximação do SIL com antropólogos e indigenistas brasileiros teve mais êxito porque os missionários, ao invés de programas de educação bilíngue, se ofereceram para realizar estudos sobre as línguas indígenas.

A educação oferecida às populações indígenas no período de transição e substituição do SPI pela FUNAI procurou adaptar-se ao estágio de aculturação e assimilação dos grupos. Com a extinção do SPI e criação da FUNAI, em 1967, no tocante à educação escolar, a grande novidade foi a implementação do ensino bilíngue que, em 1973, o Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/ 1973) tornou obrigatório, definindo o ensino de línguas nativas nas escolas indígenas. Cabe destacar que, os objetivos integracionistas da política educacional bilíngue introduzidos pela FUNAI nas escolas indígenas eram divergentes em relação aos princípios do bilinguismo que pautavam a educação intercultural enquanto meio de assegurar e respeitar o patrimônio cultural dos povos originários. Apesar de constar no artigo 47 do Estatuto do Índio uma retórica de respeito e valorização da diversidade linguística, a educação bilíngue se firmou como tática para assegurar interesses civilizatórios do Estado brasileiro, favorecendo o

acesso dos índios ao sistema nacional, da mesma forma que faziam os missionários evangélicos, considerados os verdadeiros inventores das técnicas bilíngues, para facilitar a conversão religiosa. Pode-se identificar esta prática da educação bilíngue pela análise dos materiais didáticos que circulavam pelas escolas das aldeias. As obras escolares eram muitas vezes adaptações ou traduções de textos bíblicos para a língua indígena, e adaptações de lendas locais sob uma concepção civilizada conforme indica pesquisa de Santos:

Os livros produzidos pelo Summer Institute of Linguistics, que tivemos contato, podem ser divididos em dois grupos: livros com teor religioso, que normalmente são adaptações de narrativas bíblicas e os livros que abordam as histórias (nomeadas nos materiais por lendas) e costumes (ou o que se acredita que seja) das populações indígenas. (...) Dentre eles quatro se constituem como narrativas que remetem diretamente às histórias bíblicas: Histórias do Velho Testamento, Histórias do Novo Testamento, José na língua guarani e Jonas na língua guarani (SANTOS, E., 2017, p.90).

Desta forma, para lidar com a grande variedade linguística do país, a FUNAI recorreu ao *Summer Institute of Linguistics* (SIL), que em 1969 consegue seu primeiro convênio com o órgão indigenista, passando a controlar oficialmente a Educação Indígena. O acesso da missão às atividades de Educação Indígena não se deu apenas através do convênio de 1969, mas sobretudo por uma Portaria da FUNAI, de 1972, que torna obrigatória a educação bilíngue no país. Com isso, o principal instrumento de integração da população indígena passou a ser a alfabetização em Língua Indígena (LI) e não em Língua Portuguesa (LP). O modelo de escrita indígena proposto é a sua definição linguística: "para cada fonema um único símbolo" (FUNAI, Portaria nº 75/72). Com essa ação a FUNAI pretendia conseguir a proposição de um modelo bilíngue de Educação Escolar Indígena (EEI) aos especialistas do SIL – o que conferiria a tal modelo “legitimidade científica” e segura eficácia pedagógica (OLIVEIRA, 2012).

Outro acontecimento importante decorrente do supracitado convênio entre FUNAI e SIL, são os cursos de formação de monitores bilíngues que, segundo Oliveira (2012), residiu na utilização dos próprios indígenas como professores auxiliares, investindo na formação dos indígenas como professores e criando um novo agente na escola indígena, o professor indígena. Mas como bem analisou Gupioni (2006), esse modelo de escola bilíngue tinha como propósito assegurar a transição da língua indígena para a língua portuguesa.

Pode-se constatar que os princípios de atuação do SIL estavam em consonância com os objetivos integracionistas do Estado, como fica evidente nesta passagem de uns dos relatórios da entidade:

Um dos princípios da entidade, adotado desde os seus primórdios, é o de sempre procurar desenvolver suas atividades linguísticas segundo as expectativas, desejos e necessidades apresentadas pelas autoridades de cada país onde for convocada a trabalhar (SIL, 1963, p.3; *apud* Cunha, 1990, p.86).

Em 1977 foi interrompido o convênio entre SIL e FUNAI, devido a polêmica em torno da presença dessa entidade estrangeira no país. Mas, através de inúmeras gestões junto ao governo brasileiro, o SIL conseguiu reativar a colaboração com a FUNAI em fins de 1983, desta vez, sob a justificativa de manter atividades assistenciais de linguística, educação, saúde e desenvolvimento comunitário junto aos grupos indígenas.

Desta forma, o SIL acabou desempenhando o papel de criador, implementador e responsável pelos programas de educação bilíngue e bicultural desenvolvidos em áreas indígenas, conjugando linguística e proselitismo às políticas integracionistas (Ferreira, 1992, p.30). Segundo Meliá (1979), as políticas educacionais do Estado, historicamente, não diferem estruturalmente, nem quanto ao funcionamento, nem pelos seus pressupostos ideológicos, da educação missionária. Ambas têm recolhido, segundo o autor, fracassos do mesmo tipo. Ele complementa afirmando que os modelos de *educação indígena* e *educação para o indígena* têm valores completamente diferentes, exigindo uma estrutura, organização e pedagogia diferente. Conclui afirmando que era necessária uma ação pedagógica para a alteridade que levasse em consideração a existência de uma racionalidade operante desses povos.

Afinal, como sabidamente ressalvam as pesquisadoras Circe Bittencourt e Adriane Silva:

Catequizar, civilizar, integrar e preservar são práticas de educadores eruditos a serviço da Igreja, do Estado nacional, monarquista ou republicano e, finalmente, da ciência, agentes cujas ações educativas foram e parecem ser ainda motivadas pela crença na inevitabilidade da passagem do estado da barbárie para o de civilização e para o desaparecimento das populações indígenas. Afinal, continuamos a mistificar a escola, atribuindo-lhe o poder de ensinar a mágica da escrita, evitando por esta concepção educacional as críticas relativas ao projeto de *colonização simbólica* dos não-índios e justificar nossos projetos "alternativos" de escolas para índios, muitos deles atualmente apoiados/encampados pelas agências governamentais envolvidas com pesquisa e educação (BITTENCOURT; SILVA, 2002, pp. 75-76).

Na década de 1970, num contexto de crescente mobilização da sociedade civil, surgiram algumas organizações não governamentais de apoio aos povos indígenas com o fim de denunciar a política desenvolvimentista do governo militar e seu projeto de "emancipação dos índios", o qual traria - entre outras coisas - a crescente perda dos seus territórios (Paladino; Almeida, 2012a, p.36). Ainda, segundo Paladino e Almeida (2012) essas organizações também lançaram questionamentos sobre o tipo de educação escolar que os

índios vinham recebendo, considerada como integracionista e autoritária.

1.2. Momentos da História Escolar Indígena.

Diante desse contexto, podemos identificar um quarto momento na história da educação escolar indígena, que corresponde ao período iniciado nas décadas de 1970/1980 e se intensifica após a publicação da Constituição Federal de 1988. Esses novos agentes, organizações não governamentais da sociedade civil e dos próprios indígenas protagonizaram experiências educacionais alternativas às oferecidas pela FUNAI, contrapondo-se às orientações e práticas da política indigenista em vigor. No cenário político-educacional relativo às populações indígenas iniciava-se um processo de revisão e rediscussão ampla e participativa de princípios e metas escolares. As organizações indígenas brasileiras aproximam-se das organizações da América Latina, através da participação em congressos em diversos países. Grupioni (2008) afirma que essas trocas de experiências contribuíram para que os povos indígenas de diversas regiões do Brasil começassem a perceber que o modelo de escola implantado em suas comunidades pelo Governo Federal não condizia com a realidade delas, ou seja, não correspondia aos interesses dos alunos e professores indígenas.

Perante esse descontentamento entre as etnias em relação à falta de autenticidade da escola, cujo fim era a imposição de valores estranhos à cultura indígena, começam a ser realizadas diversas reuniões e debates por todo o Brasil.

Ao mesmo tempo, muitos povos indígenas perceberam, naquele período, que a educação também poderia ser relevante por proporcionar conhecimentos que lhes permitissem um melhor domínio da comunicação e da relação com a sociedade envolvente. Neste contexto, surge uma demanda por maior acesso à escolarização, junto à reivindicação de que esta fosse adequada às suas reais necessidades, respeitando a cultura indígena e pondo fim ao objetivo civilizatório e integracionista até então predominante (PALADINO; ALMEIDA, 2012b, p.37).

Nesse período coexistiram duas concepções no campo da EEI: de um lado, a política indigenista pensada, elaborada e executada pelo Estado e seus agentes, de outro lado, a política indigenista gestada e executada pelos povos indígenas com auxílio do indigenismo não oficial.

Sucederam-se vários encontros de lideranças indígenas, criação de redes supralocais, de comunicação entre povos distintos, reuniões regionais e nacionais, no Brasil, sobre temas específicos, inclusive a educação escolar, reunindo representantes dos povos indígenas, profissionais, religiosos e militantes não índios. Dentre estes acontecimentos, podemos citar os seminários organizados pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que realizou em

setembro de 1978 na aldeia Rikbaktsa um seminário que tinha como objetivo definir formas de atuação e orientar os monitores de alfabetização junto aos indígenas. Fruto desse seminário, o padre Bartomeu Meliá lançou o livro *Educação indígena e alfabetização* (1979), nele encontramos reflexões sobre vários aspectos da questão da educação escolar indígena, como os conteúdos abordados, a construção dos materiais e o uso do bilinguismo na alfabetização. Durante as discussões, Meliá formulou o termo “educação para o indígena”, ressaltando assim que as sociedades indígenas já possuem seu próprio sistema educacional, ao qual a educação escolar deveria se justapor, e não substituir. Para finalizar, vale destacar o debate suscitado sobre qual deveria ser a língua utilizada para a alfabetização.

Outro acontecimento que merece destaque foi o Encontro Nacional de Educação Indígena organizado pela Subcomissão de Educação da Comissão Pró Índio de São Paulo. O encontro foi realizado de 10 a 15 de dezembro de 1979 em São Paulo, comparecendo ao todo mais de 53 participantes, entre professores que atuavam em áreas indígenas, linguistas, antropólogos, sociólogos, médicos, juristas, estudantes de Ciências Sociais e membros ligados à causa indígena. O referido encontro propiciou a sistematização dos principais temas abordados em um livro, cujo título foi *A questão da educação indígena*, organizado pela antropóloga Aracy Lopes, lançado em 1981. O livro constituiu-se de 14 artigos que relatavam experiências alternativas de alfabetização e educação indígena que já estavam ocorrendo em diferentes regiões do país. Delineou-se nesta discussão, questões importantes que norteariam os debates futuros.

No que se refere aos encontros de professores indígenas, Orellana (2011) relata que em maio de 1988, aconteceu, em Manaus, o I Encontro dos Professores Indígenas do Amazonas e Roraima, evento de grande importância para a história da organização dos professores indígenas, uma vez que desencadeou uma série de outros encontros na própria região e em outros Estados do Brasil. Em Rondônia, o I Encontro de Professores Indígenas ocorreu na cidade de Vilhena, em novembro de 1990, e dentre os temas abordados inseriu-se a discussão da possibilidade de existir escolas também para os adultos, "se é o adulto que faz as coisas, por que a gente faz escolas só para as crianças?". A realização destes encontros contribuiu para a capacitação política dos professores e lideranças indígenas, permitindo-lhes assumirem a condução do processo de regularização de suas escolas. A escola nas comunidades indígenas ganha, então, um novo sentido com a possibilidade de tornar-se um lugar em que se assegura o acesso a conhecimentos gerais sem precisar negar suas especificidades culturais e suas

identidades étnicas.

Nesse cenário de grande mobilização social e acúmulo de conquistas significativas, tais como a incorporação, por parte de parlamentares, das sugestões e reflexões provenientes desta avalanche de encontros, foi e vem sendo relevante e definitiva a participação do movimento indígena, bem como a participação das entidades representativas que muito contribuiu para um diálogo democrático, ou seja, uma nova fase do relacionamento entre a sociedade nacional e as populações indígenas. Passou-se a repensar as relações com as sociedades indígenas sob um ponto de vista antropológico, reconhecendo que os grupos étnicos são possuidores de um sistema tradicional de educação, que se manifesta sutil e subjetivamente no cotidiano de suas vidas, no contexto familiar e individual.

Em decorrência das mudanças políticas no processo de democratização do país iniciadas nos anos de 1980, a década de 1990 foi marcada pela intensificação dos debates educacionais das escolas indígenas, que enfatizaram o direito à diferença, à interlocução com as comunidades indígenas e grupos de apoio. Foram experiências que potencializaram a força do movimento de educação indígena, consolidando o amadurecimento e comprometimento político de ambas as partes: índios e sociedade nacional. Assim, observava-se a consolidação dos princípios estabelecidos em 1988 na Constituição Federal, em que os índios tinham direito ao uso de suas línguas maternas e de seus próprios métodos de aprendizagem, instituindo a possibilidade de criação de uma escola verdadeiramente indígena.

Podemos considerar que, a partir de 1990, a educação escolar indígena passa por um novo momento após um período de coexistência da ação de duas vertentes no campo da educação escolar indígena. A primeira vertentese constituiu nos anos 70 por grupos organizados da sociedade civil que, conforme apontado anteriormente, desenvolveram, principalmente através das organizações não governamentais (ONGs), atividades de intervenção e assessoria a comunidades indígenas por intermédio de seus projetos políticos e educacionais. Uma segunda vertente, de caráter oficial, patrocinada pela FUNAI e por secretarias estaduais e municipais de educação, caracterizou-se por transplantar nas escolas indígenas os modelos das escolas rurais e, às vezes, até urbanas para dentro das aldeias. Nessa década houve uma fase de aproximação entre essas duas vertentes que até então trabalhavam paralelamente na área da educação indígena, sendo que muitos pesquisadores que haviam atuado nas experiências educacionais alternativas não oficiais nas décadas de 1970 e 1980 foram contratados pelo Estado para dar assessoria educacional na formulação da política

indigenista oficial.

Esse novo momento da educação escolar indígena foi marcado pelo decreto Presidencial 26/91, pelo qual a coordenação das ações educacionais em Terras Indígenas (TIs) foi transferida da FUNAI para o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a execução das ações ficou sob a responsabilidade dos Estados e dos Municípios que teriam que seguir as diretrizes traçadas pelo MEC. Em decorrência desse decreto, o MEC passou a coordenar e apoiar a política de educação escolar a ser ofertada às comunidades indígenas, substituindo a FUNAI na anterior exclusividade sobre esse trabalho enquanto política oficial. Com a publicação da Portaria Interministerial 559/91 (BR, 1991b) que trata dos princípios norteadores da política para a Educação Escolar Indígena, instituiu-se no MEC o Comitê Nacional de Educação Escolar Indígena e, a partir daí, uma série de documentos orientadores da política educacional foi elaborada pelo MEC, por meio de equipes de assessores e consultores, índios e não índios⁷.

O Comitê Nacional de Educação Escolar Indígena formulou em 1994 as Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena, que foram publicadas nos Cadernos de Educação Básica do MEC, série institucional. Este documento estabelecia também as normas e diretrizes em vários aspectos da educação e por seu intermédio, seguiram-se outras importantes diretrizes elaboradas pelo MEC, dentre elas merece destaque o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), publicado em 1998, que possibilitou a organização de bases educativas para a elaboração dos currículos diferenciados para escolas indígenas em constante crescimento.

A situação do crescimento da escolarização indígena a partir dos anos de 1990 passou a ser apresentada em relatórios organizados pelo INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira por intermédio, especialmente, dos Censos Escolares.

De acordo com o *Censo Escolar Indígena* do MEC/INEP de 1999, foram recenseadas 1.392 escolas nas quais estudavam 93.037 estudantes indígenas. A maioria destes estudantes, 74.931, representando 80,6% do total, estava no ensino fundamental, sendo que a concentração dos estudantes indígenas era nas primeiras séries do ensino fundamental. Já

⁷ Pelo Parecer 14 e da Resolução 03, de 1990, o Conselho Nacional de Educação, interpretando dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e da Constituição Federal, instituiu a criação da categoria escola indígena nos sistemas de ensino do País que foram criadas para atender a "normas e ordenamento jurídico próprios", com o intuito de promover o ensino intercultural e bilíngüe, "visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica". (Resolução CEB 03, art.1o. INEP/MEC).

havia um contingente de alunos na educação infantil e iniciavam-se os estudos no ensino médio e também havia classes de jovens e adultos - 3,2% do total de estudantes indígenas.

Em 2005, o Censo Escolar Indígena identificou um crescimento da escolarização sob moldes não-integracionistas, identificando 2.323 escolas indígenas em todos os Estados da Federação, com exceção do Piauí e do Rio Grande do Norte, que não registraram a sua existência. O número de alunos era 163.693, distribuídos nos diferentes níveis e o total de professores era de 8.431.

Segundo análises sobre o censo Escolar Indígena, o aumento do número de escolas indígenas, que passou de 1.392 em 1999 para 2.323 em 2005, explica-se não somente pela criação de novas escolas, fato que certamente ocorreu nesse período, mas também pela regularização de um grande número de escolas e salas de aula que antes não eram reconhecidas como indígenas. Em muitos Estados da Federação criou-se a categoria escola indígena como unidades autônomas dentro do sistema de ensino e, com isso, se regularizou a situação de muitas escolas localizadas em terras indígenas, antes consideradas salas de extensão de outras escolas.

As escolas identificadas, no ponto de vista administrativo, também se transformaram, sendo que ampliou o número de instituições dependendo dos municípios, com 52,4%, em relação a 46,66% o número de escolas sob administração dos Estados e apenas 0,95% de escolas particulares. Percebe-se, por esses números, que houve uma tendência para a municipalização da educação indígena, embora esta transferência do poder educacional para a municipalidade não tenha ocorrido igualmente entre todas as regiões do país. Comparando os dados do Censo de 1999 com os de 2005, é também possível identificar várias diferenças entre as diversas regiões e Estados quanto às condições pedagógicas e físicas das escolas, formação de professores, materiais didáticos, dentre outros aspectos educacionais (Estatísticas sobre educação escolar indígena no Brasil – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2007).

Após o levantamento do Censo Escolar Indígena de 2014, constatou-se um crescimento do número de escolas, com um número em torno de 3.120 escolas indígenas em atividade, com um contingente de alunos de aproximadamente 285 mil e cerca de 18 mil professores. No entanto, apesar de se constatar crescimento de alunos e professores, tal rede de educação tem sido identificada por uma série de análises mais recentes por vários problemas em seu cotidiano. O *Relatório Técnico Diagnóstico e Avaliação dos Formulários e*

da metodologia do Censo INEP referente a uma escola com especificidade cultural, diferenciada dos diversos grupos estudantis nacionais, elaborado por Gersem dos Santos Luciano, apresenta uma série de problemas sobre a situação educacional indígena. (Luciano, 2015). Dentre as questões apontadas no Relatório, o autor destaca as de caráter burocrático e a série de divergências tais como a duração do ano letivo e o calendário que necessariamente apresenta variáveis entre os diversos grupos e suas diferenças de atividades culturais e econômicas, incluindo também as diferenças entre escolas indígenas dos Territórios Indígenas e as escolas indígenas urbanas⁸. Nesse sentido, sobre o crescimento de povos indígenas em deslocamentos para centros urbanos, Gersem Luciano constata que:

[...] ainda persistem velhos problemas e desafios em todas as frentes da política indigenista [...] A insegurança territorial fragiliza a permanência das famílias indígenas, principalmente dos jovens, em suas terras e estimula o êxodo para os centros urbanos. A ausência da oferta de ensino médio nas aldeias reforça o êxodo quando jovens e suas famílias saem em busca de oportunidades nas cidades (LUCIANO, 2015, p. 50).

Além das questões sobre os problemas dos territórios indígenas e a constante mobilização dos indígenas, o Relatório elaborado por Gersem Luciano em 2015 indica outras dificuldades para a efetivação e consolidação das políticas públicas para os povos indígenas e que são responsáveis por uma educação de baixa qualidade e essencialmente irregular caracterizada por falta de escolas e sobretudo com professores indígenas sem formação adequada. Para o autor

[...] a maioria desses problemas deriva da ausência de conhecimento dos gestores da realidade indígena, na medida em que o único instrumento utilizado para planejar, executar e avaliar a política é o censo realizado pelo INEP, que apresenta sérias limitações e inconsistências. O censo, todavia, não abarca a especificidade dos grupos étnicos, promovendo diversos problemas como ausência de recursos destinados ao material escolar, à merenda escolar e ao transporte escolar adequado. Por fim, deve-se registrar que o domínio de dados e informações qualificadas sobre as escolas indígenas e a educação escolar indígena mais ampla é crucial para a formulação, planejamento, execução e avaliação de políticas públicas eficazes e eficientes. (LUCIANO, 2015, p. 2)

Por fim, o autor no Relatório apresentado insiste sobre a necessidade de ampliar dados e informações qualificadas sobre as escolas indígenas e a educação escolar indígena para a formulação, planejamento, execução e avaliação de políticas públicas eficazes e eficientes. E, neste aspecto os Censos Escolares assim como o Relatório de Luciano, são documentos que atestam as diferentes condições da implementação das escolas indígenas e os problemas que

⁸ Atualmente por levantamentos recentes constata-se que a população indígena é de 502.783 residentes em zona rural e 315.180 em áreas urbanas).

tanto as comunidades indígenas como os responsáveis pelas políticas públicas nos diferentes níveis – municipais, estaduais e federais - enfrentam em seu cotidiano.

Torna-se evidente que todos documentos oficiais do MEC e os resultantes de encontros das organizações indígenas e de indigenistas tratam da possibilidade de um novo modelo de escola, não mais centrado numa prática integracionista ou marcada por orientação missionária, mas caracterizado pela perspectiva de conferir aos índios um papel de destaque, tanto na docência quanto na gestão da escola, contribuem para colocar a educação indígena no rol de questões prioritárias do movimento indígena contemporâneo. Esse cenário também foi influenciado pela passagem da responsabilidade pela coordenação das ações

Após esta apresentação do percurso histórico sobre a educação para as populações indígenas, foi possível ter uma dimensão acerca dos processos de escolarização que foram e vêm sendo executados junto às populações nativas e identifica-se também que sempre estão inseridos em complexas relações com diversos agentes sociais e políticos.

Como pudemos observar, tivemos muitos atores e representantes de vários setores da sociedade brasileira atuando na educação escolar indígena durante o período que antecedeu 1990. No que se refere à participação das universidades, apenas a partir de 1990 constata-se uma maior participação do campo acadêmico na área, principalmente quando nos referimos aos trabalhos de mestrado e doutorado. Encontramos apenas dois registros de trabalhos desta natureza realizados antes dos anos 1990, o primeiro em 1978 defendido no departamento de Educação da UNB, o segundo, em 1981 defendido no departamento de Antropologia da UNB, ambos eram dissertações. Depois desses dois trabalhos inaugurais, não surgiram novas pesquisas por quase uma década, até que em 1990 foi defendida na UNB uma dissertação de mestrado no departamento de Educação. Para melhor compreender a progressão das pesquisas desta natureza, vamos analisar as tabelas sobre teses e dissertações no capítulo II. Neste capítulo vamos nos limitar a apontar alguns balanços realizados sobre a produção acadêmica em Educação Escolar Indígena.

Vale ressaltar que essa maior aproximação da universidade foi imprescindível para o amadurecimento da pesquisa em Educação Escolar Indígena, pois era necessária uma análise crítica sobre o que se estava propondo em termos de educação a essas populações. A partir desse momento, a participação de especialistas das universidades com experiência de pesquisa nessa temática foi aumentando gradativamente e, conseqüentemente, houve um incremento na produção acadêmica e científica na área. Os reflexos dessa participação podem ser notados

em assessorias nos cursos de magistério indígena, grupos de pesquisas com publicações que vão de artigos científicos, confecção de material didático até coletâneas em livros sobre a temática, além de teses e dissertações. É nessa mesma década que se gestam os primeiros projetos de cursos de graduação para formação de professores indígenas entre organizações indígenas e universidades, as futuras licenciaturas interculturais. Mas esses cursos de graduação apenas seriam implantados nas universidades a partir dos anos 2000.

Podemos citar o pioneirismo da Universidade Estadual do Mato Grosso – UNEMAT, que em 2001 deu início oficialmente ao Projeto de Formação de Professores Indígenas – 3º Grau Indígena, com a realização do Vestibular no primeiro semestre do mesmo ano e tendo o início das aulas no segundo semestre, em julho. Em 2006 a primeira turma concluiu o ciclo de formação, e nela formaram-se 186 indígenas que afluíram das mais variadas partes do Brasil. Em agosto de 2007, o Projeto 3º Grau Indígena foi transformado no Programa de Educação Superior Indígena Intercultural – PROESI. A Faculdade Indígena Intercultural, no período compreendido entre 2002 e 2004, ofertou uma especialização Lato Sensu em Educação Escolar Indígena, que contou com a participação de interessados de diferentes instituições que atuam na questão indígena, além de professores indígenas já graduados.

Esses cursos de graduação para formação de professores indígenas, que durante a década de 2000 foram se ampliando nas universidades brasileiras, contribuíram para a consolidação de uma educação escolar indígena e diferenciada, através da qualificação do quadro docente das escolas indígenas. Nesse processo de concretização do Ensino Superior para os povos indígenas, as políticas de inclusão e os programas de financiamento exerceram papel fundamental no que diz respeito à garantia e permanência desses povos nos cursos de graduação e, posteriormente, pós-graduação nas universidades. O Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas – PROLIND - elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), da Secretaria de Ensino Superior (SESu) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por exemplo, constituiu-se como a principal via de financiamento que oportunizou aos povos indígenas, por meio das Universidades públicas, a continuidade de seus projetos de formação de professores em nível de superior.

Para termos uma maior precisão sobre esses processos de escolarização, caberia identificar quais foram os povos indígenas submetidos a processos educativos proporcionados pelo poder oficial, assim como situar os lugares em que ocorreram as práticas educativas. Este

estudo propõe-se a contribuir nesse sentido ao realizar um mapeamento e balanço bibliográfico das pesquisas em educação escolar indígena, que poderão apontar esses lugares e povos, bem como as concepções, os embates e os problemas centrais com os quais tem se apresentado esses processos educativos.

1.3. Balanços bibliográficos sobre educação escolar indígena.

A educação escolar indígena foi objeto de pesquisas, conforme assinalado anteriormente, de pesquisadores de diferentes áreas e geralmente ligados ao processo de constituição das escolas indígenas e seguiram-se alguns balanços bibliográficos levados a efeito em diferentes lugares e momentos nas últimas décadas.

Já foram realizados, no Brasil, diversos estudos do tipo Estado da Arte. Segundo Sá Barreto e Pahim (2001), na década de 1990, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), junto às associações de pesquisadores como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e a Fundação Carlos Chagas (FCC), viabilizaram a realização de pesquisas desse tipo, compreendendo o mapeamento, a organização das informações e avaliação do conhecimento produzido em áreas específicas da educação como: educação superior, formação de professores, alfabetização, política e administração da educação, avaliação, educação infantil, educação de jovens e adultos e juventude e educação. Esse aumento progressivo de trabalhos desse tipo mostra indícios de maturidade que esta área de pesquisa vem adquirindo, na medida em que toma sua própria produção como objeto de análise e crítica (BUENO, 2014).

Sobre a produção científico-acadêmica em Educação Escolar Indígena no Brasil, apesar de ser uma área relativamente nova dentro da História da Educação Brasileira, temos alguns trabalhos que se dedicaram a sistematizar essa produção. Dentre eles, podemos citar o balanço mais antigo produzido, *O debate sobre e educação indígena no Brasil (1975-1995) resenhas de teses e livros*, de Marta Valéria Capacla (1995). Esta pesquisa integrou a série “Cadernos de Educação Indígena” do Ministério da Educação e do Desporto, editado em parceria com o MARI – Grupo de Educação Indígena da USP. Reúne resenhas de livros, dissertações e teses divulgados no Brasil entre 1975 e 1994, precedidas por um texto introdutório. As resenhas, escritas de modo a retratar fielmente a essência das obras, são densas e principalmente descritivas, tendo evitado tecer críticas e

comentários de modo intenso, uma vez que seu objetivo maior era o de sistematizar e facilitar o acesso às ideias contidas para aqueles que estavam fisicamente distantes das mesmas. Foram resenhados 12 trabalhos, sendo 01 tese, 05 dissertações e 06 livros.

Entre os balanços produzidos por pesquisadores mais experimentados, cabe destacar aqueles já clássicos, dentre eles Grupioni (2008), em sua tese de doutorado, *Olhar longe, porque o futuro é longe: Cultura, escola e professores indígenas no Brasil* (2008), Luís Donisete Grupioni realizou um balanço sobre a Educação Escolar Indígena, em que apresenta seis trabalhos como precursores da reflexão sistemática sobre a temática, em nível de pós-graduação. O pesquisador contabilizou o total de 156 trabalhos entre teses e dissertações produzidas no período de 1978 e 2007, respectivamente 116 dissertações e 40 teses. Cabe destacar que os trabalhos eram provenientes de diversas áreas do conhecimento, sendo que a maior parte se concentrava na área da Educação (GRUPIONI, 2008, p. 20).

Outra pesquisadora de destaque nacional, Bergamaschi (2012), coordenou a pesquisa *Processos e práticas educativas dos povos ameríndios no Brasil: um olhar de pesquisas contemporâneas*. Este estudo realizou um balanço constituído por 179 pesquisas de doutorado e mestrado que foram publicadas no país entre 2001 e 2009. A análise se deu a partir dos resumos dos trabalhos localizados no Portal da CAPES, identificando seu tema, ano, universidade de realização e as abordagens teórico-metodológicas.

Dentre as análises sobre a produção científico-acadêmica da área realizadas por pesquisadores indígenas, citamos o balanço realizado por Gersem Baniwa (2011) sobre a Educação Escolar Indígena, tendo como foco a produção acadêmica dos pesquisadores indígenas em nível de pós-graduação. Este trabalho foi publicado em sua tese de doutorado defendida na UNB, intitulada *Educação para manejo e domesticação do mundo: entre a escola ideal e a escola real. Os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro*. Nela cita as dissertações pioneiras dos indígenas e faz um pequeno balanço de 20 trabalhos defendidos, dentre os quais 11 focados na Educação Escolar Indígena. O autor nos informa, ainda, que o tema da Educação Escolar Indígena é tratado como periférico no âmbito dos governos e política educacional brasileira. Exemplifica este desinteresse citando o caso dos Territórios Etnoeducacionais (TEEs)⁹, que à época foram considerados pelos poderes locais

⁹ Propostos pela Coordenação Geral da Educação Indígena (CGEEI/SECAD/MEC) durante a realização do I Conferência Nacional da Educação Escolar Indígena (CONEEI) em 2009. A pauta prioritária era aperfeiçoar, coordenar e tornar efetivo o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, com a finalidade de melhorar os

(municípios e governos) como não sendo prioridade, mesmo com a força do decreto presidencial.

Ainda dentro da temática da educação escolar indígena, podemos citar alguns trabalhos mais pontuais que realizaram pequenos balanços dedicando-se a temas mais específicos, tais como: a formação de professores indígenas e educação superior. Kleber Gesteira Matos e Nietta Lindenberg Monte (2006) publicaram *O estado da arte da formação de professores indígenas no Brasil*, balanço sobre os cursos de formação destacando as principais dificuldades enfrentadas na execução desses projetos e alguns resultados alcançados pelos projetos pioneiros na área. Nos anexos apresentam um mapeamento por região dos cursos de formação em andamento e já concluídos, neles ainda constam dados da entidade proponente, parcerias institucionais, número de professores formados, povos indígenas e a situação atual do curso.

Outro trabalho que merece destaque foi o realizado por Vilmar da Rocha D'Angelis (2008), intitulado *Educação escolar indígena? A gente precisa ver*. Nele, o autor nos apresenta um balanço sobre as publicações editadas no país a partir da coletânea *A questão da educação escolar indígena*, organizado pela Comissão Pró-Índio de São Paulo, resultado de um dos primeiros encontros nacionais sobre o tema (publicado pela Brasiliense em 1981) e finaliza seu balanço com a coletânea MEC, *Formação de professores indígenas: repensando trajetórias*, publicada em 2006, na qual apresenta vários trabalhos antes dispersos em diferentes publicações.

Finalmente, a mais recente publicação organizada por Antônio Carlos de Souza Lima, de 2016, a coletânea *A educação superior de indígenas no Brasil: balanços e perspectivas*, dedica-se à educação dos indígenas em cursos superiores. Nela podemos encontrar textos que abordam, de diferentes ângulos, aspectos e resultados da demanda por educação superior por parte dos povos indígenas no Brasil. Os nove artigos são de autoria de pesquisadores que compuseram diferentes equipes enfileiradas em torno de projetos sediados no Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED), do Departamento de Antropologia – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, financiados principalmente pela Fundação Ford, mas também pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.

serviços educacionais prestados aos povos indígenas. Para isso foi elaborado e publicado o decreto 6.168/2009 que criou os Territórios Etnoeducacionais, em síntese estabelecia uma mesa de diálogo coordenada pelo MEC.

Os dados evidenciados pelos balanços, de maneira geral, ratificam a importância acadêmica que a educação escolar indígena assumiu ao adquirir uma presença efetiva em programas de pós-graduação em universidades brasileiras. Constatou-se, também, que até o momento, poucos foram os registros de balanços encontrados embora muitas das pesquisas apresentem um levantamento das investigações sobre as suas temáticas específicas como capítulo introdutório. Identificamos trabalhos que de alguma forma realizaram pequenos mapeamentos e balanços, ainda que parciais em termos de fonte ou de período abrangido, até porque estudos abrangentes dessa natureza requerem esforços articulados de várias equipes e financiamento específico, condições nem sempre acessíveis aos pesquisadores. Fazer um trabalho desta natureza implica em uma série de dificuldades que certamente limitam seu alcance, sem diminuir sua importância. As obras são de acesso relativamente difícil, de modo geral, quer por se tratarem de trabalhos acadêmicos, de circulação bastante restrita, entre especialistas, quer por se tratarem de edições mais antigas ou publicações de distribuição e circulação insuficiente em algumas regiões do país.

CAPÍTULO II

LUGARES E PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Neste capítulo apresentamos inicialmente uma classificação do conjunto dos trabalhos selecionados com utilização de categorias articuladas aos lugares institucionais e acadêmicos, situando-as no tempo e espaço de forma a estabelecer vínculos e especificidades dos diferentes grupos de pesquisa ao longo das quase quatro décadas de desenvolvimento de trabalhos acadêmicos sobre a educação escolar indígena. Desta maneira, nos dedicaremos a identificar: os lugares onde as pesquisas são realizadas, as Instituições de Ensino Superior (IES) e áreas do conhecimento a elas vinculadas; os programas de pós-graduação e linhas e grupos de pesquisas em que estão inseridos; quem são os orientadores que conduzem essas pesquisas.

2.1. Mapa da produção: onde?

Neste tópico temos como objetivo verificar a origem institucional e sua distribuição pelo país, na medida em que se considera essa produção como expressão das tendências de pesquisas dos programas de pós-graduação, sua emergência, continuidade e expansão. O mapeamento realizado abrange o período que vai de 1980 até 2017. Foram contabilizados 485¹⁰ trabalhos de doutorado e mestrado, defendidos em diferentes áreas do conhecimento.

A preocupação inicial foi a de identificar, por intermédio da Tabela 1, na atualidade, a distribuição da produção por instituição de ensino superior em que dissertações e teses foram defendidas¹¹:

¹⁰ Das 485 teses e dissertações, 336 são trabalhos que tive acesso na íntegra e 149 são trabalhos que constam apenas de resumos ou apenas títulos. As 485 teses e dissertações encontram-se nos anexos 1 e 2.

¹¹ Também encontramos várias pesquisas sobre as escolas indígenas em Relatórios e Trabalhos de Conclusão de Curso – TCCs que não estão contabilizados, sendo que muitos deles tornaram-se o embrião de pesquisas na pós-graduação.

Tabela 1. Distribuição de teses e dissertações sobre Educação Escolar Indígena em Instituições de Ensino Superior do Brasil - de 1981 a 2017

Instituição	n	%
UFAM	40	8,2
PUC SP	36	7,4
USP	32	6,5
UCDB-MS	28	5,7
Unicamp	26	5,3
UFMT	25	5,1
UFSC	21	4,3
UNB	19	3,9
UNESP	14	2,8
UFPE	12	2,4
UFRJ	12	2,4
UNIR-RO	12	2,4
UEM-PR	12	2,4
UFPA	11	2,2
UFSCar	11	2,2
UFGD	11	2,2
UFC	11	2,2
UFT-TO	8	1,6
UFMS	8	1,6
UFG	8	1,6
UFBA	7	1,4
UFES	7	1,4
UFMG	7	1,4
UFRGS	6	1,2
UFMA	5	1,0
UFU	5	1,0
UFF	5	1,0
UNEB-BA	4	0,8
FURB-SC	4	0,8
UNIMEP-SP	4	0,8
UFRRJ	3	0,6
UFPB	3	0,6
UERJ	3	0,6
UFAL	3	0,6
UFPR	3	0,6
UFJF	3	0,6

UFRN	3	0,6
UNEMAT	3	0,6
UFSM-RS	3	0,6
UFAC	2	0,4
UEMS-MS	2	0,4
UEL-PR	2	0,4
UFSE	2	0,4
UNV. São Marcos	2	0,4
UNISINOS-RS	2	0,4
UEA-AM	2	0,4
PUC-RS	2	0,4
FGV	2	0,4
UNOESTE-SP	2	0,4
UNIV PASSO FUNDO	2	0,4
BRÁS CUBAS	2	0,4
MACKENZIE-SP	2	0,4
Outros*	21	4,3
Total	485	100,00

*Somatório de teses e dissertações referente ao total de instituições com registro de uma produção.

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados do Banco de Teses da CAPES. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/banco-de-teses>. Acesso: mar./2017.

Pela tabela 1, ao identificar os lugares institucionais, fica visível que existe uma relativa dispersão com trabalhos desenvolvidos em diferentes instituições de todas as regiões do País. Com relação à instância administrativa das instituições, é bem expressivo o número de produções oriundas das IES públicas, com destaque para as Universidades Federais, em relação às produções das IES privadas: as 391 produções das instituições públicas foram distribuídas por 52 IES, o que perfaz uma média de 7,5% produções por instituição, enquanto que as 94 produções das privadas se distribuíram em 21 IES. Essa diferença fica ainda mais evidente quando se verifica que o número de instituições de ensino superior públicas no Brasil é praticamente 14% das instituições privadas¹².

A tabela 1, ao indicar o percentual geral dos trabalhos produzidos por IES, oferece algumas possíveis leituras da situação da concentração das pesquisas:

Observa-se, em primeiro lugar, que a região sudeste concentra a maior produção da

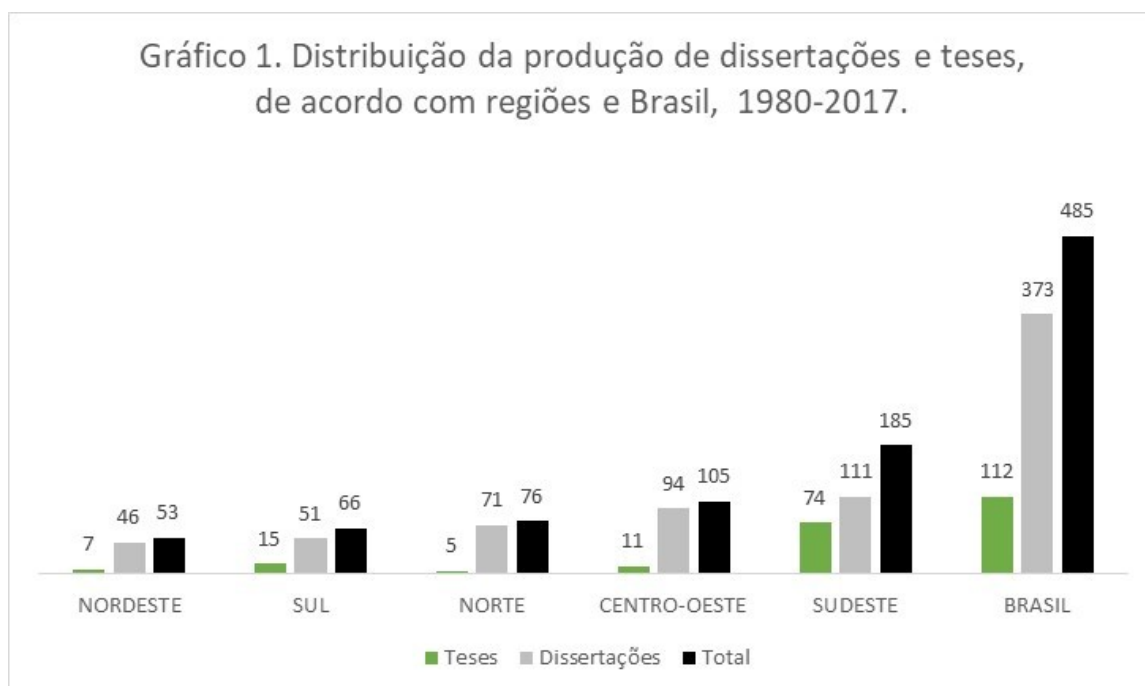
¹² Segundo dados do Ministério da Educação, estavam em funcionamento, em 2016 no Brasil, 296 instituições de ensino superior públicas e 2.111 privadas (BRASIL.MEC.INEP,2016)

área, correspondendo a 38,1 % de toda a produção, com destaque para o estado de São Paulo (com três entre as oito instituições com maior produção no cenário nacional). Este protagonismo pode ser atribuído ao fato de ser a região que conta com o maior número de programas de pós-graduação do país e com os mais antigos. Ainda com relação à concentração de pesquisas, cabe colocar em relevo a expressiva contribuição da PUC/SP, cuja produção é responsável por 7,4% da produção em nível nacional, figurando na região sudeste como a IES com a maior produção, 20%.

A região centro oeste se destaca como a segunda região em produção acadêmica no cenário nacional, 21,6%. Quando nos referimos à produção local, três IES têm uma expressiva produção no centro-oeste: UDCB no estado do Mato Grosso do Sul, responsável por 27% da produção regional, seguida pela UFMT, responsável por 23,8% e finalmente a UNB, com 18%, que registrou o primeiro trabalho produzido dentro do período coberto por este balanço, estamos falando da dissertação defendida em 1981 no programa de Antropologia.

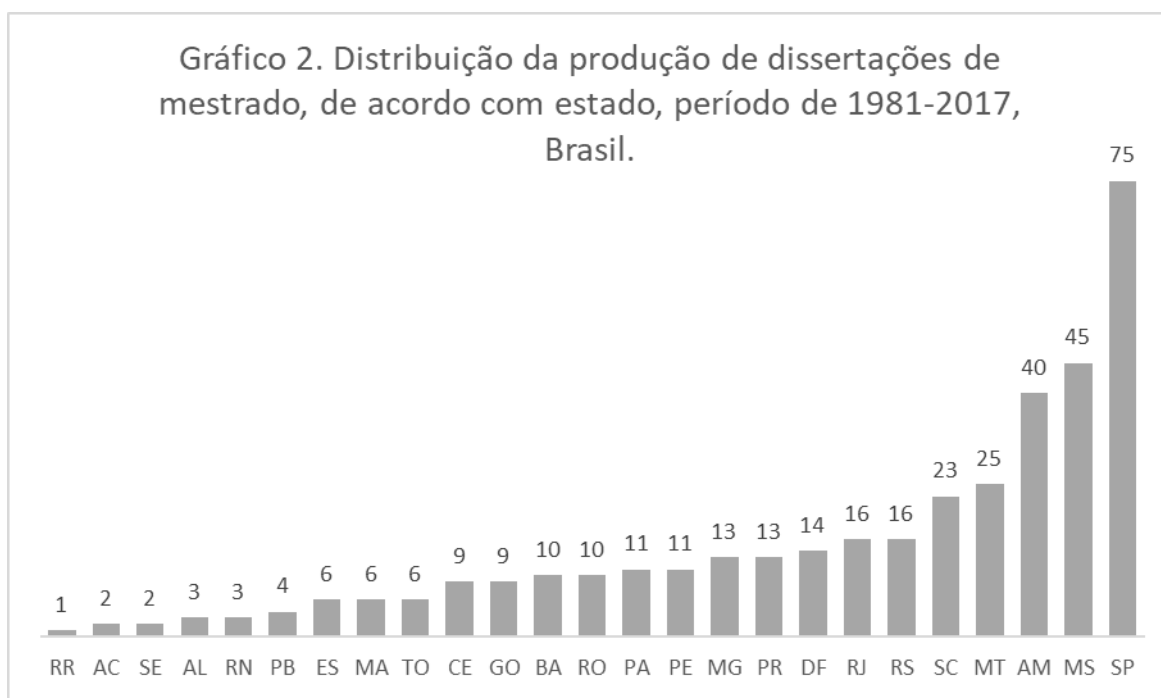
Os dados também chamam a atenção para a produção da região Norte, em especial para UFAM, que apesar de ser a região com o menor número de programas de pós-graduação do país, conta com a IES com maior volume de produções sobre Educação Escolar Indígena em âmbito nacional, o que representa 8,2% da produção total. No que se refere ao contexto regional, a UFAM aporta com 52,6%, da produção das pesquisas na região, seguida pela UNIR 15,7%, UFPA 14,4%, % e UFT 10,5 %.

Com a finalidade de oferecer uma melhor compreensão sobre os aportes dados pelas cinco regiões do país à pesquisa em nível de pós-graduação na Educação Escolar Indígena, apresentamos a seguir um gráfico que nos permite visualizar o número de produções de teses e dissertações por região.

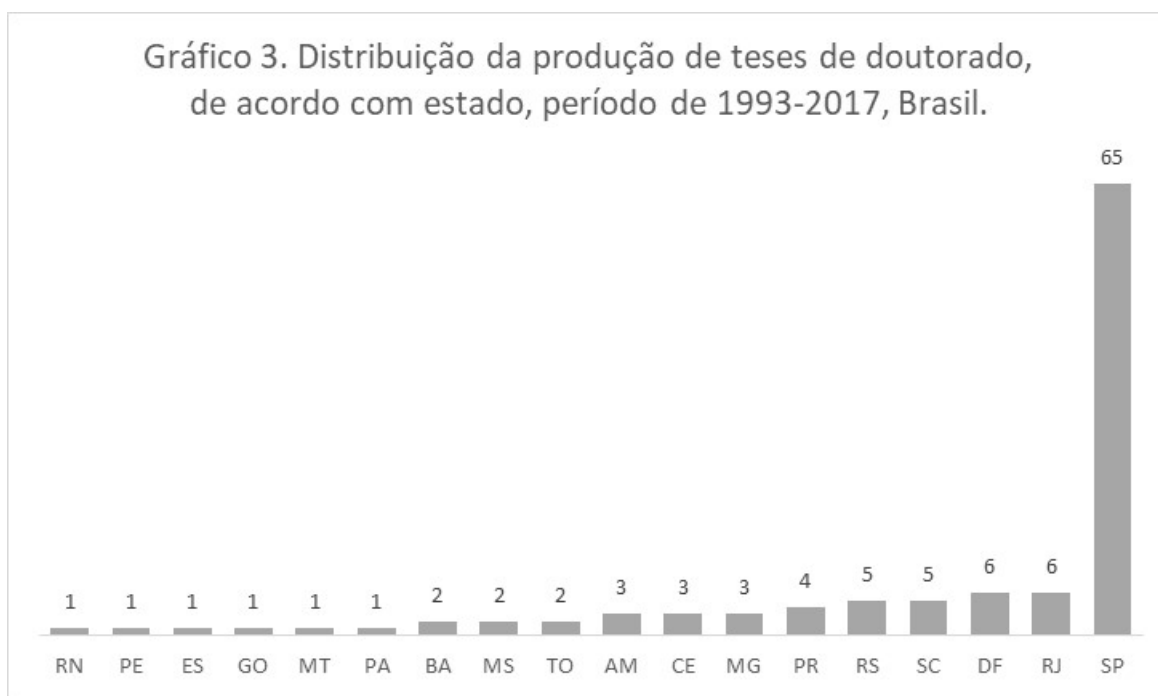


Ao analisar o gráfico 1, fica evidente a desigual distribuição das teses e dissertações pelas cinco regiões. Duas regiões, sudeste e centro-oeste, concentram 60% da produção nacional. Elas possuem os programas de pós-graduação mais antigos, onde foram produzidas as teses e dissertações pioneiras em EEI. Consolidados como centros de referência na área. Outro fato que chama a atenção é o volume de produção da região norte, que figura como centro emergente de pesquisa em EEI, estes dados serão melhor explicitados na próxima seção deste capítulo.

Quando realizamos uma análise desagregada de teses e dissertações, de acordo com ano, estados da federação, temos os seguintes cenários da produção acadêmica em EEI:



O gráfico 2 nos evidencia uma distribuição das dissertações por estados discrepante, no qual São Paulo figura como responsável pela maior produção, 75 pesquisas de mestrado, enquanto o estado de Roraima produziu 01 dissertação. Outro dado que chama a atenção é a ausência de pesquisas de mestrado produzidas pelo estado do Amapá, uma vez que tem uma considerável diversidade de povos indígenas e está localizado na região amazônica. Por outro lado, muitas pesquisas realizadas em programas de pós-graduação de outros estados produziram dissertações que tomaram como objeto de estudo os povos indígenas do Amapá.



Ao analisar o gráfico 3, que vai de 1993, ano que se registrou a primeira tese, até 2017 constata-se a consolidação do estado de São Paulo como o centro de pesquisas de doutorado do país na área da educação escolar indígena, responsável por 58% de toda a produção. Sobre a baixa produção de teses nos demais estados brasileiros, temos como hipótese que, além de serem em menor número e proporção, muitos programas de pós-graduação, principalmente na região norte, são recentes e possuem quadros reduzidos de pesquisadores, fator que reflete diretamente na produção acadêmica e na criação de novos programas de doutorado. A demanda de mais programas de pós-graduação existe nos demais estados e isso pode ser confirmado quando constatamos um número expressivo de pesquisadores provenientes de vários estados para realizarem suas pesquisas na região sudeste, em especial no estado de São Paulo.

Tabela 2. Distribuição das dissertações e teses sobre educação indígena por programa de pós-graduação (1980/2017)

Programa	Doutorado	Mestrado	Total
Educação	69	243	312
Linguística	14	20	34
Antropologia	08	25	33
Letras	02	15	17
Ciências Sociais	07	09	16
História	02	11	13
Psicologia	03	05	08
Matemática	02	06	08

Geografia	02	02	04
Educação Física	01	01	02
Comunicação e Semiótica	01	01	02
Administração	--	02	02
Direito	--	01	01
Teologia	--	01	01
Ciências da Religião	01	--	01
Multidisciplinar *	04	27	31
Total	115	370	485

*Refere-se aos programas de pós-graduação que abrangem mais de uma área do conhecimento. Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados do Banco de Teses da CAPES. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/banco-de-teses>. Acesso: dez./2017

A tabela 2 apresenta os dados referentes aos programas de pós-graduação em que as teses e dissertações foram defendidas. Dentre os trabalhos selecionados para análise, 370 são dissertações e 115 teses, o que evidencia a importância acadêmica que a temática da educação escolar indígena adquiriu. Ainda que haja trabalhos defendidos em diferentes áreas do conhecimento, é na área de Educação que se concentra o maior número de dissertações e teses defendidas, contabilizando 312 trabalhos, correspondente a 64,3 % dos trabalhos de pesquisa levantados. Por outro lado, reflete também o crescimento da própria área da educação na pós-graduação brasileira. Essa expansão fica mais evidente quando comparamos os dados a seguir: em levantamento realizado por Mirian Warde (1993), foram contabilizados 39 programas de pós-graduação em Educação, com 39 cursos de mestrado e 5 de doutorado existentes em 1991; a avaliação trienal da CAPES para o período 2004-2006 aponta a existência de 78 programas de pós-graduação em Educação; já em 2011, eram 113 programas credenciados pela CAPES, com 106 cursos de mestrado acadêmico, 55 cursos de doutorado e 07 de mestrados profissionais (BRASIL, MEC.CAPES, 2011); atingiu-se 183 programas de pós-graduação em Educação, com 85 cursos de mestrado acadêmico, 50 cursos de doutorado e 48 de mestrados profissionais, em 2017 (BRASIL, MEC.CAPES, 2017).

Esse crescimento da pós-graduação em educação no Brasil impactou a produção acadêmica em EEI em vários aspectos, que vão desde as assessorias técnicas prestadas por pesquisadores ligados a esses programas com produção de relatórios, artigos, materiais didáticos, até a orientação de teses e dissertações. Não é por acaso que o primeiro trabalho sobre educação escolar indígena em nível de pós-graduação no país foi defendido em um programa de Educação, trata-se da dissertação defendida em 1978, por Nancy Antunes Tsupal, no departamento de Educação da Universidade de Brasília, em que foram descritos os

processos de educação bilíngue entre os Karajá e Xavante; depois desse pioneirismo da Educação, temos a dissertação de Eneida Corrêa de Assis, defendida no programa de pós-graduação em Antropologia Social da UNB, em 1981, que analisou a presença da escola entre os Galibi e Karipuna da região do Uaçá, Amapá. Após esses dois trabalhos, só em 1990 foi defendida a dissertação de Luiz Otávio Pinheiro da Cunha no programa de Educação da UNB, cujo tema foi a realização de um estudo sobre as escolas mantidas pela FUNAI, e analisou a atuação da FUNAI enquanto órgão promotor de uma política educacional do governo brasileiro (GRUPIONI, 2008, p. 20).

Apenas em 1993 foi defendida a primeira tese de doutorado em um programa de pós-graduação brasileiro, trata-se do trabalho realizado no programa de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas por Maria Cândido Drumond Mendes Barros, intitulado *Linguística Missionária: Summer Institute of Linguistics - SIL*. Um dos temas que a tese aborda é como a Missão Religiosa fez uso da linguística como estratégia política para conseguir permissão para atuar no Brasil, México e Peru, em programas de educação indígena. Ela inaugura uma série de pesquisas que vão se debruçar sobre a atuação do SIL. Vale ressaltar que, até esse momento, todas estas pesquisas tinham sido defendidas por não indígenas.

Na segunda metade dos anos 1990 surgem as primeiras dissertações defendidas por professores indígenas. Em 1996, Darlene Taukane apresentou sua dissertação no programa de Educação da UFMT, cujo tema foi a Educação Escolar entre os Kurâ-Bakairi; na sequência cronológica, em 2005, temos a dissertação de Francisca Novantino Pinto de Ângelo do povo Pareci defendida no programa de Educação da UFMT, fez uma análise sobre a institucionalização da educação indígena no Mato Grosso, sob o título *A Inclusão das Escolas Indígenas no Sistema Oficial de Ensino em Mato Grosso*. Grupioni (2008) nos informa que até a primeira metade dos anos 90 era possível acompanhar a evolução dessa produção, seja de dissertações e teses ou publicações de livros e artigos, mas a partir da segunda metade exigia mais esforços para acompanhar o volume de produções que se multiplicaram por diversos programas de pós-graduação pelo país.

Tabela 3. Distribuição das produções por ano (1980/2017)

ANO	QTD	%
1981	01	0,1
1990	02	0,4
1992	01	0,1
1993	02	0,4
1994	04	0,8
1995	05	1,0
1996	07	1,4
1997	08	1,6
1998	05	1,0
1999	10	2,0
2000	13	2,6
2001	14	2,8
2002	13	2,6
2003	07	1,4
2004	24	4,9
2005	27	5,5
2006	29	5,9
2007	39	8,0
2008	28	5,7
2009	26	5,3
2010	17	3,5
2011	33	6,8
2012	23	4,7
2013	28	5,7
2014	29	5,9
2015	32	6,5
2016	34	7,0
2017	24	4,9
Total	485	100,0

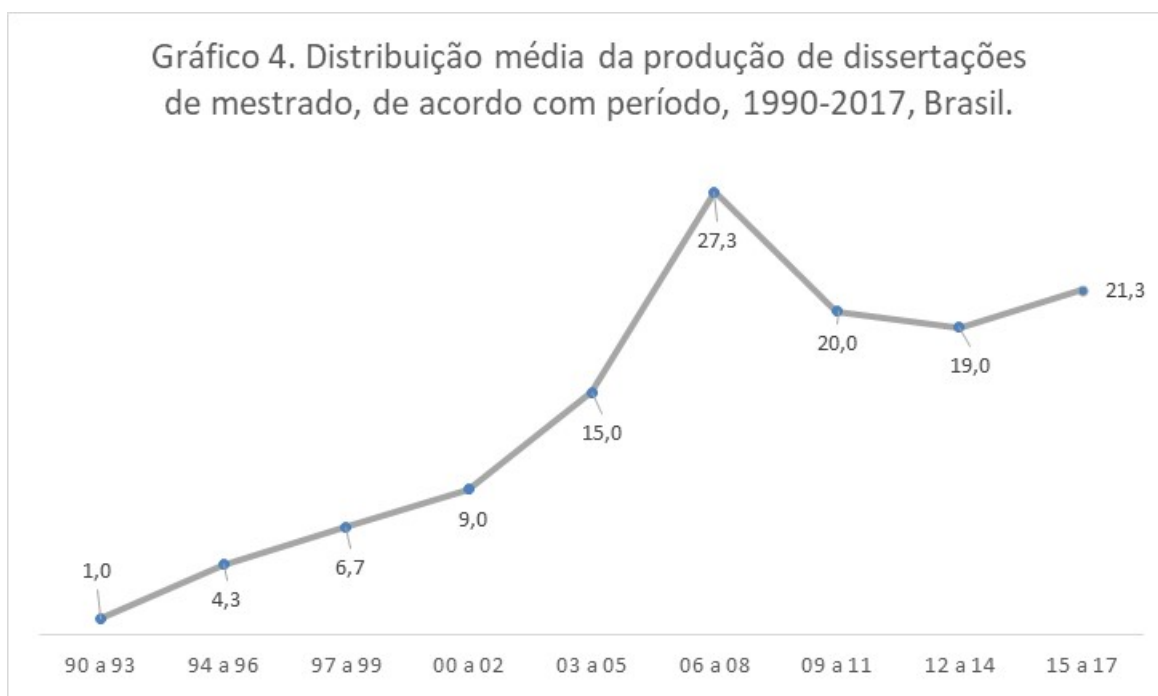
Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados do Banco de Teses da CAPES. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/banco-de-teses>. Acesso: dez./2017.

Para melhor compreender a progressão das pesquisas em educação escolar indígena realizadas por indígenas e não indígenas, apresentamos na tabela 3 a distribuição anual das dissertações e teses, temos a demarcação da temporalidade dos trabalhos no período de 1981-2017.

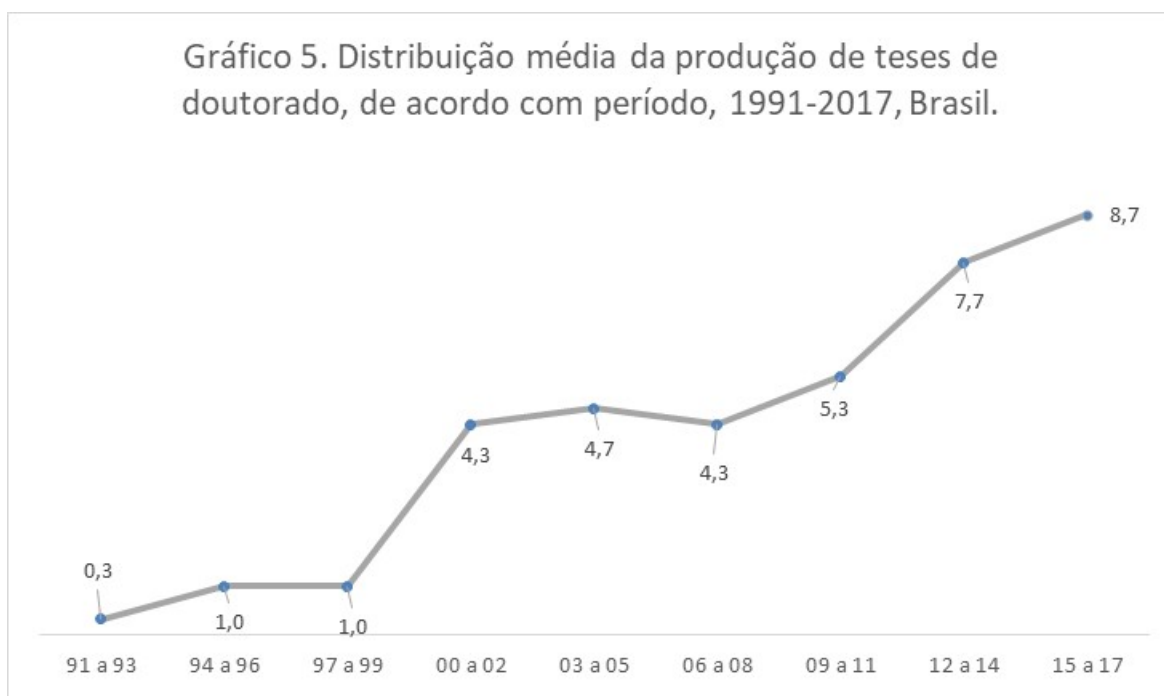
Inicialmente, verifica-se um crescimento semelhante ao encontrado em outros balanços: aumento paulatino da produção, com concentração a partir dos primeiros anos do século XXI, com praticamente 80% de toda a produção. Numa análise mais detalhada sobre

os dados da tabela 3, identificamos os períodos de maior e menor concentração de produção. Pode-se subdividir o período em 3 subperíodos: o primeiro período é caracterizado por baixa produção anual, de 1980 até o ano 1994 foram registrados 10 trabalhos para todo o período, dando uma média inferior de uma produção anual; o segundo, pelo considerável incremento das produções que vai de 1995 a 2003, registrando 82 trabalhos; o terceiro, pela consolidação da pesquisa no campo da educação escolar indígena, com uma produção anual de aproximadamente 28 trabalhos, totalizando 393 trabalhos para o período de 2004 a 2017. Fica evidente a desigual distribuição no tempo, indicando a crescente busca pelo tema. Esses dados coadunam com aqueles encontrados por Gupioni (2008, p.21), que foi no decorrer dos anos 90, de modo mais marcante a partir da segunda metade dessa década, que o número de trabalhos acadêmicos em EEI se ampliou significativamente.

Ainda em relação a distribuição temporal da produção acadêmica em EEI, é possível ter uma maior precisão da evolução dessa produção quando realizamos uma análise desagregada das teses e dissertações:



É bem visível no gráfico 4 a evolução das dissertações, principalmente a partir do segundo triênio de 2000 é possível acompanhar a tendência do crescimento da produção de dissertações no país, com destaque para o terceiro triênio, em especial o ano de 2007 que registrou o maior número de produção de dissertações do país para o período abarcado para este estudo.



No gráfico 5, referente à distribuição média da produção de teses por triênios, podemos identificar três períodos: o primeiro, incluindo os três primeiros triênios, caracterizado por uma baixa produção de teses; um segundo período, incluindo os triênios de 4, 5 e 7, com uma produção de média intensidade oscilando entre 4,3 a 5,3 de produção por triênio; o terceiro período abarca os triênios de 2012-2014 e 2015-2017, são caracterizados como o de maior intensidade na produção de teses pelos programas de pós-graduação brasileiros.

Acreditamos que esse crescente aumento das pesquisas de mestrado e doutorado abrangendo os povos indígenas pode estar relacionado a vários fatores, desde a expansão dos programas de *Strictu Sensu* no Brasil, como citado anteriormente, até a força que o tema da diversidade adquiriu nesse período, tanto pela oferta de políticas públicas educacionais, como também pela luta constante dos movimentos sociais, que exigiam mudanças na escola, inserindo em seus currículos a diversidade cultural. Esse movimento passa pela necessidade de implementar maiores estudos acadêmicos e concretizar a presença dos saberes, da história e da cultura de outros grupos étnicos brasileiros no meio escolar.

No que se refere aos povos indígenas, historicamente vêm lutando pelo reconhecimento e respeito de suas especificidades culturais perante a sociedade envolvente. Nesse sentido, podemos citar a aprovação da Lei Federal nº 11.645/08, decretada e sancionada pelo então presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, que tornava obrigatório o

ensino de História e Cultura Indígena em todo o ensino básico. Nesse contexto, acreditamos que a demanda criada pela lei pôde ter repercutido na produção acadêmica, uma vez que encontramos algumas pesquisas e publicações que realizaram estudos sobre seus impactos e a sua implementação na educação básica e superior.

Ainda sobre o aumento expressivo da produção acadêmica em EEI nos últimos anos, outra hipótese que levantamos pode estar relacionada a uma atuação mais contundente na implementação das políticas de ação afirmativa pelo Ministério da Educação (MEC), que à época estava a cargo do então ministro Fernando Haddad. Dentre as ações que contemplaram os povos indígenas, merecem destaque: o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas – PROLIND, iniciativa do Ministério da Educação, cujo edital de convocação nº 3, de 24 de junho de 2008, estimulava o desenvolvimento de projetos de curso na área das Licenciaturas Interculturais em instituições de ensino superior públicas, federais e estaduais. Tinha como objetivo formar professores para atuarem na docência no ensino médio e nos anos finais do ensino fundamental nas comunidades indígenas. Este programa oportunizou o ingresso de professores indígenas em programas de pós-graduação *latu e stricto sensu* e muitos destes professores tomaram como objeto de pesquisa suas escolas e línguas.

Por último, porém não menos importante, principalmente na área da pesquisa acadêmica, foi o Observatório da Educação Escolar Indígena (OEEI), programa criado pelo governo federal e executado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) voltado à educação básica, publicado pelo EDITAL Nº 01/CAPES/SECAD/INEP, de 3 de agosto de 2009. O programa objetivava a seleção pública de projetos para o desenvolvimento de estudos e pesquisas em educação que priorizassem a formação de professores e gestores educacionais para os Territórios Etnoeducacionais. Dentre seus principais objetivos, estavam estimular a produção acadêmica, a formação de recursos graduados e pós-graduados, em nível de mestrado e doutorado, e fortalecer a formação dos profissionais da educação básica intercultural indígena. Os projetos de estudos e pesquisas em educação escolar indígena poderiam ser propostos pelas instituições de ensino superior que tivessem cursos e programas de graduação e pós-graduação *stricto sensu* reconhecidos pela CAPES. Como resposta ao Edital 01/2009, o OEEI recebeu 18 projetos apresentados por diferentes instituições de ensino superior. Dessas propostas, 17 núcleos de pesquisa tiveram seus projetos aprovados, dos quais 14 (82,4%) são núcleos locais e três (ou 17,6%) são núcleos em rede.

Os 17 projetos¹³ selecionados passaram a ser implementados a partir de novembro de 2009, com o envolvimento de 24 IES, e a concessão de 500 bolsas em diversas modalidades (Andrade,2011a, p.22). No que se refere aos principais impactos do programa, Andrade (2011b) afirma que houve uma substantiva mobilização da comunidade acadêmica, com orientadores, mestrandos, doutorandos, professores da educação básica indígena e alunos de graduação envolvidos nos projetos. Os bolsistas estavam envolvidos em uma expressiva produção acadêmica, que concentrou-se especialmente nas teses, dissertações e monografias. Não foi possível localizar dados mais específicos sobre o resultado geral do OEEI, mas durante a análise dos trabalhos selecionados para esta pesquisa foi possível identificar algumas teses, dissertações e publicações resultantes do referido projeto.

2.2. Quem são os pesquisadores e programas de pós-graduação.

Neste tópico vamos identificar: quem são os orientadores, qual é a formação acadêmica desses pesquisadores e a quais programas de pós-graduação estão vinculados. Outra finalidade é a de verificar as linhas e grupos de pesquisas em que estão inseridas essas pesquisas e em qual período foram realizadas.

Para identificação do perfil dos orientadores que têm realizado as pesquisas em educação escolar indígena nas IES vamos sistematizar os quadros da seguinte maneira: formação acadêmica, linha de pesquisa, programa em que foi realizada a pesquisa, e número de trabalhos orientados. Para uma melhor análise, os quadros estão agrupados por universidades. Optou-se pelas IES com maior produção, preferencialmente aquelas com número acima de 12 produções. Vale ressaltar que o objetivo principal dos quadros é o de identificar os programas e as linhas de pesquisa, sendo assim, em alguns quadros não teremos a totalidade dos trabalhos contabilizados por IES conforme a tabela 1.

Quando reunimos os trabalhos por IES notamos que alguns programas de pós-

¹³ Universidade Católica Dom Bosco Coordenador(a): Adir Casaro Nascimento; Universidade Federal da Bahia Coordenador(a): América Lúcia Silva César; Universidade Federal de Santa Catarina Coordenador(a): Ana Lúcia Vulfe Nötzold; Universidade Federal de Minas Gerais Coordenador(a): Ana Maria R. Gomes; Universidade de Brasília Coordenador(a): Ana Suelly Arruda Câmara Cabral; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Coordenador(a): Circe Maria Fernandes Bittencourt; Universidade Federal de São Carlos Coordenador(a): Clarice Cohn; Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho Coordenador(a): Cristina Martins Fargetti; Universidade Federal de Roraima Coordenador(a): Elder José Lanes; Universidade do Estado de Mato Grosso Coordenador(a): Elias Januário; Universidade Federal do Pará Coordenador(a): Eneida Corrêa de Assis; Universidade Regional de Blumenau Coordenador(a): Ernesto Jacob Keim; Universidade Federal do Tocantins Coordenador(a): Francisco Edviges Albuquerque; Universidade do Estado do Amazonas Coordenador(a): Maria Auxiliadora de Souza Ruiz; Universidade Federal da Grande Dourados Coordenador(a): Maria Ceres Pereira; Universidade Federal de Goiás Coordenador(a): Maria do Socorro Pimentel da Silva; Universidade Estadual de Maringá Coordenador(a): Rosângela Célia Faustino

graduação se destacam pelo volume de trabalhos defendidos, evidenciando a existência de algumas linhas temáticas de pesquisa, bem como de orientação acadêmica, o que reforça o argumento da importância do tema na universidade.

Quadro 1. Descrição das orientações docentes em nível de *stricto sensu*, de acordo com a área de formação, linha de pesquisa e programa na UFAM/AM, durante o período de 1980 a 2017.

ORIENTADOR	FORMACAO	LINHA DE PESQUISA	PROGRAMA	TOTAL DE ORIENTAÇÕES
Ana Alcídia de Araújo	Pedagogia	Formação docente e desenvolvimento Profissional no ensino em ciências da saúde	Educação	1
Carlos Guillermo Rojas Niño	Artes	Formação e práxis do educador frente aos desafios amazônicos	Educação	2
Iraildes Caldas Torres	Filosofia	Sistemas Simbólicos e Manifestações Socioculturais	Sociedade e cultura na Amazônia	1
Ivani Ferreira de Faria	Geografia	Educação indígena, cultura e etnodesenvolvimento	Geografia	1
José Silverio Baia Horta	Pedagogia	Formação e práxis do educador frente aos desafios amazônicos	Educação/	1
Lucíola Inês Pessoa Cavalcante	Pedagogia	Formação e práxis do educador frente aos desafios amazônicos	Educação	2
Maria Alice D'Ávila Becker	Psicologia	Geoambiente, Cultura e Educação: a experiência dos Saterê-Mawé	Educação	1
Maria das Graças Sá Peixoto Pinheiro	Pedagogia	Educação, políticas públicas e desenvolvimento regional	Educação	1
Marilene Correa da Silva Freitas	Serviço Social	Ciencias Sociais/Interdisplinar	Sociedade e cultura na Amazônia	1
Maxim Repetto	História	Sistemas Simbólicos e manifestações socioculturais	Sociedade e cultura na Amazônia	1
Maria Luiza Garnelo	Filosofia e Medicina	Antropologia e Saúde Indígena	Antropologia Social	1
Nídia Regina Limeira de Sá	Psicologia	Não informado	Educação	1
Patrícia Maria de Melo Sampaio	História	Política, Instituições e Práticas Sociais	História	1
Paulo Renan Gomes da Silva	Filosofia	Não informado	Educação	1
Rosa Helena Dias da Silva	Pedagogia	Formação e práxis do educador frente aos desafios amazônicos	Educação	5
Rosa Mendonça de Brito	Filosofia	Processos educativos e identidades amazônicas	Educação	3
Renan Albuquerque Rodrigues	Comunicação Social	Redes, processos e formas de conhecimento	Sociedade e cultura na Amazônia	2

Selda Vale da Costa	Ciências Sociais	Não informado	Educação	1
Simone Eneida Baçal de Oliveira	Serviço Social	Não informado	Sociedade e cultura na Amazônia	1
Valéria Augusta Cerqueira de Mendes Weigel	Letras	Formação e práxis do educador frente aos desafios amazônicos	Educação	11
Yoshiko Sassaki	Serviço Social	Processos Sociais, Ambientais e Relações de Poder	Sociedade e cultura na Amazônia	1

O quadro 1 apresenta a produção acadêmica e científica de 37 dissertações e 3 teses provenientes dos programas de pós-graduação da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Dois programas se destacam, primeiramente o PPG (Programa de Pós-Graduação) em Educação com uma produção de 30 trabalhos, dos quais 21 foram realizados na linha de pesquisa Formação e práxis do educador frente aos desafios amazônicos. Importante destacar que as duas pesquisadoras com mais orientações realizaram seus doutoramentos na USP e PUC/SP, ambas IES com extensa tradição na pesquisa em educação escolar indígena. O segundo programa a se destacar em volume de produções é o PPG Sociedade e Cultura na Amazônia, programa multidisciplinar que abriga professores de diversas áreas do conhecimento e formações, nele foram produzidos 07 trabalhos, sendo 05 dissertações e 02 teses. Neste programa temos um equilíbrio na produção de trabalhos entre as 03 linhas de pesquisas existentes. Vale destacar que nos dois programas, as dissertações e teses selecionadas centram-se em tópicos da realidade educacional indígena na Amazônia. Essa predominância dos temas de pesquisas vinculados aos assuntos regionais indica uma necessidade de conhecimento de aspectos da educação mais próximos aos interesses regionalizados que, somados, ampliam a possibilidade para um melhor entendimento da educação brasileira.

Quadro 2. Descrição das orientações docentes em nível de *stricto sensu*, de acordo com a área de formação, linha de pesquisa e programa na PUC/SP, durante o período de 1980 a 2017.

ORIENTADOR	FORMAÇÃO	LINHA DE PESQUISA	PROGRAMA	TOTAL DE ORIENTAÇÕES
Antônio Chizzotti	Pedagogia Filosofia	Políticas de educação/currículo no Brasil	Educação/Currículo	1
Alípio Márcio Dias Casali	Letras Filosofia	Currículo, conhecimento e Cultura	Educação/Currículo	10
Branca Jurema Ponce	Filosofia	Políticas públicas e reformas educacionais curriculares	Educação/Currículo	1

Carlos Antônio Giovinazzo Júnior	História	Escola e cultura: perspectivas das Ciências Sociais	Educação: história, política, sociedade	2
Circe Maria Fernandes Bittencourt	História	Processos de escolarização, desigualdades sociais e diversidade cultural	Educação: história, política, sociedade	10
Edin Sued Abumanssur	Teologia Ciências Sociais	Religião, história e sociedade	Ciências da Religião	1
Fernando Torres Londoño	Filosofia Letras	Imaginário Religioso Brasileiro	História	1
Ivani Catarina Arantes Fazenda	Pedagogia	Interdisciplinaridade	Educação/Currículo	1
Lúcia Helena Vitalli Rangel	Ciências Sociais	Metrópole, consumo e culturas jovens	Ciências Sociais	1
Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida	Matemática	Tecnologias em educação e educação digital	Educação/Currículo	1
Maria Rita de Almeida Toledo	História	História e cultura: historiografia e história da educação	Educação: história, política, sociedade	1
Rinaldo Vieira Arruda	Ciências Sociais	Etnologia brasileira, ambiente e sociedade	Ciências Sociais	2
Carmen Junqueira	Ciências Sociais	Meio ambiente das comunidades indígenas	Ciências Sociais	1
José Amálio de Branco Pinheiro	Direito	Cultura e Ambientes Midiáticos	Comunicação e Semiótica	1
Maria Cecília Camargo Guimarães	Letras	Linguagem e Educação	Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem	1
Roxane Helena Rodrigues Rojo	Letras	Linguagem e Educação	Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem	1

No que se refere à PUC/SP, foi responsável por 7,4% da produção nacional, figurando como a segunda em volume de trabalhos realizados. Identifica-se um número razoável de estudos, 20 dissertações e 16 teses, que tratam de temas da história da educação indígena, formação de professores indígenas, currículo e análises de políticas de ação afirmativa. Em uma análise mais detalhada, ao observar o quadro 2, verifica-se, em primeiro lugar, que ocorrem grandes discrepâncias em relação à concentração de trabalhos orientados por pesquisador. Enquanto dois pesquisadores são responsáveis por 55,5% da produção, os

demais pesquisadores da instituição são responsáveis por apenas 45%. Vale ressaltar que os dois pesquisadores estão ligados a programas de Educação e linhas de pesquisa que estão ligadas à diversidade cultural.

A PUC/SP foi uma das instituições contempladas no Edital 001/2009 do Observatório da Educação Escolar Indígena. O projeto: *Momentos e lugares da educação indígena: memória, instituições e práticas escolares*, foi coordenado pela pesquisadora professora doutora Circe Maria Fernandes Bittencourt, do programa de pós-graduação Educação: História, Política, Sociedade (EHPS). A professora estava vinculada à linha de pesquisa “Processos de escolarização, desigualdades sociais e diversidade cultural” que, dentre seus objetos e perspectivas de análise, investiga temas que dizem respeito à escolarização e diversidade cultural, e as pesquisas privilegiam estudos sobre escolas das comunidades indígenas e quilombolas em seus processos históricos de constituição, nas peculiaridades das políticas educacionais e na análise de práticas curriculares em dimensões políticas e epistemológicas. O projeto *Momentos e Lugares da Educação Indígena: memória, instituições e práticas escolares* desenvolvido pelo Programa EHPS, PUC/SP; DH/USP e DH/UNIFESP – Guarulhos, propiciou o desenvolvimento de pesquisas em nível de iniciação científica e pós-graduação. As pesquisas de mestrandos e doutorandos foram favorecidas pelas possibilidades de deslocamentos para as aldeias, situadas em diversas regiões do país. Além dos pesquisadores coordenadores, o projeto reuniu alunos de graduação, professores indígenas, técnicos governamentais e pós-graduandos. Dentre as produções geradas pelo projeto, podemos citar: material didático impresso; material didático audiovisual; oficinas pedagógicas; teses e dissertações; artigo técnico científico, exposição artística e o Seminário Momentos e Lugares da História e Educação Indígena, que ocorreu na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em maio de 2013.

Quadro 3. Descrição das orientações docentes em nível de *stricto sensu*, de acordo com a área de formação, linha de pesquisa e programa na USP, durante o período de 1980 a 2017.

ORIENTADOR	FORMAÇÃO	LINHA DE PESQUISA	PROGRAMA	TOTAL DE ORIENTAÇÕES
Antônia Terra de Calazans Fernandes	História	Cultura Material e Visual, Historiografia e Documentação	História Social	02
Circe Maria Fernandes Bittencourt	História	História da Educação e Historiografia	Educação	02
Dominique Tilkin Gallois	Ciências Sociais	Saberes Ameríndios	Antropologia Social	04

Erasmus D'Almeida Magalhaes	Letras	Não informado	Linguística	01
Elie George Guimarães Ghanem	Pedagogia	Sociologia da Educação	Educação	02
Flavia Inês Schilling	Pedagogia	Sociologia da Educação	Educação	01
Lisete Regina Gomes Arelaro	Pedagogia	Estado, Sociedade e Educação	Educação	01
Lynn Mário Trindade Menezes	Linguística	Linguística Aplicada	Estudos Linguísticos e Literários em Inglês	01
Marcos Barbosa de Oliveira	Física	Ensino de Ciências e Matemática	Educação	01
Marcos Ferreira dos Santos	Pedagogia	Cultura, Organização e Educação	Educação	02
Maria Cecília Cortez Christiano de Souza	Pedagogia	Psicologia e Educação	Educação	01
Maria do Carmo Santos Domite	Matemática	Ensino de Ciências e Matemática	Educação	02
Maria Luisa Sandoval Schimidt	Psicologia	Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano	Psicologia	01
Mônica Guimarães Teixeira do Amaral	Psicologia	Psicologia da Educação	Educação	01
Sônia Castellar	Geografia	Metodologia e didática de Geografia no ensino fundamental	Geografia	01
Sônia Teresinha deSouza Penin	Pedagogia	Didática, Teorias de Ensino e Práticas Escolares	Educação	01

A USP apresenta uma característica muito particular no que se refere à diversidade de programas e áreas do conhecimento que produziram pesquisas sobre a educação escolar indígena. Representa a tendência que a EEI seguiu nas últimas décadas, inicialmente foi objeto de estudo da Antropologia, seguida da Linguística e outras áreas, inclusive a Educação, sendo que esta última se tornou a área do conhecimento com a maior produção sobre a temática. Essa predominância da área da educação fica evidente quando analisamos o quadro 3, nele o PPG em Educação figura como responsável por praticamente 50% da produção total, tendo a linha de pesquisa Sociologia da Educação em destaque. A primeira dissertação levada a defesa na USP foi no curso de pós-graduação em Antropologia por Mariana Ferreira em 1992, a pesquisadora estava vinculada ao Grupo de Educação Indígena (MARI) do departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo. O referido grupo de pesquisa fundado por Aracy Lopes da Silva e Lux Vidal foi pioneiro nas pesquisas com populações indígenas no país, com destaque nacional. O MARI possui uma extensa produção bibliográfica na área da Educação Escolar Indígena e prestou assessoria técnica a organizações indígenas e não indígenas de

diversas regiões do país.

Quadro 4. Descrição das orientações docentes em nível de *stricto sensu*, de acordo com a área de formação, linha de pesquisa e programa na UCDB/MS, durante o período de 1980 a 2017.

ORIENTADOR	FORMACAO	LINHA DE PESQUISA	PROGRAMA	TOTAL DE ORIENTAÇÕES
Adair Casaro Nascimento	Pedagogia	Diversidade Cultural e Educação indígena	Educação	12
Antônio Jacob Brand	História	Diversidade Cultural e Educação indígena	Educação	07
Heitor Queiroz de Medeiros	História	Diversidade Cultural e Educação indígena	Educação	02
Sônia Grubits	Psicologia	Psicologia da Saúde	Psicologia	01
Antônio Jacob Brand	História	Não informado	Desenvolvimento Local	01
Marina Vinha	Educação Física	Diversidade Cultural e Educação indígena	Educação	01
José do Nascimento	Filosofia	Não informado	Educação	01
Helena Faria de Barros	Pedagogia	Não informado	Educação	01
Sônia Grubits	Psicologia	Não informado	Educação	01
Alfredo Sganzerla	Filosofia	Não informado	Educação	01

A Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), em Mato Grosso do Sul, desenvolve pesquisas em Educação Escolar Indígena desde os anos 90. Em 1996 foi levada a defesa a primeira dissertação no PPG em Educação. O Quadro 4 evidencia a concentração dos trabalhos produzidos na área de Educação (n=26) do total de 28 trabalhos realizados na pós-graduação. Atribuímos à essa produção consistente da UCDB ao fato do PPG em Educação possuir uma linha de pesquisa que trata das questões educacionais dos povos indígenas ‘Diversidade Cultural e Educação Indígena’, a qual estuda a diversidade cultural contemplando questões que permeiam as relações entre educação, cultura, multiculturalismo e interculturalidade, como dimensão epistemológica, tendo como referência, entre outras realidades marcadas pela pluralidade, a realidade das comunidades indígenas, afrodescendentes, a educação popular e os movimentos sociais. Vale destacar que na referida linha de pesquisa foram defendidos 22 trabalhos, sendo 20 dissertações e 02 teses. A pesquisadora com maior produção da UCDB, Adair Casaro Nascimento, lidera o Grupo de pesquisa Educação e Interculturalidade (GPEIN), onde sob sua orientação foram defendidas as duas teses em EEI do PPGE.

A UCDB alberga o Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas (NEPPI), criado em 1995 com o intuito de coordenar os vários Programas e Projetos de pesquisa e extensão voltados para as sociedades indígenas, bem como participar das discussões e

encaminhamentos pertinentes a outras questões relacionadas à população indígena do Estado do Mato Grosso do Sul. A partir do NEPPI se organizam dois Programas de Pesquisa e intervenção desenvolvidos junto às populações indígenas do Mato Grosso do Sul: Programa Kaiowá/Guarani e Programa Terena. Também são vinculados ao NEPPI temos: a Revista Tellus, que é voltada para a publicação de resultados de pesquisa e documentação sobre as populações indígenas e publica artigos relacionados à etnologia indígena ou estudos interdisciplinares que tenham interface com a antropologia, além de possibilitar a divulgação de textos escritos por autores indígenas. A primeira edição é de 2001 e desde então já publicou 16 volumes com uma média de duas edições ao ano; O Centro de Documentação e Biblioteca Digital Indígena Teko Arandu, que registra, arquivava e disponibiliza documentação primária e secundária; O Programa Rede de Saberes, que objetiva o apoio a permanência de indígenas no Ensino Superior.

Quadro 5. Descrição das orientações docentes em nível de *stricto sensu*, de acordo com a área de formação, linha de pesquisa e programa na UNICAMP, durante o período de 1980 a 2017.

ORIENTADOR	FORMAÇÃO	LINHA DE PESQUISA	PROGRAMA	TOTAL DE ORIENTAÇÕES
Angel Humberto Cobrera Mori	Linguística	Línguas Indígenas	Linguística	01
Antônio Miguel	Matemática	Histórias, Filosofias e Educação Matemática	Educação	01
Antônio Roberto Guerreiro Junior	Ciências Sociais	Ciências Sociais na Educação	Educação	01
Eduardo Roberto Junqueira Guimarães	Letras	Constituição das Teorias e Métodos de Linguagem	Linguística	01
Ernesta Zamboni	História	Metodologia do Ensino	Educação	01
João Frederico da Costa Azevedo Meyer	Matemática	Educação Matemática	Educação	01
Jocimar Daolio	Educação Física	Educação Física Escolar	Educação Física	01
José de Alencar Simoni	Química	Ensino de Ciências e Matemática	Instituto de Física Multiunidades em Ensino de Ciências e Matemática	01
José Claudinei Lombardi	Ciências Sociais	História, Sociedade e Educação	Educação	01
Maria Tereza Eglér Mantoan	Pedagogia		Educação	01
Marilda do Couto Cavalcanti	Letras	Escolarização em contextos bilíngues/bidialectais	Linguística Aplicada	07
Mônica Graciela Zoppi Fontana	Letras	Constituição das Teorias e Métodos de Linguagem	Linguística	01
Terezinha de Jesus Machado Maher	Letras	Linguagens, Culturas e Identidades	Linguística Aplicada	02

Leda Maria Caira Gitahy	Ciências Sociais	Não informado	Política Científica e Tecnológica	01
Roberto Cardoso de Oliveira	Filosofia	Não informado	Ciências Sociais	01

A Unicamp está entre as IES de maior tradição nas pesquisas sobre a temática indígena, na área de EEI, e os programas de Linguística são os mais atuantes. No levantamento realizado sobre as teses e dissertações produzidas na Unicamp, registrou-se que seu primeiro trabalho de mestrado foi defendido em 1990 no programa de pós-graduação em Linguística Aplicada. Nesse estudo foi realizada uma análise de um curso de português oral como segunda língua para jovens Guarani, em São Paulo. Foi também na Unicamp que se levou a cabo a defesa da primeira tese numa IES brasileira que tomou como objeto de pesquisa a EEI. A pesquisa de doutorado foi realizada no PPG em Ciências Sociais, e tratava de diferentes formas de uso da linguística estrutural no interior da missão evangélica Summer Institute of Linguistics (SIL), entre as décadas de 1930 e 1960 junto aos povos indígenas.

Outro dado que chama a atenção é o fato de possuir um número superior de teses ao de dissertações, respectivamente 15 teses e 11 dissertações.

Quadro 6. Descrição das orientações docentes em nível de *stricto sensu*, de acordo com a área de formação, linha de pesquisa e programa na UFMT, durante o período de 1980 a 2017.

ORIENTADOR	FORMAÇÃO	LINHA DE PESQUISA	PROGRAMA	TOTAL DE ORIENTAÇÕES
Maria de Lourdes Bandeira de Lamônica Freire	Letras	Não informado	Educação	02
Edir Pina de Barros	Ciências Sociais	Não informado	Educação	06
Maria Lúcia Rodrigues Muller	Pedagogia	Movimentos Sociais, Política e Educação Popular	Educação	01
Darci Secchi	Pedagogia	Movimentos Sociais, Política e Educação Popular	Educação	09
Michèle Sato	Ciências Biológicas.	Educação e Meio Ambiente	Educação	01
Nicanor Palhares Sá	Pedagogia	Cultura, Memória e Teorias em Educação	Educação	01

Gladys Denise Wielewski	Matemática	Educação em Ciências e Educação Matemática	Educação	01
Sílvia de Fátima Pilegi Rodrigues	Pedagogia e Letras	Formação de Professores e Políticas Públicas Educativas	Educação	01
Beleni Saléte Grando	Educação Física	Movimentos Sociais, Política e Educação Popular	Educação	01
Edson Caetano	Ciências Sociais	Movimentos Sociais, Política e Educação Popular	Educação	01

Ao analisar o quadro 6 e com o auxílio dos dados das tabelas 1 e 2, podemos inferir que a UFMT tem contribuído significativamente na pesquisa em EEI desde a década de 1990. No ano de 1994 foi defendida a primeira dissertação no Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE); o estudo se dedicou a realizar um relato e análise da experiência, executada em 1987 pelos professores Ticuna, de construção coletiva de um livro com textos bilíngues para a pós-alfabetização em suas escolas. Foi nesse mesmo programa, em 1996, que se levou a defesa a primeira dissertação de uma indígena em um programa de pós-graduação brasileiro, cuja pesquisa abordava a educação escolar entre os Kurâ-Bakari.

Outro dado que chama a atenção ao analisar o quadro 06, é o fato de a educação ser responsável por toda a produção em EEI na instituição, fato que não foi constatado ao analisar os outros quadros de produção das IES que figuram entre as 80 com maior volume de produção em âmbito nacional. Podemos destacar, também, que nos últimos anos a linha de pesquisa Movimentos Sociais, Política e Educação Popular se consolidou como a responsável pelo maior número de pesquisas realizadas no PPGE e, conseqüentemente, da UFMT.

Quadro 7. Descrição das orientações docentes em nível de *stricto sensu*, de acordo com a área de formação, linha de pesquisa e programa na UFSC/SC, durante o período de 1980 a 2017.

ORIENTADOR	FORMAÇÃO	LINHA DE PESQUISA	PROGRAMA	TOTAL DE ORIENTAÇÕES
Ademir Donizeti Caldeira	Matemática	Não informado	Educação Científica e Tecnológica	02

Ana Lúcia Vulfe Notzold	História	História Indígena, Etno-história e Arqueologia	História	03
Antonella Maria Imperatriz Tassinari	Ciências Sociais		Antropologia Social	02
Cláudia Galvam Duarte	Matemática	Formação de Professores	Educação Científica e Tecnológica	01
Cristina de Azevedo Tramonte	Letras/Ciências Sociais	Tecnologia e Ensino	Educação	02
Gilka Girardello	Comunicação Social	Educação e Comunicação	Educação	01
Josué da Silva Filho	Física	Educação e Infância	Educação	01
Leda Scheibe	História	Não informado	Educação	01
Maria Inêz Probst Lucena	Letras	Não informado	Linguística	01
Maristela Fantin	Farmácia Bioquímica	Educação Popular e Formação de Educadores	Educação	01
Olinda Evangelista	Filosofia	Política Educacional e Formação Docente	Educação	01
Reinaldo Matias Fleuri	Filosofia	Ensino e Formação de Educadores	Educação	04
Terezinha Kuhn Junkes	Letras	Não informado	Linguística	01

Podemos identificar, com base no quadro 07 e dados do banco de dados levantados, que a UFSC possui uma produção considerável e relativamente recente em EEI, sendo que o primeiro registro de trabalho data de 1999, e só a partir de 2005 tem uma intensificação da sua produção. Dos 21 trabalhos registrados, 06 são pesquisas de doutorado, sendo que 03 foram defendidos no PPG em Educação, 02 no PPG em Linguística e 01 PPG em Educação Científica. No que se refere aos trabalhos de mestrado, ela apresenta uma produção de 15 dissertações, distribuídas da seguinte forma: 07 no PPG em Educação, 03 no PPG em História, 02 no PPGE Científica, 02 no PPG em Antropologia, 01 PPG em Linguística.

Quadro 8. Descrição das orientações docentes em nível de *stricto sensu*, de acordo com a área de formação, linha de pesquisa e programa na UNB, durante o período de 1980 a 2017.

ORIENTADOR	FORMAÇÃO	LINHA DE PESQUISA	PROGRAMA	TOTAL DE ORIENTAÇÕES
Adalgisa Maria Vieira do Rosário	História	Não informado	Educação	01
Iara Lúcia Gomes Brasileiro	Ciências Biológicas	Não informado	Educação	01
Iria Brzezinski	Pedagogia	Não informado	Educação	01
Laís Maria Borges de Mourão Sá	Sociologia e Política	Não informado	Educação	01
Leila Chalub Martins	Pedagogia	Educação, Educação Ambiental e Educação do Campo	Educação	01
Mônica Celeida Rabelo Nogueira	Antropologia Social	Políticas Públicas, Culturais e Sustentabilidade	Desenvolvimento Sustentável	01
Teresa Cristina Siqueira Cerqueira	Psicologia	Subjetividades e representações sociais dos sujeitos que aprendem	Educação	01
Stephen Grant Baines		Não informado	Antropologia Social	04
Júlio César Melatti	História e Geografia	Não informado	Antropologia Social	01
Ana Maria Fernandes	Ciências Sociais	Educação, Ciência, Tecnologia na contemporaneidade	Ciências Sociais	01
Ana Tereza Reis da Silva	Pedagogia	Não informado	Educação	01
Dioney Moreira Gomes	Letras	Não informado	Linguística	01
Juliana de Freitas Dias	Letras	Discursos, representações sociais e textos	Linguística	01
Cristiane de Assis Portela	História	História Indígena e Indigenismo no Brasil	Desenvolvimento Sustentável	01
. Othon Henry Leonardos	Geologia	Política e Gestão Ambiental	Desenvolvimento Sustentável	01
Denize Elena Garcia.da Silva	Letras	Não informado	Linguística	01

O quadro 08 nos evidencia algumas particularidades e características da UNB. Inicialmente, cabe destacar que foi a primeira universidade brasileira em que se levou a defesa uma pesquisa na pós-graduação, estamos falando da dissertação apresentada no PPG em Educação no ano de 1978, que fez uma descrição dos processos de educação bilíngue entre os Karajá e Xavante. Quando nos reportamos ao período coberto por esta pesquisa, identificamos a dissertação defendida por Eneida Assis no PPG em Antropologia da UNB em 1981. A referida pesquisa de mestrado realizou uma análise da presença da escola entre os Galibi e Karipuna, da região do Uaçá, Amapá.

No que se refere à produção geral dos programas de pós-graduação da UNB, 19 trabalhos, temos a seguinte distribuição por áreas: 06 teses, 03 no PPG em Antropologia, 02 no PPG em Educação e 01 PPG em Ciências Sociais; 13 dissertações, 05 no PPG em Educação, 03 no PPG em Linguística, 03 no PPG em Desenvolvimento Ambiental, 02 no PPG em Antropologia.

Para finalizar esta seção, apresentamos uma série histórica agregada das teses e dissertações produzidas por regiões divididos em 4 períodos abarcando todas as produções registradas para este estudo.

Tabela 4: Distribuição da produção agregada de dissertações e teses, de acordo com período e região, 1981-2017, Brasil.

	1981-1990	1991-2000	2001-2010	2011-2017	Total
Norte	--	2	26	43	71
Nordeste	--	5	26	29	60
Sudeste	1	30	95	59	185
Centro-Oeste	2	15	43	43	103
Sul	0	3	34	29	66
Total	3	55	224	203	485

A partir da tabela 4 e com o auxílio dos quadros citados anteriormente, podemos acompanhar a evolução do crescimento em EEI no Brasil por regiões e identificar onde estavam localizados os primeiros programas de pós-graduação, grupos de pesquisa e linhas de pesquisa. Inicialmente, no primeiro período de produção foram registradas três produções nas regiões centro-oeste e sudeste, respectivamente: uma dissertação no PPG em Antropologia da UNB; uma dissertação no PPG em Educação da UNB e uma dissertação no PPG em Linguística da Unicamp. É nesse período, também, que começam a surgir os primeiros grupos de pesquisas dentro das universidades, dentre eles temos a constituição do grupo de pesquisa em educação indígena - MARI - da Universidade de São Paulo, que se consolidou ao longo do tempo como grupo de referência na área e com uma produção consistente.

Para o segundo período, ao analisar a tabela 2, podemos identificar o início das primeiras produções das demais regiões do Brasil, enquanto nesse mesmo período os programas de pós-graduação das regiões centro-oeste e sudeste, PPG em Educação da UNB, PPG em Educação da UFMT, PPG em Linguística da Unicamp e PPG em Antropologia da USP, começam a se destacar pelo volume expressivo de produção. Já para o terceiro período, observa-se a consolidação da região sudeste como centro das produções de teses e

dissertações do país, seguida do centro-oeste e sul, já o norte e nordeste tem um salto quantitativo, porém pequeno quando comparados às demais regiões.

O quarto período apresenta uma alteração no quadro de produção de teses e dissertações do país, a região norte passa a figurar como a segunda em produção acadêmica, com destaque para o PPG em Educação da Universidade Federal do Amazonas, que abriga a linha de pesquisa Formação e práxis do educador frente aos desafios amazônicos, responsável pela maior parte da produção em EEI da região. Cabe destacar que os programas de pós-graduação de Letras da Universidade Federal do Tocantins e de Educação Universidade Federal de Rondônia passam a registrar uma produção regular anual em EEI, aportando consideravelmente para esse crescimento da região norte. Neste contexto, destaca-se o LALI - Laboratório de Línguas Indígenas da UFT - Campus de Araguaína, que foi responsável, dentre outras iniciativas, pela realização de pesquisas de doutorado e mestrado em EEI junto ao programa de pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins.

CAPÍTULO III

TENDÊNCIAS E CIRCULAÇÃO DA PRODUÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Neste capítulo abordamos a produção relativa à Educação Escolar Indígena entre os anos de 1980 a 2017 com o objetivo de identificar tendências, fontes e abordagens teórico-metodológicas das pesquisas assim como buscamos identificar, pelos diversos programas, os pesquisadores e suas identidades quanto às temáticas educativas. Nesta perspectiva, buscamos acompanhar a relação que pesquisadores estabelecem entre os principais problemas da constituição da Educação Escolar Indígena e suas formas de implementação. Também houve a preocupação em estabelecer algumas tendências sobre os referenciais teóricos/metodológicos considerando os períodos de produção nas décadas de 1980 a 1990 e a fase de crescimento mais acelerado a partir do século XXI.

Buscamos igualmente identificar o predomínio de determinadas temáticas e referenciais teóricos que tem se consolidado à medida em que o crescimento de teses e dissertações sobre educação escolar indígena se evidencia, pelas análises citadas, especialmente a de Grupioni de 2008. Segundo a pesquisa de Grupioni, ao constatar o crescimento intensivo a partir de 2007 de trabalhos acadêmicos, constatou-se também que, considerando seus métodos e fundamentos teóricos, houve a consolidação de um campo de investigação em que se articulavam a *educação* e a *linguística* com a *antropologia*. Ainda Grupioni (2008) destacou que neste mesmo período as investigações foram sendo constituídas por projetos mais amplos como a própria que estava realizando:

Esta pesquisa se inseriu na linha de investigação sobre redes de discursos do Projeto Redes Ameríndias, voltada a analisar os “usos e processos de produção de enunciados relativos à objetivação da “cultura”, categoria que veio a constituir um operador estratégico de inserção e confecção de redes que se estendem do plano local ao mundial” (PT/NHII, 2007: 17).

A ampliação de teses e dissertações nos últimos anos aponta, por outro lado, para a importância das universidades que, como foi assinalado anteriormente, foram sendo criadas em diversas regiões do país assim, como cursos de pós-graduação. O interesse pela temática indígena também se ampliou com a Lei 11.645/08 ao tornar obrigatório o ensino, em todos os níveis de educacionais, da história e da cultura dos povos indígenas brasileiros, sendo que houve, mesmo que em número restrito, a criação de disciplinas acadêmicas com temáticas indígenas em cursos de História, conforme indicam as pesquisa de doutorado de Aline

Valentini, História e Culturas indígenas nas Licenciaturas em História: da (in)visibilidade indígena ao protagonismo na história brasileira (VALENTINI, 2016) e a tese Diretrizes Curriculares para o ensino de História e cultura afro-brasileira e indígena: implementação e impactos na formação, saberes e práticas de professores de História iniciantes (Mato Grosso, Brasil), de Osvaldo Cerezer. (CEREZER, 2015).

Em continuidade a esta constatação do crescimento das pesquisas, tratamos de situar a problematização e referenciais constituídos neste campo de investigação para melhor compreender como tem sido realizada essa produção científico-acadêmica em EEI. Nesta perspectiva destacamos tópicos relacionados às questões teórico-metodológicas em sua articulação com os principais problemas e temas selecionados pelos pesquisadores e incluímos a circulação das pesquisas por intermédio de publicações em livros e revistas e sua importância para consolidação da área.

3.1.Principais temáticas e abordagens teórico-metodológicas

Nas últimas décadas os pesquisadores que se dedicaram a balanços sobre a produção científico-acadêmica em EEI, destacaram os temas mais estudados, assim como as opções quanto às abordagens metodológicas e referenciais teóricos que embasaram essas pesquisas. No que se refere ao recorte temporal, a maioria dos estudos delimitou suas análises, no período compreendido entre 1990 a 2010, sendo poucos os trabalhos identificados sobre período posterior, 2011 a 2017.

O balanço realizado por Grupioni (2008) indica uma forte presença de pesquisas realizadas por antropólogos que, conforme foi anteriormente assinalado, participaram da construção de escolas indígenas sob novo paradigma e, principalmente, com a introdução de novos sujeitos nas ações educativas e pedagógicas. A maior parte dos referenciais teóricos e metodológicos centraram-se em torno do debates sobre o conceito de cultura, destacando as realizadas por Clifford Geertz, *A Interpretação das Culturas* (1989) e a *Nova luz sobre a Antropologia* (2001) e a de Marshall Sahlins, *O ‘Pessimismo Sentimental’ e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção* (1997). Em pesquisas posteriores a 2007, o conceito de cultura introduzido como referencial para as pesquisas de antropólogos se estende para outros autores, notadamente Homi Bhabha em que debate as relações entre cultura e tradição e cultura e multiculturalismo em sua famosa obra *O Local da Cultura* (2007).

Os estudos sobre educação indígena ao se estenderem para o campo educacional relacionado principalmente às questões pedagógicas passaram a problematizar o conceito de cultura articulando aos de educação, introduzindo conceitos como de cultura escolar, currículo e diversidade cultural, alfabetização e letramento, dentre outros etc. O balanço sobre pesquisas em EEI, A temática indígena sob as lentes dos Estudos Culturais e Educação – algumas tendências e enfoques analíticos, organizada por Bonin; Ripoll; Aguiar (2015), delimitou suas análises em teses e dissertações do campo da Educação disponíveis nas bibliotecas virtuais da UFRGS, ULBRA e UCDB produzidas entre 2001 a 2013 e por estes trabalhos identificaram a permanência de enfoques analíticos que se valem dos Estudos Culturais para a abordagem da temática indígena centrada especialmente na problemática da diversidade cultural. Além disso, os autores constataram que o campo dos Estudos Culturais favorece o desenvolvimento de análises críticas que focalizam as desigualdades, as relações de poder, as práticas representacionais e as políticas em torno das identidades/diferenças.

A pesquisa “Educação Ameríndia e Interculturalidade”, coordenada por Maria Aparecida Bergamaschi e realizada junto ao curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ao analisar teses e dissertações que constavam do portal da CAPES a partir de 2001 a 2009, apresentou tendências semelhantes quanto ao predomínio da área educacional mas estas não estavam concentradas apenas nos cursos de Pós-Graduação em Educação. Muitos dos pesquisadores desenvolveram suas pesquisas em outros cursos dos quais se originavam. Das 45 teses e 135 dissertações postadas no portal da CAPES, a pesquisadora constatou que:

(...) parte significativa dessas pesquisas foi realizada em programas de Pós-Graduação dos cursos de Educação, onde figuram 29 doutorados e 99 mestrados, seguidos de muito longe, pela Antropologia, com 03 teses e 12 mestrados e Linguística, com 06 doutorados e 08 mestrados. As demais pesquisas foram realizadas em Pós-Graduações de História, Comunicação, Desenvolvimento, Sustentável, Administração, Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Educação Matemática, Psicologia, Sociologia, Estudos Comparados sobre as Américas, Teologia, Serviço Social e Direito (BERGAMASCHI, M., 2012, p. 8)

O balanço organizado pela pesquisadora Bergamaschi (2012b) indica também que a temática da educação escolar indígena, neste mesmo período, também integrava as pesquisas apresentadas pela ANPEd – Associação Nacional de Pós-graduação em Educação- em diversos GTs e estas pesquisas se inseriam em grupos e linhas de pesquisa sob o referencial de educação indígena a partir principalmente do final dos anos 2000, reforçando a tendência de ampliação da área apontada por Grupioni (2008). Para Maria Aparecida Bergamaschi

(2011b) o crescimento das pesquisas era decorrente do aumento das escolas indígenas, como evidenciavam os censos escolares, e, particularmente para a área de educação tal aumento estava relacionado à força com que o tema da diversidade estava adquirindo, tanto por constar das políticas públicas educacionais mas também pela luta constante dos movimentos sociais que exigiam mudanças na escola e a inclusão em seus currículos a diversidade cultural, assim como o respeito às diferenças étnico-culturais (Bergamaschi, 2012c). Desta forma, os estudos acadêmicos se multiplicavam por outras áreas de forma a desenvolver novas abordagens de caráter educativo e também proporcionavam novos subsídios junto a setores das políticas públicas tanto municipais como estaduais.

Considerando os temas educacionais mais recorrentes das pesquisas ao longo das últimas décadas os processos de alfabetização das crianças indígenas, assim como a constituição de uma escrita na língua indígena têm sido permanentes. Linguistas sempre se empenharam em analisar e criar métodos para a efetivação desta aprendizagem conforme vimos anteriormente sobre as práticas educativas das ordens religiosas e do SIL. Os caminhos da alfabetização das crianças assim como de jovens e adultos indígenas têm sido investigados por linguistas, com frequência e, assumem importância constante na produção acadêmica. Neste sentido, os estudos da linguística relacionados à educação escolar indígena contaram com importantes pesquisadores e, destacaram-se neste campo de investigação, a partir dos anos de 1990, o grupo do Instituto de Estudos da Linguagem, da Unicamp e o da Universidade Federal de Goiás, UFG. Tais grupos de pesquisadores ampliaram os debates sobre o significado e os desafios da constituição de uma língua escrita alfabética para sociedades sem tradição escrita assim como apontaram para a importância da diversidade de línguas indígenas (aproximadamente 230 línguas) e a necessidade de políticas públicas para a preservação desse importante patrimônio cultural. Os levantamentos recentes mostram que os problemas decorrentes de uma educação intercultural e bilíngue (EIB) permanecem ao longo das últimas décadas e pesquisadores tem se utilizado de referências nacionais e internacionais tais como a produção de Bruna Franchetto, Línguas indígenas e comprometimento linguístico no Brasil: situação, necessidades e soluções (Museu Nacional, s.d.), Linguagem, escrita e poder de Maurizio Gnerre (1991) e a do linguista e historiador Jack Goody, dentre eles o livro Domesticação do pensamento selvagem (1988) e de Mikhail Bakhtin, em especial Estética da criação verbal (1997).

De acordo com os resultados de um estudo empreendido sobre a história da educação

escolar indígena no Brasil, com ênfase na Região Centro- Oeste e, mais particularmente Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, os pesquisadores Leia Maciel e Giovani José da Silva apresentaram os primeiros resultados em forma de artigo intitulado Nem “programa de índio”, nem “presente de grego”: uma crítica a concepções teórico metodológicas em pesquisas sobre educação escolar indígena em Mato Grosso do Sul (1995-2001) (MACIEL; SILVA, 2009). Os autores destacam problemas de idealização nas análises sobre a educação intercultural e bilíngue (EIB) nas escolas indígenas feitas até aquele momento. As pesquisas realizadas de forma predominante por antropólogos e linguistas caracterizam-se, para estes autores, por centrar os debates quase que exclusivamente sobre o papel do professor indígena, dos conflitos entre a aprendizagem formal e tradicional, da relação entre oralidade/escrita e mito/história. Para estes autores, ainda que essas questões sejam importantes, estas estavam sendo tratadas de forma genérica e com uma divisão histórica linear e taxativa sobre o “antes” e o “depois” da chegada dos projetos alternativos de ONGs indigenistas e indígenas. (Maciel; Silva. p. 218, 2009) Seria importante, segundo os pesquisadores, para a efetivação das práticas em escola indígena, que as pesquisas aprofundassem as questões sobre análise de textos escritos por alunos e professores indígenas, apresentar estudos sobre formas de aquisição de segunda língua e ampliar investigações sobre a noção de infância, de aprendizagem e de pedagogias indígenas; entre outros temas.

Ao comentar a produção acadêmica, focada nos processos de escolarização indígena, Mariana Paladino afirma que maioria dos trabalhos se volta para estudos de caso, sendo poucos os “que se referem a políticas educativas no nível nacional” (2001: 21). Outra característica ressaltada é a experiência prévia dos autores com os grupos indígenas entre os quais se centrou a pesquisa, revelando um engajamento indigenista em diferentes papéis, não raro com vinculação a algum órgão estatal, organização não governamental ou missionária. Não obstante a diversidade de abordagens, estilos e proveniência institucional, a autora revela que essa produção compartilha de temáticas comuns, evidenciando uma unidade discursiva em torno de certa retórica e certos enunciados. Em sua análise, Paladino (2001) destaca como temáticas recorrentes a oposição educação indígena e educação para indígenas, oralidade e escrita, novas garantias legais, relevância do trabalho das ONGs, crescente organização indígena, papel do professor indígena, escola como instrumento de autodeterminação e autonomia e, por fim, a questão da intervenção e do engajamento nesse tema.

Para os grupos de pesquisadores da área da educação, que se ampliavam a partir do

século XXI, ficava evidente que as investigações deveriam contribuir para que se pudesse superar as limitadas práticas comemorativas sobre os indígenas com que se apresentavam nas escolas urbanas. Tratava de aprofundar o conhecimento sobre os povos indígenas e muitas das pesquisas na área da educação dedicaram-se a conhecer a escola indígena e seus significados nas aldeias, na legislação e nas relações das leis com as práticas escolares. Nesta perspectiva também as pesquisas aumentaram os temas sobre formação de professores, oralidade x escrita, bilinguismo, a matemática na perspectiva da etnomatemática, assim como a questão indígena na escola não-indígena e nos livros didáticos. Um referencial que passou a ser incorporado pelas pesquisas foi o de interculturalidade, utilizando os estudos e as assertivas de Canclini:

(...) não é pouca coisa este patrimônio de interculturalidade numa época em que a expansão busca uniformizar o *design* de tantos produtos e subordinar os diferentes padrões internacionais [...]. Os povos indígenas têm a vantagem de conhecer pelo menos duas línguas, articular recursos tradicionais e modernos, combinar o trabalho pago com o comunitário, a reciprocidade com a concorrência mercantil. CANCLINI, 2007, p.69).

A partir de 2005, de acordo com análise de Bergamaschi (2012), as pesquisas tiveram maior cuidado com os processos próprios de *aprendizagem*, assim como os de *ensinar*, das populações indígenas e houve maior reconhecimento sobre os saberes e formas de conhecimento das diversas comunidades indígenas:

Assim como a escrita e talvez por ser componente curricular de muito prestígio na escola, a matemática aparece com distinção numérica nos estudos que focalizamos, em especial a etnomatemática que, na escola indígena, aborda especialmente a relação entre os sabers tradicionais dos povos originários e o uso da matemática escolar, bem como a formação dos professores em relação à matemática. (BERGAMASCHI, 2012 p.15)

Com relação a trabalhos que se debruçaram sobre os problemas da formação de professores indígenas, estes têm se multiplicado, tornando-se um dos temas mais abordados pelas pesquisas mais recentes. O trabalho realizado por Kleber Gesteira Matos e Nietta Lindenberg Monte (2006), *O estado da arte da formação de professores indígenas no Brasil*, reforça o argumento de que a formação de professores tem sido um dos mais recorrentes nas pesquisas em EEI. Nele é apresentado um balanço sobre um número considerável de cursos de formação, destacando as principais dificuldades enfrentadas na execução desses projetos e alguns resultados alcançados pelos projetos pioneiros na área. As pesquisas sobre *formação de professores indígenas* tem utilizado análises de documentos variados, partindo de textos legais produzidos pelas SEs estaduais, municipais e federais, assim como a série de textos

originários dos Encontros de Professores das diferentes regiões do país, dos textos das organizações indígenas, assim como os próprios Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC, os materiais didáticos resultantes dos cursos, além de depoimentos dos professores indígenas e da equipe de professores que ministram a formação docente.

Em um balanço mais recente sobre pesquisas em EEI de 2015, *A temática indígena sob as lentes dos Estudos Culturais e Educação – algumas tendências e enfoques analíticos*, seus autores, Bonin; Ripoll; Aguiar (2015), mapeiam e discutem algumas tendências e enfoques analíticos que vêm sendo conduzidos em teses e dissertações do campo da Educação que se valem dos Estudos Culturais para a abordagem da temática indígena. Das 14 dissertações e teses disponíveis nas bibliotecas virtuais da UFRGS, ULBRA e UCDB (2001-2013), seus autores verificaram que em tais produções problematiza-se o tema pela concepção da diversidade cultural mobilizada pelas perspectivas multiculturalistas. Além disso, constatou-se que o campo dos Estudos Culturais tem favorecido o desenvolvimento de análises críticas que focalizam as desigualdades, as relações de poder, as práticas representacionais e as políticas em torno das identidades/diferenças. A maioria tinha como preocupação central a problemática da presença da escola em terras indígenas ou sua ausência e predominava uma análise etnográfica de situações particulares, envolvendo um único povo em sua experiência em conviver com a escola e com as permanências dos fundamentos da educação indígena.

Numa análise mais abrangente realizada por Gersem Baniwa (2011), sobre a produção acadêmica que aborda a educação escolar indígena, o autor constatou que além de ampliação e diversificação de temáticas, houve uma mudança de preocupação analítica dessas pesquisas. Destaca que nas décadas de 1980 e 1990 as análises estavam voltadas para estudos de casos etnográficos de experiências dos povos indígenas com a escola, já a partir da década de 2000 as preocupações estão mais voltadas aos desafios de protagonismo e apropriação da escola e dos processos de formação acadêmica, pautando-se na discussão das políticas públicas, tais como: educação como direito, cidadania indígena e indígenas como sujeitos de direito. A escola passa a ser tratada como instrumento de direitos e de cidadania (LUCIANO, 2011, p. 52).

De maneira mais geral, pode-se identificar mudanças metodológicas majoritariamente quanto aos estudos de caráter etnográfico que tiveram maior aprofundamento com base em referenciais de história oral, contemplando entrevistas e depoimentos orais dos diversos

grupos indígenas. Considerando os resultados dos balanços supracitados, foi possível ter uma dimensão sobre as principais temáticas e abordagens teórico-metodológicas que fundamentaram as pesquisas sobre EEI no Brasil, principalmente, até a primeira década deste século.

Com a finalidade de ampliar a compreensão dessa produção acadêmica realizada por um número diferenciado de pesquisadores, apresentamos algumas características das pesquisas de doutorado para o período compreendido entre 2011 e 2017, com base em resumos, introduções e referências bibliográficas das teses.

Tabela 5. Distribuição de Teses em Educação Escolar Indígena, de acordo com programas de Pós-graduação, 2011-2017, Brasil.

Programas de Pós-graduação com Doutorado	N	%
Educação	35	60,3
Antropologia	4	6,9
Linguística	3	5,2
Outros*	16	27,6
Total	58	100,0

*Educação Científica e Tecnológica; Educação Matemática; Multiunidades em Ensino de Ciências e Matemática; Ciências Sociais; História; Letras; Educação Física; Ciência Política; Multidisciplinar; Política Científica; Ciências da Religião; Psicologia.

Na tabela 5, a distribuição da produção por programas de pós-graduação segue os padrões encontrados em balanços anteriores, com a educação sendo responsável por mais de 50% de toda a produção, seguida, pela Antropologia e pela Linguística. Estes dados apontam os programas de pós-graduação em educação como o centro de produção das teses em educação escolar indígena no Brasil. Outro fato que chama a atenção é a produção de teses por programas que não tinham nenhuma tradição na área, Política Científica e Educação Científica e Tecnológica, isso pode ser um indicativo de novas pesquisas e a consolidação de futuros centros de pesquisa em EEI.

Quadro 9. Descrição dos temas investigados nas Teses de educação escolar indígena, 2011-2017, Brasil.

Temas mais investigados	N
Formação de professores	18
Cultura	17
Escola indígena	16
Ensino superior	10
Currículo	6
História da educação escolar Indígena	5
Políticas de ação afirmativa	5
Alfabetização e Letramento	5
Língua	5
Etnomatemática	3
Bilinguismo	2
Lei 11.645/08	2
Total	94

No que se refere aos temas das pesquisas, quando olhamos o quadro 9, é perceptível a permanência da maioria que foram apontados em balanços sobre períodos estudados anteriormente. Constatou-se, também, um crescimento considerável em relação a temas sobre políticas de ação afirmativa e educação superior indígena. Vale ressaltar que os temas das teses dialogavam com as políticas de Ação Afirmativa instituídos pelos governos progressistas direcionadas às minorias étnicas e em articulação com as demandas dos povos indígenas daquele momento.

Quando nos referimos as bases teóricas das teses, podemos identificar algumas continuidades e emergência: a base teórica da pedagogia figura como a mais citada nas teses, além dos já clássicos autores estrangeiros, chama a atenção o uso de pesquisadores brasileiros como Rosa Helena Silva da UFAM, Adir Casaro Nascimento da UCDB e Maria Bergamaschi da UFRGS. A antropologia e a linguística se mantêm como uma das principais bases teóricas, são usadas principalmente para estudos sobre interculturalidade e o ensino de línguas, respectivamente. Já no que se refere às novas bases teóricas, os estudos culturais, em especial os estudos Pós-Coloniais¹⁴, se destacam como sendo uma das bases teóricas que passaram a fundamentar as pesquisas mais recentes sobre formação dos professores e currículos de escolas diferenciadas.

Outro dado que foi constatado durante a análise das teses, diz respeito à orientação metodológica das teses, foram identificadas 44 qualitativas, 4 quantitativo-qualitativas. Sobre

¹⁴ Considerado como o ramo politizado dos Estudos Culturais, procura desmistificar e desconstruir essencialismos e ideologias que presidiram o poderio das nações europeias, responsáveis pela partilha e sujeição impostas ao mundo não europeu em quase sua totalidade.

os métodos que as pesquisas mais utilizam estão o etnográfico (n=23), documental (n=09), bibliográfico (n=07).

3.2. O que dizem os pesquisadores indígenas.

Outra preocupação deste estudo foi o de identificar a autoria indígena com a finalidade de saber o que pesquisam e quais as características dessa produção acadêmica em EEI. Inicialmente empreendeu-se uma busca de trabalhos que pudessem subsidiar nosso levantamento. Nesse trâmite de identificação dos trabalhos dos pesquisadores indígenas, constatou-se a escassez de estudos que tenham realizado mapeamentos sobre a produção acadêmica indígena em EEI. Apenas foi identificado um pequeno balanço sobre 20 dissertações de indígenas realizado por Gersem Baniwa (2011), nele cita as dissertações pioneiras dos indígenas, dentre as quais 11 foram na área da educação escolar indígena.

Foram localizados dois trabalhos que contabilizaram a produção de teses e dissertações de indígenas em diversas áreas do conhecimento. Dentre eles, citamos Luciano; Oliveira; Barroso-Hoffmann (2010) que identificaram 100 alunos indígenas na pós-graduação, dos quais 40 tinham concluído o mestrado e cinco o doutorado. Cabe ressaltar que esses autores chamaram a atenção para o fato dessas teses e dissertações não terem sido publicadas e divulgadas, mesmo sendo as pioneiras no Brasil. Acreditamos que pode ser um indicio do desinteresse pelo mercado editorial em relação à essa produção acadêmica que ainda é pouco visibilizada e utilizada nas universidades. Outro trabalho que realizou um levantamento sobre a produção acadêmica indígena é o de Paladino (2016), que identificou 70 indígenas que já tinham realizado ou estavam realizando cursos de pós-graduação, dos quais 20 pesquisas estavam vinculadas à educação escolar indígena. Como informação adicional, a autora informa que até 2012 haviam sido defendidos 47 trabalhos em diversas áreas do conhecimento, em cursos de pós-graduação *strictu sensu*, tendo sido 39 dissertações de mestrado e oito teses de doutorado.

No sentido de ampliar esses dados sobre teses e dissertações de autoria indígena em EEI, apresentamos as pesquisas realizadas por indígenas nos quadros 10 e 11:

Quadro 10: Dissertações sobre Educação Escolar Indígena defendidas por indígenas (1996-2017)

ANO	INSTITUIÇÃO	AUTOR/ETNIA	TÍTULO
1996	UFMT	Darlene Taukane (Kurâ-Bakari)	Educação escolar entre os Kurâ-Bakairi
2004	UFMT	Francisca Pinto de Ângelo (Pareci)	O processo de inclusão das escolas indígenas no sistema oficial de ensino de Mato Grosso: protagonismo indígena
2005	UFAM	Lúcia Alberta Andrade de Oliveira (Baré)	Os Programas de Educação Escolar Indígena no Alto Rio Negro - São Gabriel da Cachoeira/AM (1997-2003)
2007	UCDB	Justino Sarmento Rezende (Tuyuka)	Escola Indígena Municipal Utapinozona – Tuyuka e a Construção da Identidade Tuyuka
2006	UFRN	Rita Gomes do Nascimento (Potyguara)	Educação Escolar Indígena: consensos e dissensos no projeto de formação docente Tapeba, Pitaguary e Jenipapo-Kanindé
2007	PUC/SP	Geraldo Veloso Ferreira (Tukano)	Educação Escolar Indígena: As práticas culturais indígenas na ação pedagógica da Escola Estadual Indígena São Miguel – Iauaretê (AM)
2008	UCDB	Eliane Gonçalves de Lima (Terena)	A pedagogia terena e as crianças do PIN Nioaque: as relações entre família, comunidade e escola
2009	UFRJ	Tonico Benites (Kaiowá)	A escola na ótica dos Ava Kaiowá: Impactos e interpretações indígenas
2009	UCDB	Nilza Leite Antonio (Terena)	Raízes na língua: identidade e rede social de crianças Terena da escola bilingue da aldeia bananal
2010	PUC/SP	Elio Pereira Fonseca (Piratapuia)	História da participação do Movimento indígena na constituição das “escolas indígenas” no município de Santa Isabel do Rio Negro-AM
2010	UCDB	Celinho Belizário (Terena)	Projeto Político Pedagógico – A Experiência na Escola Indígena Terena ‘Escola Municipal Indígena Pólo Coronel Nicolau Horta Barbosa’, na aldeia de Cachoeirinha, município de Miranda/MS
2010	UCDB	Maria de Lourdes Elias Sobrinho (Terena)	Alfabetização na língua Terena: Uma construção de sentido e significado da identidade Terena da aldeia Cachoeirinha /Miranda/MS
2010	UCDB	Celma Francelino Fialho (Terena)	O percurso histórico da língua e cultura Terena na aldeia ipegue/Aquidauana/ MS
2010	UFPA	Rosani de Fátima Fernandes (Kaingang)	Educação Escolar Kyikatêjê: novos caminhos para aprender e ensinar
2011	PUC/SP	Geisel Bento Julião (Wapixana)	Currículo como construção social em contexto de cidadania intercultural indígena
2012	UCDB	Aquilino Tsere’ubu’õ Tsi’rui’a (Xavante)	A sociedade xavante e a educação: um olhar sobre a escola a partir da pedagogia Xavante
2013	UFAM	Josimar Ramos Marinho (Tukano)	Processo de organização escolar e educação indígena no distrito de Pari Cachoeira /Amazonas
2014	UCDB	Eliel Benites (Kaiowá)	Oguata Pyahu (Uma Nova Caminhada) no Processo de Desconstrução e Construção da Educação Escolar Indígena da Aldeia Te’yikue

2016	PUC/SP	Chirley Maria de Souza Almeida Santos (Pankara)	O centro de educação e cultura indígena (CECI) da aldeia Tekoa Pyau (Jaraguá - São Paulo/SP): a cultura Guarani na escola de educação infantil e a atuação dos educadores indígenas
2016	UCDB	Gerson Pinto Alves (Terena)	O protagonismo da Escola Polo Indígena Terena Alexina Rosa Figueredo, da Aldeia Buriti, em Mato Grosso do Sul, no processo de retomada do território da terra Indígena Buriti
2016	UFAM	Laiana Pereira dos Santos (Wapixana)	“Nós somos Wapixana”: educação, política e protagonismo indígena (1979-2014)
2017	UFJF	Alva Rosa Lana Vieira (Tukano)	Território etnoeducacional Rio Negro: significações de uma política pública
2017	UFSCar	Lennon Ferreira Corezomáé (Balatiponé-Umutina)	Educação escolar do povo indígena Blatiponé-Umutina: compreendendo processos educativos da escola julá paré
2017	UNB	Núbia Batista da Silva (Tupinambá)	Identidades, vozes e presenças indígenas na Universidade de Brasília sob a ótica da Análise de Discurso Crítica

Fonte: Quadro elaborado pelo autor

O quadro 10 elenca as 24 dissertações produzidas por indígenas na área de Educação Escolar Indígena. Ele nos permite algumas interpretações, dentre elas podemos, inicialmente, falar sobre o número de povos representados e IES onde são realizadas essas pesquisas: das 10 universidades identificadas, a UCDB é a que mais alunos recebeu, 09 ao total, seguida da PUC/SP com 04 e UFAM com 03. Quando nos referimos aos povos que esses 24 pesquisadores pertencem, temos em destaque os Terena com 06 mestrados, em seguida contabilizamos 02 mestrados para os Tukano, Kawová e Wapixana, os demais povos tem um trabalho de mestrado realizado. Predominam os indígenas que cursaram pós-graduação em Educação com um total de 18 dissertações, secundariamente temos 1 na Antropologia, 1 na Linguística, 1 na História, 1 na Psicologia, 1 no Direito e 1 no programa de mestrado profissional em Gestão e avaliação da educação pública. Interessante destacar que esta dissertação foi o único trabalho, dentre teses e dissertações, realizado num programa de pós-graduação profissional sobre educação escolar indígena.

Sobre as temáticas de estudo das dissertações, a maioria aborda assuntos que envolvem seu próprio povo, os demais abordam assuntos vinculados às políticas indigenistas, às ações do Estado e às relações interétnicas com diferentes setores da sociedade brasileira. Entre os principais eixos temáticos abordados estão: formação de professores, currículo, cultura, língua e identidade. Em relação ao marco teórico, nos trabalhos de mestrado predominam a discussões baseadas em teorias da Pedagogia, História, Linguística, Ciências Sociais e da Antropologia, em especial. Já os conceitos mais recorrentes que nortearam as

análises são: Povos indígenas, Conhecimentos tradicionais, Interculturalidade, Autonomia, Alfabetização, Educação diferenciada e Etnicidade.

Outro aspecto que cabe destacar é sobre a metodologia dos trabalhos, a pesquisa qualitativa foi comum a todas. Entre as técnicas temos a observação participante, realização de entrevistas e aplicação de questionários. Sobre os métodos que as pesquisas mais utilizam estão o etnográfico, documental e bibliográfico.

Quadro 11: Teses sobre Educação Escolar Indígena defendidas por indígenas (2009-2017)

ANO	INSTITUIÇÃO	AUTOR/ETNIA	TÍTULO
2009	UFRN	Rita Gomes do Nascimento (Potyguara)	Rituais de resistência: experiência pedagógica tapeba
2011	PUC/RS	Wanderley Dias Cardoso (Terena)	A história da educação escolar para o terena: origem e desenvolvimento do ensino médio na aldeia Limão Verde
2011	UNB	Gersem José dos Santos Luciano (Baniwa)	Educação para manejo e domesticação do mundo entre a escola ideal e a escola real: os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro
2012	PUC/SP	Edson Machado de Brito (Kayapó)	A educação Karipuna do Amapá no contexto da educação escolar indígena diferenciada na aldeia do Espírito Santo
2014	PUC/SP	Naine Terena de Jesus (Terena)	Audiovisual na Escola Terena Lutuma Dias: Educação indígena diferenciada e as mídias
2017	PUC/SP	Geisel Bento Julião (Wapixana)	Prática pedagógica diferenciada, crítica e libertadora: uma experiência em curso na Licenciatura Intercultural da Universidade Federal de Roraima pela superação do currículo integracionista

Fonte: Quadro elaborado pelo autor

No quadro 11 temos as seis teses de pesquisadores indígenas, identificadas dentre as 112 teses selecionadas para este estudo. Essas 6 pesquisas sobre educação escolar indígena correspondem a 5,3% da produção total, demonstrando que ainda é pequena a autoria indígena na produção de teses.

Descrevemos a seguir as teses produzidas por pesquisadores indígenas, dando ênfase a alguns aspectos: povo ao qual pertence, lugar de produção da tese, principais características teórico-metodológicas da tese.

1- Cronologicamente, citamos a primeira tese defendida na área da Educação Escolar Indígena no Brasil por um indígena “Rituais de resistência: experiência pedagógica Tapeba” defendida em 2009 por Rita Gomes do Nascimento do povo Potyguara no Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, contou com o financiamento da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, FUNCAP. A tese analisa as ações educativas desenvolvidas nas escolas diferenciadas Tapeba, observando as manipulações táticas e estratégicas do tema do

preconceito em suas práticas pedagógicas. Partindo de uma abordagem crítica da escola, que a concebe como tempo-espço privilegiado de possibilidades de mudança sócio-política. A leitura das práticas educativas como rituais de resistência étnico-cultural é realizada por meio de uma aproximação com os estudos da antropologia da experiência e da performance. Atualmente está Diretora de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais no ministério da educação. Exerceu o cargo de Coordenadora Geral de Educação Escolar Indígena no Ministério da Educação de 2012 a 2015.

2- A tese “Educação para manejo e domesticação do mundo: entre a escola ideal e a escola real. Os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro” foi defendida em 2011 no PPG em Antropologia Social da Universidade Nacional de Brasília por Gersem José dos Santos Luciano, reconhecido pesquisador Baniwa na área da educação escolar indígena, graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Amazonas, pertence ao povo Baniwa, atualmente é Professor Adjunto da Faculdade de Educação e Diretor de Políticas Afirmativas da Universidade Federal do Amazonas. O autor analisa a demanda dos povos indígenas do Alto Rio Negro por educação escolar e universitária e o lugar que a escola e o mundo moderno ocupam no imaginário atual desses povos, a partir do qual projetam e constroem seu futuro. Na pesquisa a escola é apontada pelo autor como um dos principais meios para a apropriação de conhecimentos dos brancos e dos seus modos de vida, porém, a escola indígena não é vista como instrumento preferencial de fortalecimento ou resgate de culturas e identidades tradicionais, como pressupõe a ideia mais comum de escola indígena diferenciada, ainda segundo o autor, a escola deve ser vista como um mecanismo de aproximação e interação com o mundo extra-aldeia global. A referida pesquisa é qualitativa de cunho etnográfico. Quanto à bolsa de estudos recebida, não foi constatada o recebimento de nenhuma espécie de ajuda de agências fomentadoras de pesquisa.

3- Wanderley Dias Cardoso, Terena, possui graduação em História, defendeu em 2011 sua tese no Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Ibéricas e Americanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. A tese, A história da educação escolar para o terena: origem e desenvolvimento do ensino médio na aldeia Limão Verde, busca compreender até que ponto o ensino médio oferecido aos Terena satisfaz as demandas e expectativas da comunidade. Ele parte da análise de textos etnográficos que narram comportamento e ações dos Terena, bem como as políticas implantadas nessa comunidade, sobretudo, no campo da educação escolar, apoiado na Pesquisa de Campo, observação

etnográfica e análise de documentos oficiais. Nos agradecimentos da tese ele menciona a ajuda financeira recebida da Fundação Ford.

4- Edson Machado de Brito, é Kayapó. Doutor pelo programa de estudos pós-graduados em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com pesquisa financiada pelo CNPq e CAPES. Graduado em História pela Universidade Federal de Minas, atualmente é professor efetivo do Instituto Federal da Bahia (IFBA), atuando na docência em licenciaturas e cursos técnicos, coordena a Licenciatura Intercultural Indígena. Sua tese defendida em 2012, intitulada A educação Karipuna do Amapá no contexto da educação escolar indígena diferenciada na aldeia do Espírito Santo, analisa a trajetória da escola implantada entre os Karipuna do Amapá, centrando as análises nos debates e ações de implementação da educação escolar indígena naquela aldeia. Realiza, também, entrevistas com lideranças as quais são tratadas com os aportes da história do pesquisador Alessandro Portelli.

5- Naine Terena de Jesus é graduada em Radialismo pela Universidade Federal de Mato Grosso. É doutora pelo programa de estudos pós-graduados em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com pesquisa financiada pelo CNPq. Atualmente é docente na faculdade Católica de Mato Grosso, atua na Oráculo comunicação, educação e cultura, onde desenvolve pesquisas, docência em cursos livres, comunicação e execução de projetos. Sua tese defendida em 2014, intitulada Audiovisual na Escola Terena Lutuma Dias: Educação indígena diferenciada e as mídias, tem como objetivo investigar a utilização de produtos audiovisual nas aulas ministradas por professoras Terenas na Escola Municipal Indígena Lutuma Dias, localizada na aldeia Limão Verde, em Aquidauana – MS. A base metodológica da investigação pautou-se na observação da utilização do audiovisual na sala de aula e a produção própria de materiais por parte dos professores indígenas e entrevistas com esses educadores. A base teórica se utiliza de estudos da educação escolar indígena diferenciada, da história e cultura do povo Terena e educação.

6- Geisel Bento Julião do povo Wapichana, possui graduação em Licenciatura Intercultural pela Universidade Federal de Roraima. Atualmente é professor do ensino superior da Faculdade de Ciências, Educação e Teologia do Norte do Brasil e professor indígena da educação básica do Governo do estado de Roraima. É doutor pelo programa de estudos pós-graduados em Educação: currículo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Em 2017 defendeu sua tese intitulada Prática pedagógica diferenciada, crítica e

libertadora: uma experiência em curso na Licenciatura Intercultural da Universidade Federal de Roraima pela superação do currículo integracionista, teve apoio financeiro da CAPES para realizar sua pesquisa. Realizou um estudo qualitativo com enfoque na pesquisa bibliográfica, com pesquisa de campo e tinha como objetivo identificar os fundamentos ético e epistemológico da prática pedagógica diferenciada, crítica e libertadora em educação escolar indígena em Roraima (Licenciatura Intercultural da UFRR), além de descrever os princípios teórico e metodológico que caracterizam um currículo crítico e libertador capaz de valorizar os diferentes conhecimentos indígenas.

Dentre as agências de fomento à pesquisa que concederam bolsas de estudos para os indígenas ingressarem nos cursos de mestrado e doutorado, merece destaque o programa de bolsas da Fundação Ford que priorizou, a partir de 2002, negros e índios. Sobre o referido programa, Luciano (2011, p. 54) afirma que a inserção dos indígenas na pós-graduação muito se deve à contribuição da Fundação Ford no Brasil, que em parceria com a Fundação Carlos Chagas passou a oferecer, a partir de 2002, bolsas anuais de mestrado e doutorado no país tendo como beneficiários aqueles que faziam parte de grupos sociais com pouco acesso ao ensino superior e que demonstrassem potencial de liderança em seus campos de atuação, entre os quais se encontravam os estudantes indígenas.

3.3. Circulação das pesquisas sobre educação escolar indígena: 1980-2017.

Uma questão significativa é a disseminação das pesquisas no sentido de ampliar os debates e possibilidades de auxiliarem nas medidas políticas para superar a série de problemas para a efetivação das escolas indígenas. Nesta parte do trabalho apresento um levantamento de artigos, livros, coletâneas e dossiês, que na sua maioria, são decorrentes das pesquisas de doutorado e mestrado realizadas nos programas de pós-graduação brasileiros, cuja finalidade foi o de identificar como e onde estão circulando, uma vez que as teses e as dissertações são de circulação mais restrita.

Quadro 12: Artigos sobre a educação escolar indígena - 1980-2017

ANO	AUTOR	TÍTULO	REVISTA
1980	ALTMANN, Lori ZWETSCH, R. E	O projeto de educação para os Suruí	Chapecó: Cadernos do Povo-PU, 1980
1983	BRIDGEMAN, L. I.	A alfabetização de um povo ágrafo	Boletim da Associação Brasileira de Linguística - ABRALIN, (4): 102-15, maio 1983
1985	ASSIS, E. C.	A nova identidade étnica dada pela escola em grupo integrado: o caso dos índios Galibí e Karipuna	Revista Espaço Científico, Belém, 1985.
1985	ALTMANN, L.	A educação Kulina	O Rio Branco, Rio Branco/AC, 18 jan. 1985.
1987	AZEVEDO, Marta	Educação: O que Mudar na Constituinte	Boletim Jurídico, Comissão Pró-índio de São Paulo. São Paulo: CPI-SP, nº 7-8, abril, 1987.
1992	MONTE, N. L.	Educação Indígena e Bilinguismo: o Caso do Acre	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 73, n. 173, p. 7-29, jan/abr 1992
1992	AZEVEDO, Marta	O Movimento dos Professores Indígenas do Amazonas e Roraima	Boletim da Associação Brasileira de Antropologia. Florianópolis: ABA, nº 16, p. 13, abril, 1992
1993	BARROS, M.C.D.A	Educação bilíngue: linguística e missionários	Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi ser. Antropol. 9(2), 1993.
1994	SILVA, A L da	Grupo MARI: educação e respeito à diversidade brasileira	Cadernos de Campo, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 193-196, 1994.
1994	GRUPIONI, L. D. B.	Impasses na Legislação sobre Educação Escolar Indígena no Congresso Nacional	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 75, n. 179, p. 395-467, jan/dez 1994
1997	LADEIRA, M. E	O uso da escrita entre os Timbira	RUA, revista da UNICAMP, Campinas, 1997
1998	AMOROSO, M. R.	Mudança de hábito: catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos	Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 13, n. 37, p. 101-114, 1998
1999	MELIÁ, B.	Educação indígena na escola.	Cad. CEDES, Dez 1999, vol.19, no.49, p.11-17
1999	LADEIRA, M. E.	Educação escolar indígena: projetando novos futuros	Brasília: CTI, 1999
1999	CAVALCANTI, M. C.	Estudos sobre educação bilíngue e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil.	Delta, v. 15, n. especial, 1999.
1999	D'ANGELIS, W. R.	Contra a ditadura da escola	Cad. CEDES, Dez 1999, vol.19, no.49, p.18-25
2000	GRUPIONI, L. D. B.	Educação e povos indígenas: construindo uma política nacional de educação escolar indígena	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 81, n. 198, p. 273-283, maio/ago 2000
2000	DA SILVA, R. H. D.	Escolas em movimento: trajetória de uma política indígena de educação	Cadernos de Pesquisa, n. 111, p. 31-45, 2000
2000	MONTE, N. L.	E agora, cara pálida?: educação e povos indígenas, 500 anos depois	Revista Brasileira de Educação, Set/Out/Nov/Dez 2000 Nº 15
2001	DA SILVA, A. L.	Educação para a tolerância e povos indígenas no Brasil	Povos indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade, Edusp., v. 6, p. 99, 2001
2001	MAIA, M.	Representações da educação Karajá	Revista Educação e Sociedade, v. 22, p. 75, 2001

2002	JANUÁRIO, E.	Ensino superior para índios: um novo paradigma na educação	Cadernos de Educação Escolar Indígena, v. 1, n. 1, p. 15-24, 2002
2002	DA SILVA, R. H. D.	O estado brasileiro e a educação (escolar) indígena: um olhar sobre o plano nacional de educação	Tellus, ano 2, n. 2, p. 123-136, abr. 2002 Campo Grande - MS
2002	PAES, M. H. R.	A questão da língua na escola indígena em aldeias Paresi de Tangará da Serra-MT	Rev. Bras. Educ., Dez 2002, no.21, p.52-60
2003	DA SILVA, G. J SOUZA, J. L.	O despertar da fênix: a educação escolar como espaço de afirmação da identidade étnica Kinikinau em Mato Grosso do Sul	Sociedade e culturas, v.06, n 02, jul/dez 2003 p. 199-208
2003	CAVALCANTE L. I. P.	Formação de professores na perspectiva do Movimento dos Professores Indígenas da Amazônia	Revista Brasileira de Educação, v. 2003, n. 22, p. 14-25, 2003
2003	CAMARGO, D. M. P. ALBUQUERQU E, J. G.	Projeto pedagógico Xavante: tensões e rupturas na intensidade da construção curricular	Cad. CEDES, Dez 2003, vol.23, no.61, p.338-366
2004	LADEIRA, M. E	Desafios de uma política para a educação escolar indígena	Revista de Estudos e Pesquisas, v. 1, n. 2, p. 141-155, 2004.
2004	JANUÁRIO, J.	Formação de professores índios na universidade: a experiência do 3º grau indígena	Revista da Faculdade de Educação - Cáceres - MT - Ano II nº 2 / Jan-Jun
2004	MINDLIN, B	A política educacional indígena no período 1995-2002: algumas reflexões	Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.1, n.2, p.101-140, dez. 2004
2005	COHN, C.	Educação escolar indígena: para uma discussão de cultura, criança e cidadania ativa	Perspectiva, v. 23, n. 2, p. 485-515, 2005.
2006	SILVA, M. S. P.	As línguas indígenas na escola: da desvalorização à revitalização	SIGNÓTICA, v. 18, n. 2, p. 381-395, jul./dez.
2006	GOMES, A. M. R.	O processo de escolarização entre os Xakriabá: explorando alternativas de análise na antropologia da educação	Rev. Bras. Educ., Ago 2006, vol.11, no.32, p.316-327
2007	BERGAMASC HI, M. A. SILVA, R. H.	Educação escolar indígena no Brasil: da escola para índios às escolas indígenas	Ágora, v. 13, n. 1, p. 124-150, 2007
2007	BAINES, S.G.	A Educação Indígena no Brasil, na Austrália e no Canadá a partir das Estatísticas: uma perspectiva comparativa	Série Antropologia. Vol. 411. Brasília: Departamento de Antropologia da UNB, 2007, pp. 6-21
2007	NÉSPOLI, A. W.	Uma experiência de ensino de física em educação escolar indígena	Física na Escola, v. 8, n. 2, 2007
2007	BERGAMASC HI, M. A.	Educação escolar indígena: um modo próprio de recriar a escola nas aldeias Guarani	Cadernos CEDES. Campinas, SP. Vol. 27, n. 72 (maio/ago. 2007)
2007	BURATTO, L G.	A educação escolar indígena na legislação e os indígenas com necessidades educacionais especiais	http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_lucia_gouvea_buratto.pdf
2008	CUNHA, R. B.	Políticas de línguas e educação escolar indígena no Brasil	Educar, Curitiba, n. 32, p. 143-159, 2008. Editora UFPR
2008	MARCILINO, O. T. DYNNIKOV,	Ensino e aprendizagem na educação indígena do espírito santo: a busca de um diálogo com a	Congresso Brasileiro de Etnomatemática, Niterói, Rio de Janeiro. 2008

	CMS da S.	etnomatemática	
2008	CUNHA, R. B	Políticas de línguas e educação escolar indígena no Brasil	Educar em Revista, v. 24, n. 32, p. 143-159, 2008
2008	TASSINARI, A. M. I.	A educação escolar indígena no contexto da antropologia brasileira	Ilha Revista de Antropologia, v. 10, n. 1, p. 217-244, 2008
2008	TESTA, A. Q.	Entre o canto e a caneta: oralidade, escrita e conhecimento entre os Guarani Mbya	Educ. Pesqui., Ago 2008, vol.34, no.2, p.291-307
2009	SILVA, C. T. D	Interculturalidade tutelada: experiências indigenistas com a educação indígena no Brasil	Série Ceppac, 2009, 13p
2009	MATOS, M. A.	A comissão pró- índio do Acre e as línguas indígenas acreanas	Revista MOARA. Belém, n. 32 p. 87-107, jul/dez, 2009
2010	URQUIZA, A. H. A. NASCIMENTO, A. C.	O desafio da interculturalidade na formação de professores Indígenas	Espaço Ameríndio, v. 4, n. 1, p. 44, 2010.
2010	BERGAMASCHI, M. A.; MEDEIROS, J. C.	História, memória e tradição na educação escolar indígena: o caso de uma escola Kaingang	Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 30, nº 60, p. 55-75 - 2010
2010	DA SILVA, M. D. P.	A temática indígena no currículo escolar à luz da lei 11.645/2008	Cadernos de Pesquisa, v. 17, n. 2, 2010.
2011	GOMES, M. M. C.	Educação Escolar Indígena - Território Etnoeducacional: Relato de Experiência	Rev. Principia, n 18, João Pessoa, junho 2011
2011	FAUSTINO, R. C.	Os processos educativos no Brasil e seus projetos para a civilização e inclusão indígena	Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.41, p. 188-208, mar2011
2011	Bruno, L.	Gestão da educação escolar indígena diferenciada: contradições, limites e possibilidades	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 92, n. 232, p. 639-662, set./dez. 2011
2011	BUSARELLO, F. R. KEIM, E. J.	Identidade como relação de conflito na educação Escolar indígena	Espaço Ameríndio, v. 5, n. 3, p. 123, 2011
2011	DOS SANTOS, L. CALDEIRA, A.	Educação Escolar Indígena, matemática e cultura: a abordagem etnomatemática	Revista Latinoamericana de Etnomatemática: Perspectivas Socioculturales de la Educación Matemática, v. 4, n. 1, p. 21-39, 2011
2012	Oliveira, L. A. NASCIMENTO, R. G.	Roteiro para uma história da educação escolar Indígena: notas sobre a relação entre política Indigenista e educacional	Educ. Soc., Set 2012, Campinas, vol.33, no.120, p.765-781
2012	BARCELOS, V. H. L. MADER, S.	Educação escolar indígena e inclusão: por uma pedagogia do cuidado e da escuta	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 34, n. 93, p. 34-80, jan./abr 2012
2012	SECCHI, D.	A formação de professores indígenas para a diversidade	Revista de Educação Pública, v. 21, n. 46, p. 331-346, 2012
2012	DE OLIVEIRA, L. A. GOMES DO NASCIMENTO, R.	Roteiro para uma história da educação escolar indígena: notas sobre a relação entre política indigenista educacional	Educação & Sociedade, v. 33, n. 120, 2012
2012	DE OLIVEIRA CALDERONI,	Saberes tradicionais indígenas, saberes ocidentais, suas	Visão Global-DESCONTINUADO A PARTIR DE 2013, v. 15, n. 1-2, p. 303-

	V. A. M. NASCIMENTO, A. C.	intersecções na educação escolar indígena	318, 2013
2012	SÁ, M. A. BRUNO, M. M G.	Deficiência visual nas crianças indígenas em idade escolar das etnias Guarani e Kaiowá na região da Grande Dourados/MS: um estudo sobre a incidência e as necessidades específicas e educacionais especiais	Rev. bras. educ. espec. vol.18 no.4 Marília out./dez. 2012
2013	GONÇALVES, R. F.	Os desafios da educação escolar diferenciada, Intercultural e bilíngue entre os povos indígenas no Estado do Pará	XI EDUCERE, Curitiba, set 2013
2013	FAUSTINO, R. C. NOVAK, M. S. J. CIPRIANO, S. V.	A Presença Indígena na Universidade: acesso e permanência de estudantes Kaingang e Guarani no Ensino Superior do Paraná	Revista Cocar, v. 7, n. 13, p. 69-81, 2013
2013	DE ASSIS, E. C.	Os Tembé-tenetehara, a educação escolar indígena e os territórios Etnoeducacionais	Teoria e Prática da Educação, v. 16, n. 2, p. 81-87
2013	DAVID, M. MELO, M. L. DA SILVA MALHEIRO, J. M.	Desafios do currículo multicultural na educação superior para indígenas	Educação e Pesquisa: Revista da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, v. 39, n. 1, p. 111-125
2013	BITTENCOURT, C. M. F.	História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos	Ensino de histórias afro-brasileiras e indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p. 101-132
2013	GRUPIONI, L. D. B.	Quando a Antropologia se defronta com a Educação: formação de professores índios no Brasil	Pro-Posições, v. 24, n. 2, p. 69-80, 2013
2014	EICHHOLZ, G. L. GRANDO, B. S.	Formação de professores para a interculturalidade: Reflexões a partir da implementação da lei 11.645/08 nas Escolas de Cuiabá	Revista Fórum Identidades ITABAIANA: GEPIADDE, Ano 08, Volume 16 jul./dez. de 2014
2014	DELMONDEZ, P. PULINO, L. H. C. Z.	Sobre identidade e diferença no contexto da educação escolar indígena	Psicol. e Soc. vol.26 no.3 Belo Horizonte sept./dez. 2014
2014	RUSSO, K. PALADINO, M.	Reflexões sobre a lei 11.645/2008 e a inclusão da temática indígena na escola	Revista Fórum Identidades, ITABAIANA: GEPIADDE, Ano 08, Volume 16 jul./dez. de 2014
2015	BACKES, J. L.	A escola indígena intercultural: espaço/tempo de afirmação da identidade étnica e de desconstrução da matriz colonial	Interações (Campo Grande), v. 15, n. 1, 2015
2015	ZEPHIRO, K. A. DE JESUS MARTINS, N.	Educação escolar indígena diferenciada e intercultural entre os guarani mbyá do rio de janeiro: o legítimo e o real	Periferia, v. 7, n. 1, p. 6-25, 2015
2015	LIRA, M. J. O. WEIGEL, V. A. C. M. MARREIRO, T. L. C.	Professores Sateré-mawé e materiais pedagógicos na luta por uma educação específica e diferenciada	Reunião Nacional da ANPEd, 37. 2015. p. 16-16.
2015	BERGAMASC	Territórios etnoeducacionais:	Pro-Posições, v. 26, n. 2, p. 143-161,

	HI, M. A. SOUSA, F. B.	ressituando a educação escolar indígena no Brasil	2015
2015	DOS SANTOS CASÉ, C. J. F.	“Histórias e culturas indígenas”- alguns desafios no ensino e na aplicação da lei 11.645/2008: de qual história e cultura indígena estamos mesmo falando?	Revista História & Perspectivas, v. 28, n. 53
2015	MAROTO GUEROLA, C.	Proporcionar aos índios a valorização das suas línguas?! Problemas discursivos na diferenciação da escola indígena	Revista Brasileira de Linguística Aplicada, v. 15, n. 3, 2015
2016	DA SILVA, S. F. CALDEIRA, A. D.	Etnomatemática do Sistema de Contagem Guarani das Aldeias Itaty, do Morro dos Cavalos, e M'Biguaçu	Boletim de Educação Matemática, v. 30, n. 56, p. 992-1013, 2016
2016	ABBONIZIO, A. GHANEM, Elie	Educação escolar indígena e projetos comunitários de futuro	Educ. Pesqui., Dez 2016, vol.42, no.4, p.887-901
2016	MORAES GARCIA BRUNO, M, LOPES COELHO, L.	Discursos e Práticas na Inclusão de Índios Surdos em Escolas Diferenciadas Indígenas.	Educação & Realidade, v. 41, n. 3, 2016
2016	FREITAS, M. A. B. TORRE, I. C.	O papel do movimento indígena no processo de escolarização do ensino superior na amazônia	Olhares Amazônicos, Boa Vista, v. 4, n. 01, 2016.
2016	COHN, C. DE SANTANA, J. V. J.	A antropologia e as experiências escolares indígenas	Revista Pós Ciências Sociais, v. 13, n. 25, p. 61-86, 2016
2016	VALADARES, J. M. DA SILVEIRA JÚNIOR, C.	Entre o cristal e a chama: a natureza e o uso do conhecimento científico e dos saberes tradicionais numa disciplina do Curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas da Universidade Federal de Minas Gerais (FIEI/UFMG)	Ciencia & Educação, v. 22, n. 2, p. 541-553, 2016
2017	SILVA, M. N. M. SILVA, M. N. F. SILVA, W. A. G. P. M.	Autonomia parkatêjê para preservar sua língua nativa: me ikwy tekjê ri	Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 140, p.809-825, jul.-set
2017	SOUZA, I. R. C. S. BRUNO, M. M. G.	Ainda Não Sei Ler e Escrever: alunos indígenas e o suposto fracasso escolar	Educ. Real. vol.42 no.1 Porto Alegre jan./mar. 2017
2017	DA SILVA BRITO, R. P. FERREIRA REIS FONSECA, M. C.	Apropriação de Práticas Discursivas da Matemática Escolar: considerações a partir de uma experiência de formação intercultural de educadores indígenas	Boletim de Educação Matemática, v. 31, n. 58, 2017
2017	GUEROLA, C. M.	Os alunos teriam que estudar para poder comprar comida”: a escola guarani como necessidade, obrigação e direito	Rev. Bras. Educ., 2017, vol.22, no.71
2017	RUSSO, K. DE SOUZA, I. V.	Educação escolar indígena: limites e fragilidades na efetivação de direitos dos guarani mbya no Rio de	Tellus, v. 17, n. 32, p. 45-66, 2017

		Janeiro	
2017	NASCIMENTO, R. G.	Escola como local das culturas: o que dizem os índios sobre escola e currículo	Revista de Educação Pública, v. 26, n. 62/1, p. 373-389, 2017
2017	CHATES, T. de J.	Descolonização da escola e questão indígena: porque e para quem?	Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade. V. 03, ed. especial, dez., 2017, artigo nº 623
2017	DORRICO, J.	A educação escolar indígena no município de Porto Velho (RO): diagnóstico e proposições	Revista Professare, ISSN 2238-9172, Caçador, v. 6, n. 2, p. 69-96, 2017

Quadro 13: Livros e coletâneas sobre educação indígena (1981-2017)

ANO	AUTOR(ES)	TÍTULO	DESCRIÇÃO
1981	Comissão Pró-Índio-SP	A Questão da Educação Indígena	O livro resulta do I Encontro Nacional de Trabalho sobre Educação Indígena, promovido pela Subcomissão de Educação da Comissão Pró-Índio/SP, realizada em dezembro de 1979. É considerado um marco referencial para EEI, constitui-se de 14 artigos em que antropólogos, professores, indigenistas e membros de comunidades indígenas relatam experiências concretas de educação escolar. Esses profissionais de diversas áreas, estavam comprometidos com uma educação "para os índios", que atentasse para a preservação de sua identidade étnica e envolvesse a participação direta dos grupos indígenas.
1981	HERNÁNDEZ, Isabel	Educação e sociedade indígena: uma aplicação bilíngue do método Paulo Freire	No livro publicado pela Editora Cortez, Isabel Hernández relata uma experiência educativa desenvolvida no Chile a partir de 1972: o Programa de Mobilização do Povo Mapuche. O Programa articulou três instâncias mobilizadoras, dentre elas a de alfabetização bilíngue de 10.000 mapuches embasada no método Paulo Freire fazendo o uso de símbolos e palavras geradoras, selecionadas com o intuito de motivar uma reflexão capaz de despertar um conhecimento transformador
1987	DA SILVA, A. L.	A questão indígena na sala de aula - Subsídios para professores de 1º e 2º graus	Coletânea composta por 9 artigos divididos em duas partes: análise crítica das representações acerca das populações indígenas em livros didáticos; e outra, de propostas oferecidas a professores composta de conceitos antropológicos e de procedimentos pedagógicos para que conduzisse sua prática em sala de aula
1987	Ana Suelly A. C. Cabral Nietta Monte Ruth Monserrat	Por uma educação indígena diferenciada	Registro de um trabalho desenvolvido desde 1983 com as comunidades indígenas do Acre, este livro reflete sobre quatro anos de uma ação continuada, numa experiência de educação escolar em construção conjunta por índios e não-índios.
1989	Loretta Emiri Ruth Monserrat	A conquista da escrita - encontros de educação	Coletânea de trabalhos apresentados em encontros realizados pela Operação Anchieta (OPAN). A maior parte do livro é composta por relatórios específicos apresentados nos encontros

		indígena	sobre os trabalhos educacionais realizados junto aos povos indígenas. O livro também traz duas análises assinadas sobre a educação indígena, levantando as tendências e apresentando a conjuntura da época.
1993	Lucy Seki	Linguística indígena e educação na América Latina	Este livro é resultado do Simpósio "Índios e não-índios: uma interação desigual no limiar do século XXI", realizado na UNICAMP em 1991. Contém 25 artigos sobre povos indígenas brasileiros e situações relacionadas à outros países da América Latina, discutindo um variado número de questões linguísticas e educacionais e refletindo sempre sobre a preservação e valorização cultural no contato interétnico.
1993	ASSIS, E. C. (INEP)	O visitante inoportuno: o estudo da escola num grupo tribal	Esta publicação é decorrente do convênio de financiamento de pesquisa nº 27/91, firmado entre o INEP e a Universidade Federal do Pará, coordenado por Eneida Correa Assis, o relato faz uma descrição das situações vividas pelos Palikúr do rio Urucaúá, observadas, num espaço de tempo de vinte dias, durante a realização da primeira fase do projeto em etnoeducação, cuja proposta era a instalação de uma escola bilingue. Foram entrevistados professores, lideranças locais e chefia de postos, observou a dinâmica das aulas, além da observação participante.
1996	ASSIS, E. C.	Educação Indígena na Amazônia: experiências e Perspectivas Belém: UNAMAZ, 1996. v. 500.	Sintetiza as experiências de profissionais no âmbito da Educação Indígena. Dividido em seis capítulos, pretende contribuir para o acréscimo de informações sobre os projetos educacionais com os povos indígenas da Amazônia.
1999	TAKUANE, D,	A história da educação escolar entre os Kurá-Bakairi, editora da autora, Cuiabá, 1999	O livro da autora indígena é resultado da pesquisa de mestrado concluída em 1996. Apresenta 5 capítulos: no 1º faz uma apresentação geral do seu povo; no 2º trata da educação indígena tradicional; no 3º apresenta a memória da educação escolar entre os Kurá-Bakairi de 1922 a 1982; 4º aborda o período recente de conquista do espaço escolar pelos professores Bakairi, a parti de 1982; o 5º apresenta a discussão desenvolvida em 1995 pelos professores Kurá-Bakairi participantes do Seminário Educação Escolar Bakairi.
2001	Aracy Lopes da Silva Mariana Kawall Leal Ferreira	Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola	Descreve e analisa projetos e experiências escolares sobre a escola indígena levantando as seguintes questões: Qual o lugar da escola na vida de um povo indígena no Brasil de hoje? Que princípios educativos e quais práticas pedagógicas fazem da escola uma escola indígena?
2002	Unemat, v. 1, n. 1, 2002	Cadernos de educação escolar indígena - 3º grau indígena	Publicação semestral nascida no contexto do Projeto 3º Grau Indígena da Universidade Estadual do Mato Grosso, composta de textos abertos, elaborados a partir das experiências de docentes, técnicos e acadêmicos, procurando, na perspectiva da interculturalidade, com vistas a fomentar o debate que envolve as políticas públicas em educação escolar presentes nos

			programas e nas escolas indígenas brasileiras. Nessa primeira edição foram publicados 12 artigos com diferentes enfoques da educação escolar indígena, dentre eles textos de autoria indígena
2006	Luís Donisete B. Grupioni (Org.)	Formação de professores indígenas: repensando trajetórias	Coletânea com doze capítulos que enfocam visões de antropólogos, linguistas, pedagogos e professores indígenas sobre a educação escolar indígena e o desafio de formar professores índios para atuarem nas escolas de suas aldeias.
2007	HENRIQUES, R. GESTEIRA, K. GRILLO, S. CHAMUSCA, A. (ORGs)	SECAD, CADERNOS. Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola	Aborda os marcos institucionais da educação escolar indígena, realiza um diagnóstico dos sistemas de ensino e educação escolar indígena e analisa as políticas públicas, programas e projetos para educação escolar indígena.
2009	SECCHI, Darci MENDONÇA, T. F. (ORGs)	Coletânea Educação Escolar Indígena	A Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso lançou a coleção de nove livros com o objetivo de suscitar a reflexão acerca da Educação Escolar Indígena e subsidiar as atividades desenvolvidas por professores, técnicos e indigenistas que atuam na área.
2010	Centro Indígena de Estudos e Pesquisas- CINEP, Brasília LUCIANO, G. J. S OLIVEIRA, J. C. HOFFMAN, M. B. (orgs.)	Olhares Indígenas Contemporâneos	É uma coletânea de 6 artigos que consolida pesquisas de mestrado e doutorado defendidas por acadêmicos indígenas de universidades de todo o Brasil entre os anos de 2008 e 2010. O livro contém, no artigo final, o resultado de uma pesquisa que tentou mapear o perfil e a situação geral de estudantes indígenas que estudam em instituições de ensino superior no Brasil.
2012	PALADINO, M. ALMEIDA, N. P.	Entre a diversidade e a desigualdade: uma análise das políticas públicas para a educação escolar indígena no Brasil dos governos Lula	O livro está estruturado em três partes: Na primeira parte, constituída por seis capítulos, traçam um panorama da luta pelo reconhecimento da diversidade realizada por vários movimentos sociais depois da redemocratização do país, principalmente pelo movimento indígena. Na segunda parte, nos cinco capítulos, descrevem a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) no Ministério da Educação e os programas, os projetos, as ações e as publicações, Na terceira parte, constituída por cinco capítulos, discutim o ensino superior indígena (licenciaturas interculturais, acesso aos cursos regulares e permanência neles).
2012	SILVEIRA, E. D. SILVEIRA, S. A. D.	Direito fundamental à educação indígena	A obra é resultado da experiência profissional dos autores, ambos a trabalharem com povos e organizações indígenas por alguns anos no Estado de Roraima. Está dividida em três eixos: Direito e educação indígena; Pedagogia diferenciada e específica; Apontamentos jurídicos sobre a efetivação da escola indígena
2012	CABALZAR, F. D. (org)	Educação escolar indígena do rio negro, 1998-2011. Relatos de experiências e lições aprendidas	O livro está dividido em três partes principais: a seção introdutória, que traz um histórico da educação escolar, com informações sobre o Projeto de Educação Foirn/ISA (1998-2011), depoimentos de lideranças e textos de assessores contextualizando o início desse projeto; uma segunda parte com muitas informações sobre

			asescolas, organizada por regiões; e uma última parte temática – sobre políticas públicas e formação avançada.
2013	SILVA, E. SILVA, M. P. (Orgs)	A temática indígena em sala da aula: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008	O livro está composto por 7 capítulos: 1) Os índios entre discursos e imagens: o lugar na História do Brasil; 2) As universidades e o ensino de história indígena; 3) Educação intercultural: a presença indígena nas escolas da cidade; 4) A implantação da Lei 11.645/2008 no Brasil: um histórico de mobilizações e conquistas; 5) A construção dos índios nos livros didáticos de história de Alagoas; 6) Entre o conviver e o reconhecer as diferenças étnicas: a temática indígena do outro lado do rio Camaratuba/PB; 7) As diferenças étnicas no Brasil: desafios às práticas escolares.
2014	BONFIM, A. B. COSTA, F. V. F. (ORGs)	Revitalização de língua indígena e educação escolar indígena inclusiva	Os textos que constituem este livro foram apresentados em outubro de 2012 na cidade de Porto Seguro, local onde aconteceu o IX Encontro Sobre Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas
2014	ALTINI, E. DE PAULA, E. D. SANTOS, G. V. DE PAULA, L. G. SANTOS, R. J. D. (ORGs)	Por uma educação descolonial e libertadora: manifesto sobre a educação escolar indígena no Brasil	O dossiê divide-se em 12 capítulos, escritos pelos Regionais do CIMI. Nele encontramos desde o histórico da educação escolar indígena, seus princípios já consagrados na legislação, a situação dos docentes indígenas e sua formação, a infraestrutura das escolas indígenas, sua organização e gestão, até chegar aos territórios etnoeducacionais, à criação dos Núcleos de Educação Escolar Indígena (NEI), e chegando à posição do Estado Brasileiro, que desconsidera as formas próprias de organização dos povos originários. Conclui apresentando os desafios e perspectivas para os povos indígenas, e afirma que há um enorme desconhecimento dos procedimentos didáticos, dos conteúdos curriculares e do que é considerado relevante para os povos indígenas.
2014	JACOOB, E. GAKRAN, N. COSTA, C. O. SANTOS, R. F.	Educação na diversidade étnica: educação escolar indígena no contexto pós e anticolonial	Reúne textos de 23 pesquisadores, organizado em seis blocos temáticos: O contexto Pós-colonial e a Educação Interétnica; Voz e vez originária da educação na percepção dos professores indígenas; Pensar e fazer educação na diversidade; Educação e interculturalidade na diversidade étnica; Educação Escolar Indígena; Mais uma volta na espiral.
2015	Secretaria de Educação -PR	Reflexão sobre as questões indígenas no currículo. anexo 2 a educação escolar indígena	Organizado em dois capítulos, no primeiro, aborda os princípios da organização curricular da educação escolar indígena, apresenta-se o cenário sob o qual a educação para os povos indígenas esteve organizada; analisa as implicações desse modelo educacional, sobretudo, constituindo-se em uma política de desvalorização étnica. No segundo, apresenta encaminhamentos metodológicos da educação escolar Indígena, sugerem-se atividades que podem ser desenvolvidas em sala de aula, tendo como pressuposto a valorização e o fortalecimento

			étnico dos povos indígenas paranaenses.
2016	SOUZA LIMA, A. C.	A educação superior de indígenas no Brasil Balanços e perspectivas	A presente coletânea reúne 07 textos que abordam, de diferentes ângulos, aspectos e resultados da demanda por educação superior por parte dos povos indígenas no Brasil, questão à qual diversos pesquisadores e ativistas dedicaram sua atenção, particularmente nos últimos 15 anos.
2017	NASCIMENTO, R. N. F.	Antropologia, Interculturalidade e Educação Escolar Indígena em Roraima	O livro toma como ponto de partida as reivindicações dos movimentos indígenas e indigenistas dos anos 1970. Em seguida contextualiza a educação específica e diferenciada assegurada na Constituição Federal de 1988. É, portanto, sobre esse modelo educativo que se reflete neste livro, que toma como base os debates gestados acerca desse modelo de educação, para em seguida analisar como ele vem sendo implantado nas escolas indígenas.
2017	HERBETTA ,A. F. LANDA, M. B.	Educação indígena e Interculturalidade: um debate epistemológico e político	Os trabalhos apresentados têm origem nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte do Brasil assim como no México. O livro apresenta a primeira parte intitulada “Antecedentes históricos na América Latina e perspectivas epistemológicas da interculturalidade”, Um segundo bloco denominado “Experiências em educação escolar indígena e intercultural: casos concretos”, a terceira e última parte intitulada “Debates paralelos”

Paralelamente a esta crescente produção de teses e dissertações relativa à educação escolar indígena no meio acadêmico, é preciso registrar o aumento no número de artigos em publicações científicas, livros e revistas, e pela realização, nos últimos anos, de seminários, grupos de trabalho e discussão em congressos e encontros científicos, nas áreas de ciências sociais e educação que também tem gerado uma vasta produção bibliográfica. Ao analisar os quadros acima, em especial o de artigos, podemos observar que essas publicações científicas têm circulado, preferencialmente, em revistas da área da educação. É possível, também, identificar a existência de revistas especializadas nas questões indígenas, dando ênfase à educação escolar dos povos ameríndios. Outro fato que chama a atenção é a circulação desses artigos em congressos e reuniões de associações da área da educação, Secretaria Estadual de Educação e até em jornal de circulação local.

D’Angelis (2008) apresenta um balanço a respeito das coletâneas editadas, desde o pioneiro A questão da educação escolar indígena, organizado por Aracy Lopes da Silva (1981) até 2006 quando foi publicado a coletânea Formação de professores indígenas: repensando trajetórias (Grupioni (org.), 2006), evidenciando como, gradativamente, professores indígenas

passam a colaborar também com este tipo de produção intelectual. A marca principal desses artigos, reunidos em três volumes temáticos sobre educação indígena do periódico *Em Aberto* (INEP/MEC) impõem-se como uma referência. “Educação Indígena” é o tema do primeiro volume editado em 1984; dez anos depois, em 1994, o título do volume é “Educação Escolar Indígena”, e em 2003, o número 76 vem com o título “Experiências e Desafios na Formação de Professores Indígenas no Brasil”. Os anos em que foram publicados e os títulos atribuídos são reveladores não só do intervalo de tempo transcorrido entre eles, como também espelham a evolução das discussões nessa área e das políticas públicas implementadas, uma vez que o periódico é editado por uma autarquia do Ministério da Educação e tende a refletir as ações governamentais da época. Analisando-se em conjunto as temáticas tratadas, modo de abordá-las e autores convidados desses três volumes identificam-se distintos momentos da reflexão sobre escolas e grupos indígenas empreendidas no Brasil. As seções fixas deste periódico permitem acompanhar o que foi a produção acadêmica anterior ao período em que foram lançados, especialmente as seções *resenha* e *bibliografia* (Cf. Barbosa (org.), 1984; Kahn e Franchetto (org.), 1994; e Grupioni (org.) 2003).

Para o período mais recente, as coletâneas organizadas com algumas das palestras e comunicações apresentadas nos Encontros sobre Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas, realizados junto ao Congresso de Leitura do Brasil (COLE), na UNICAMP, são outra referência importante. Wilmar D’Ángelis, um dos organizadores desses encontros, os qualifica como “único evento periódico aberto, de âmbito nacional, sobre educação escolar indígena”, que promove “um encontro de intelectuais índios e não-índios em torno de um tema de interesse comum” (2008: 29), chamando atenção para o fato de que nos quatro volumes publicados resultantes desses encontros há, como diferencial em relação a outras coletâneas, a presença de textos e reflexões de autoria de intelectuais indígenas. Os quatro volumes publicados, resultantes dos Encontros do Cole, são: D’Ángelis e Veiga (org.), 1997; Veiga e Salanova (org.), 2001; Veiga e D’Ángelis (org.), 2003; e Veiga e Ferreira (org.), 2005. Para uma resenha crítica do primeiro volume publicado ver Cavalcanti (2003).

Outro conjunto significativo desta produção, que julgo importante ressaltar, são os quatro volumes publicados pelo MARI/USP, na série Antropologia e Educação, com resultados do projeto temático “Antropologia, História e Educação: a questão indígena e a escola” e textos de autores convidados. Fruto de um esforço analítico de pensar a questão da escola indígena em múltiplos sentidos, esses quatro volumes, ainda que com textos desiguais,

conformam o esforço mais importante dos últimos tempos em pensar teoricamente, no âmbito da antropologia, a presença da escola entre grupos indígenas. Os quatro volumes que compõem a série são: Silva e Ferreira (org.), 2001a; Silva e Ferreira (org.), 2001b; Ferreira (org.), 2002 e Silva, Macedo e Nunes (org.), 2002. Trata-se, enfim, de uma produção diversificada e que, juntamente com a produção gerada no âmbito da pós-graduação, tem se ampliado significativamente nos últimos anos.

A maior visibilidade dos temas suscitados pela educação indígena na universidade, por sua vez, tem relação direta com o momento político atual, em que a escola ganha maior importância para os próprios grupos indígenas, na medida em que se torna uma questão social e politicamente importante para eles e para aqueles que os apóiam.

As iniciativas de formação de professores indígenas em nível de terceiro grau também começam a gerar livros e revistas, publicando textos de professores indígenas e de docentes envolvidos na formação, como por exemplo, os Cadernos de Educação Escolar Indígena, da UNEMAT, com cinco volumes.

Com a conclusão dos primeiros programas de formação em nível de terceiro grau, professores indígenas têm sido incentivados a continuarem seus estudos e a ingressarem em programas de pós-graduação *strictu sensu*, os trabalhos decorrentes desses cursos tem sido objeto de análise de pesquisadores da área, Clarice Cohn (2003) faz uma resenha interessante do livro de Darlene Taukane, resultado da dissertação defendida em 1996 na Universidade Federal de Mato Grosso.

Quadro 14: Dossiês sobre educação indígena (1981-2017)

ANO	AUTOR(ES)	TÍTULO	DESCRIÇÃO
1984	Em Aberto (INEP)	Educação Indígena	Propõe-se estimular uma reflexão sobre o tema Educação Escolar Indígena, considerada, fundamentalmente, no contexto mais amplo que as comunidades indígenas encontram-se inseridas. É composto de 5 artigos que enfocam aspectos históricos e críticos sobre a política indigenista no Brasil; um balanço crítico da educação proporcionada aos grupos indígenas; as contribuições da linguística à educação dos povos indígenas; a abordagem da análise do discurso aplicada à educação indígena; a experiência de formação de monitores indígenas; Apresenta duas resenhas de livros tidos como referenciais na área e uma bibliografia temática
1994	Em Aberto (INEP)	Educação Escolar Indígena	Publicação monotemática do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, constituída por 23 artigos de pesquisadores de diversas universidades e organizações indigenistas do Brasil

2000	Cadernos CEDES, v.19, n.49	Educação Indígena	O dossiê é composto de 7 artigos contendo pontos de vista, reflexões e experiências sobre educação indígena, escritos por pesquisadores ligados à universidades e assessores de ONGs ligados à causa indígena, abordam temas como: interculturalidade, escola, e sobre o papel dos assessores nos projetos de educação indígena
2003	Em Aberto (INEP), v.20, n.76,	Experiências e Desafios na Formação de Professores Indígenas no Brasil	Dossiê com 11 artigos que debatem a expansão quantitativa e diversificação das experiências de formação de professores indígenas no país e refletem sobre a apreensão quanto à qualidade e adequação dessa expansão diante das demandas indígenas específicas. Apresenta ainda uma resenha e um inventário comentado de dissertações e teses sobre educação escolar indígena
2010	Revista Pós-Ciências Sociais (UFMA), v. 7, n.14	Dossiê: Educação Indígena Povos indígenas e processos educacionais	Os artigos que compõem esse dossiê foram produzidos para o Grupo de trabalho “Pueblos indígenas y procesos de educación escolar y no escolar”, que ocorreu na VIII Reunião de Antropologia do Mercosul, no período de 29/09 a 2/10 de 2009, na cidade de Buenos Aires. Os seis artigos têm como foco os processos educacionais dos povos indígenas e, por meio do relato de pesquisas antropológicas voltados para a educação, abordam os impactos e transformações gerados por processos de educação escolar e não escolar em povos indígenas.
2010	Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 19, n. 33, jan./jun. 2010	EDUCAÇÃO INDÍGENA	O Dossiê temático selecionou treze artigos e está estruturado em três eixos temáticos que tiveram o sentido de organizar a demanda e a produção dos artigos, bem como de dar conta, de modo abrangente, de diferentes aspectos do tema. I) políticas de educação indígena: estado e movimentos sociais; II) sociedades e culturas indígenas sob o marco da educação escolar diferenciada; II) escola indígena e suas práticas.
2012	BITTENCOURT, C.M.F; BERGAMASCHI, M.A. (ORGs)	Dossiê Ensino de História Indígena Revista História Hoje vol. 1 no 2, ISSN 1806-3993, 2012.	A publicação do dossiê temático versa sobre história, educação e cultura indígena, foi motivado principalmente, pela publicação da Lei Federal 11.645 de 2008 que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas de ensino fundamental e médio. A referida lei atribuiu à área de história, em especial, os estudos sobre os povos indígenas. Nesse sentido, os 15 artigos, almejam subsidiar as tarefas dos professores de História em suas aulas.
2013	Século XXI, Revista de Ciências Sociais, v.3, no 1, p.07-09, jan./jun. 2013	Dossiê Educação Indígena: uma abordagem antropológica	Os oito trabalhos que compõem este dossiê se configuram, em seu conjunto, como uma importante reflexão sobre educação e escolarização indígena. Foram gestados pelos autores a partir de trabalhos de campo de cunho etnográfico, baseados na interlocução desenvolvida com vários atores indígenas.
2014	Revista Fórum Identidades, v.16, n.16	Educação indígena intercultural: abordagens políticas e pedagógicas na atualidade brasileira	Dos doze artigos do dossiê, 9 abordam a temática da educação dos povos indígenas em articulação com as orientações da legislação educacional brasileira. Os temas tratados são: educação indígena, educação escolar indígena, políticas afirmativas para os povos indígenas na educação superior, inclusão de conhecimentos indígenas na educação, Lei 11.645/2008 e História da Cultura dos povos indígenas.

2014	ALTINI, E. DE PAULA, E. D. SANTOS, G. V. DE PAULA, L. G. SANTOS, R. J. D. (ORGs)	Por uma educação descolonial e libertadora: manifesto sobre a educação escolar indígena no Brasil	O dossiê divide-se em 12 capítulos, escritos pelos Regionais do CIMI. Nele encontramos desde o histórico da educação escolar indígena, seus princípios já consagrados na legislação, a situação dos docentes indígenas e sua formação, a infraestrutura das escolas indígenas, sua organização e gestão, até chegar aos territórios etnoeducacionais, à criação dos Núcleos de Educação Escolar Indígena (NEI), e chegando à posição do Estado Brasileiro, que desconsidera as formas próprias de organização dos povos originários. Conclui apresentando os desafios e perspectivas para os povos indígenas, e afirma que há um enorme desconhecimento dos procedimentos didáticos, dos conteúdos curriculares e do que é considerado relevante para os povos indígenas.
2015	Revista Ñanduty (UFGD) v.3, n.3,	Dossiê Educação Indígena	A revista eletrônica Ñanduty é o periódico semestral do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFGD, o qual possui área de concentração em Antropologia Sociocultural e três linhas de pesquisa, dentre elas: Etnologia, Educação Indígena e Interculturalidade. No seu dossiê dedicado à educação indígena, traz 10 artigos que abordam questões relacionadas aos desafios e demandas dos povos indígenas por educação, em todos os níveis, assim como a incidência da educação nas lutas destes povos e processos de formação de professores.

Outro fato que chama a atenção é o número de dossiês publicados pelo INEP, autarquia do Ministério da Educação e Cultura, isto evidencia o interesse e a atuação do governo Federal na expansão da educação escolar indígena. Considerando que estes trabalhos reúnem estudos de pesquisadores experientes na área e se constituíram como referências bibliográficas dentro da área.

Os dados dos quadros apresentados nos evidenciam parte significativa da publicação científica em educação escolar indígena nas últimas décadas e a importância acadêmica que a área adquiriu. Uma das características desses trabalhos é seu caráter interdisciplinar constituídos por pesquisadores de diferentes áreas, muitos deles com longa experiência na área e reconhecidos nacionalmente. Outros trabalhos são resultados de pesquisas de doutorados e mestrados que tem dado continuidade e visibilidade a essas produções acadêmicas realizadas em programas de pós-graduação brasileiros.

Para finalizar esta sessão, apresentamos a seguir uma tabela com as publicações científicas sistematizadas nos quadros 12, 13 e 14, com a finalidade de dar uma dimensão maior do incremento dessas publicações ao longo do tempo dentro da área.

Tabela 6: Distribuição das publicações científicas em Educação Escolar Indígena de acordo com período e gênero, 1980-2017, Brasil.

Período	Artigos	Dossiês	Livros
1980-1990	5	1	5
1991-2000	11	2	4
2001-2010	29	3	6
2011-2017	43	5	11
Total	88	11	26

Vale destacar que constam nesta tabela um número expressivo das publicações científicas sobre educação escolar indígena produzidas no Brasil nas últimas décadas. Dentre elas, muitas resultantes de pesquisas de doutorado e mestrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propor realizar uma sistematização da produção acadêmica em Educação Escolar Indígena, pretendemos contribuir para o Estado da Arte da área através dos dados obtidos e análises realizadas pelo mapeamento e balanço bibliográfico que esta pesquisa empreendeu sem pretender ser exaustiva, porém sem diminuir nosso esforço em identificar temas relevantes, emergentes e recorrentes. Acreditamos que pesquisas desta natureza são inconclusivas, não podem e nem devem ser conclusivas, uma vez que a ciência permanece em constante processo de mudança, ora privilegiando alguns aspectos, ora outros a depender dos interesses e demandas sociopolíticas do contexto histórico.

Neste trâmite, algumas dificuldades se apresentaram. A primeira relaciona-se à própria definição do objeto, o que se traduz muito bem na diversidade dos usos lexicais dos termos: “Educação Indígena” e “Educação Escolar Indígena”. Nas pesquisas, na grande maioria das vezes, os dois termos aparecem como se referissem ao mesmo objeto, logo, seu uso indiscriminado pode gerar ambiguidades. Entendemos que para evitar possíveis problemas de entendimento, seja necessário fazer a diferenciação do que se entende por educação indígena e educação escolar indígena. Quando se fala aqui em “educação indígena” é preciso diferenciar esses processos tradicionais de socialização, próprios a cada povo, do de uma educação que decorre da situação de contato e da inclusão dos povos indígenas à sociedade nacional. Neste segundo caso, estão tanto as escolas pensadas como instrumento de colonização e negação da identidade própria a cada povo, como as escolas pensadas por indígenas como instrumento de interlocução com a sociedade não indígena e (re)afirmação étnica. Ou seja, Educação Indígena acabou tendo como referente o sistema formal, institucionalizado na e pela sociedade não indígena. Consideramos então, que tudo o que se formulou e executou até agora é mais Educação Escolar Indígena do que Educação Indígena propriamente dita. Dessa maneira, adotamos o termo Educação Escolar Indígena (EEI), uma vez que este é o foco.

A segunda dificuldade diz respeito ao caráter recente deste campo de pesquisa, se comparado a outros campos da Educação. Apesar de ter acumulado uma produção científica expressiva nas últimas três décadas, segundo nossos dados evidenciam, poucos foram os esforços em sistematizá-la, seja em bancos de dados digitais ou físicos. Muitos trabalhos de teses e dissertações não constam por completo nos bancos digitais, a maioria se resume a apresentação dos abstracts, o mesmo ocorre com os artigos científicos publicados em

periódicos que ou não estão no formato digital ou quando estão tem acesso restrito. As obras são de acesso relativamente difícil, de modo geral, quer por se tratarem de teses acadêmicas, de circulação bastante restrita, entre especialistas, quer por se tratarem de edições mais antigas ou publicações de distribuição insuficiente em algumas regiões do país. Poucas IES têm seus acervos digitalizados e disponíveis em repositórios digitais, principalmente quando nos referimos às pesquisas anteriores ao ano 2000. Podemos citar o exemplo do banco de teses da Capes, cujo acervo disponibiliza o texto completo de trabalhos realizados a partir de 2013, os anteriores a esse período, a grande maioria, apresentam apenas resumos. O ideal seria que cada programa de Pós-Graduação tivesse uma página virtual própria e que o material estivesse disposto nitidamente. Esse emaranhado de percursos acarretou morosidade ao processo de acesso ao material. Cabe destacar que não foi possível encontrar as 485 teses e dissertações na íntegra e, seguramente, todos os artigos e livros, principalmente quando nos referimos à esta última forma de publicação.

Selecionamos para análise mais detalhada as pesquisas, realizadas por indígenas e não indígenas, que serviram como referência para o desencadeamento de novas perspectivas de abordagem. Constatamos que umas características dessa produção, considerando-se como área nova de pesquisa dentro da história da educação brasileira, é que tem sido constituída por pesquisadores provenientes de diversas áreas do conhecimento e tem se disseminado por vários centros de pesquisa do país e por vários setores, com diversos enfoques e fundamentos teóricos.

Quando olhamos as mais recentes teses e dissertações percebemos claramente uma ampliação e diversificação de temáticas, além dos enfoques analíticos dessas pesquisas. Se nas décadas de 1980 e 1990 as análises estavam mais voltadas para estudos de casos etnográficos de experiências dos povos indígenas com a escola, a partir do ano 2000 as preocupações estão mais centradas nos desafios de protagonismo e apropriação da escola, nos processos de formação acadêmica dos professores, acesso e permanência à universidade dos indígenas, pautando-se, principalmente, na discussão das políticas públicas implementadas pelo Estado brasileiro.

No que se refere à produção acadêmica indígena, foram majoritariamente realizadas em programas de pós-graduação em Educação por pesquisadores de 17 etnias, número considerado baixo se levarmos em consideração que o Brasil possui mais de 300 povos. A maioria aborda assuntos que envolvem seu próprio povo, os demais abordam assuntos

vinculados às políticas indigenistas, às ações do Estado e às relações interétnicas com diferentes setores da sociedade brasileira. Outra questão que chamou a atenção foi o fato de os trabalhos não expressarem uma visão essencialista de sua cultura. No que tange às formas pelas que se investiga, o predomínio das pesquisas qualitativas é quase absoluto, assim como as pesquisas de campo, em detrimentos das teóricas e históricas.

Parte significativa dessas pesquisas foi realizada em Programas de Pós-Graduação em Educação, onde figuram 69 pesquisas de doutorado e 243 pesquisas de mestrado, seguidos, de longe, pela Linguística, com 14 teses e 20 mestrados e pela Antropologia, com 08 doutorados e 25 mestrados. As demais pesquisas foram realizadas, secundariamente, em pós-graduações de História, Ciências Sociais, Letras e Psicologia. Outro dado que chama a atenção é o número significativo de produções, $n=31$, por programas multidisciplinares. Constatou-se, também, que novos programas passaram a realizar pesquisas em EEI, tais como: Educação Científica e Tecnológica, Direito, Educação Matemática e, inclusive, programa de pós-graduação profissional. Isso demonstra que a EEI, além de ter aumentado consideravelmente o volume de sua produção nos últimos anos, ampliou seu campo de pesquisa para outras áreas do conhecimento.

A produção acadêmico-científica em educação escolar indígena já não é mais incipiente, uma vez que identificamos um expressivo conjunto de estudos de várias áreas do conhecimento, denotando que esse campo está constituído a partir de uma matriz interdisciplinar. Esses estudos têm sido fundamentados, principalmente, pelos aportes teóricos da educação, antropologia, linguística e ciências sociais, e mais recentemente pelos estudos culturais. No que se refere à participação dos pesquisadores indígenas, ficou evidente neste estudo que o aporte dado ao volume de pesquisas na área ainda é tímido, se levarmos em consideração que dos 485 trabalhos foram identificados 30 como sendo de autoria indígena. Estes trabalhos poderiam ter um impacto importante nas políticas públicas de educação e de sensibilização dos gestores, caso o governo promovesse ações de divulgação dessa produção indígena.

Outra constatação decorrente deste estudo aponta que os programas de pós-graduação que receberam estudantes indígenas ampliaram as suas linhas de pesquisa, tendo em vista a qualidade e o interesse acadêmico dos seus trabalhos. Podemos citar o exemplo da linha pesquisa, Diversidade Cultural e Educação indígena, do programa de pós-graduação em educação da UCDB que tem como um dos focos a educação escolar indígena e hoje figura

como o programa com maior produção na área em âmbito nacional. Ainda como informação adicional, podemos citar a recente conquista para educação escolar indígena, no estado do Pará, protagonizada pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), em associação com a Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), conseguiram em 2018 a aprovação do primeiro Curso de Mestrado em Educação Escolar Indígena - PPGEEI do país, com previsão de publicação do edital para seleção em janeiro de 2019.

Acreditamos que é preciso romper a hegemonia de certos grupos de pesquisadores indigenistas, que ainda continuam dominando o cenário, embora cada vez mais a sociedade e as instituições públicas e privadas mostrem sinais de valorização das produções indígenas. Não se trata de substituir uma atuação pela outra, mas de garantir espaços para todos, inclusive para os indígenas que têm sido formados como pesquisadores, condição indispensável para a construção de uma atividade intelectual crítica e descolonizadora. Desta forma, em trabalho conjunto, poderemos reverter o papel histórico que a escola geralmente tem desempenhado como instrumento de violência cultural contra os povos indígenas, desconsiderando as formas de organização social dos mais de 300 grupos étnicos. Impondo um currículo etnocêntrico na tentativa de integrar os povos nativos à sociedade brasileira.

Por fim, a partir das descobertas referentes à produção acadêmica em educação escolar indígena, pelo estudo aqui apresentado, espera-se que de alguma forma contribuam para melhor compreensão dessa produção e que sirva de base para futuras pesquisas sobre educação e escola ameríndia. Uma vez que a presente pesquisa também constatou que esse tema está ganhando maior força no âmbito da investigação científica, seja por conta das discussões envolvendo educação intercultural que tem povoado cada vez mais a academia, seja pela importância evidente que a educação escolar indígena vem assumindo no cenário educacional brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOROSO, Marta Rosa. *Mudança de hábito. Catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos*. In Revista brasileira de Ciências Sociais vol. 13 n. 37 São Paulo, Junho de 1998.

ANDRADE, Adriana Carvalho. Documento Técnico sobre o Edital 01/2009 – Observatório de Educação Escolar Indígena. Brasília: Secadi, 2011.

AZIBEIRO, Nadir Esperança. *Educação Intercultural e Comunidades de Periferia: limiares da formação de educador@s*. Tese de Doutorado. Florianópolis: PPGE-UFSC, 2006.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. O estado da arte do tema de pesquisa – história e cultura dos povos indígenas e ensino de História. Texto mimeografado, 2011.

BAKTHIN, Mikhail.-Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1979. *Em Aberto*, Brasília, v. 20, n. 76, fev. 2003

BERGAMASCHI, M. A. Processos e práticas educativas dos povos ameríndios no Brasil: um olhar a partir de pesquisas contemporâneas. *Archivos Analíticos de Políticas Educativas / Education Policy Analysis Archives*, v. 20, p. 01-28, 2012.

Bhabha, Homi. *O local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BONIN, Iara Tatiana; RIPOLL, Daniela; AGUIAR, José Vicente. A temática indígena sob as lentes dos Estudos Culturais e Educação – algumas tendências e enfoques analíticos. *Educação*, v. 38, n. 1, p. 59-69, jan.-abr. 2015.

BRASIL. Lei n. 10.172, de 09/01/2001. *Plano Nacional de Educação*.

_____. *Constituição Federal*. 1988.

_____. *Decreto presidencial*, n. 26/ 1991.

_____. *Portaria Interministerial* n. 591/1991.

_____. *Resolução CEB n° 3, de 10 de novembro de 1999*.

_____. Ministério da Educação. *Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena*. Brasília, 1994.

_____. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* n. 9.394/1996

_____. Ministério da Educação. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*. Brasília: MEC/SEF, 2002.

BITTENCOURT, Circe; Silva, Adriane da (2002). Perspectivas históricas da educação indígena no Brasil. In: Prado, Maria Lígia(org.). *À margem dos 500 anos: reflexões irreverentes*. São Paulo: EDUSP, pp.63-81.

BITTENCOURT, C. M. F. Projeto momentos e lugares da Educação Escolar Indígena. In: *Observatório da Educação Escolar Indígena*. São Paulo: 2010

BITTENCOURT, Circe. História da educação escolar: saberes e ações instituintes. In Gasparello, Arlette e Villela, Heloísa (orgs.) *Educação na História- intelectuais, saberes e ações instituintes*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, pp.19-34.

BITTENCOURT, Circe. História da Educação Indígena no Brasil: percursos de pesquisas. *Anuario Sociedad Argentina de Historia de la Educación*, v.18, p.100-113, 2017.

BRITO, Edson Machado de. A educação Karipuna do Amapá no contexto da educação escolar indígena diferenciada na aldeia do Espírito Santo' 01/07/2012 183 f. Doutorado em EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, SÃO PAULO Biblioteca Depositária: Biblioteca da PUC/SP

BUENO, J. G. B., A pesquisa brasileira sobre educação especial: balanço tendencial das dissertações e teses brasileiras (1987-2009). In BUENO, J. G. B., MUNAKATA, Kazumi e CHIOZZINI, Daniel Ferraz. *A escola como objeto de estudo. Escola, desigualdades e diversidades*. Araraquara: Junqueira&Marin Editores,2014, p. 2011-2044.

CAPACLA, Marta Valéria. *O Debate sobre a educação indígena no Brasil (1975-1995): Resenhas de teses e livros*. Brasília/São Paulo: MEC/MARI, 1995.

CARDOSO, Wanderley Dias. A história da educação escolar para o terena: origem e desenvolvimento do ensino médio na aldeia limão verde. Porto Alegre, 2012. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em História)–Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

COLLET, Célia Letícia Gouvêa. Interculturalidade e educação indígena: um breve histórico. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.) – *Formação de Professores Indígenas: repensando trajetórias*. Coleção Educação para todos. Ministério da Educação e UNESCO, Brasília, pág. 11-37, 2003.

CUNHA, Luiz O. Pinheiro da. “*A política indigenista no Brasil: as escolas mantidas pela Funai*”. Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 1990.

CUNHA, M. C. (Org.). *História dos índios no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, São Paulo, 2002, 23, nº 79, p.257-272, ago. ISSN 0101-7330. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>> Acesso em: fev. 2017

FERREIRA, Mariana K. (1992). Da origem dos homens à conquista da escrita: um estudo sobre povos indígenas e a educação escolar no Brasil. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERREIRA NETO, Waldemar. Os índios e a alfabetização. Aspectos da educação escolar entre os Guarani de Ribeirão Silveira (Tese de doutorado) USP, 1994.

FUNAI. Portaria n 75/72, de 06/07/1972. Aprova normas de educação de grupos indígenas.

GAGLIARDI, José Mauro. 1989. *O Indígena e a República* (Hucitec: SP).

GEERTZ, Clifford – A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC Livros Técnicos e Científicos, 1989.

GEERTZ, Clifford Nova luz sobre a Antropologia Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

GNERRE, Maurizio, Linguagem, escrita e poder. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GOODY, Jack Domesticação do pensamento selvagem. Lisboa: Ed. Presença, 1988

GUIMARÃES, M. C. M. Estado do conhecimento da alfabetização no Brasil (1944 - 2009). Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC Goiás. 2011. 213 fls. Goiânia. 2011. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=981>. Acesso em: dez. 2017.

GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. *Olhar longe, porque o futuro é longe: Cultura, escola e professores indígenas no Brasil*. Tese (Doutorado) – Programa de pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, 2008.

GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. *A Educação Indígena na Academia: inventário comentado de dissertações e teses sobre educação escolar indígena no Brasil*. In: Em Aberto, Brasília: INEP, v. 20, n.76, p 197-238. 2003.

_____. (org.). *Formação de professores indígenas: repensando trajetórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

JESUS, Naine Terena de . Audiovisual na Escola Terena Lutuma Dias: educação indígena diferenciada e as mídias. 2014. Tese em Educação: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO PUC

JULIAO, Geisel Bento. Prática pedagógica diferenciada, crítica e libertadora: uma experiência em curso na Licenciatura Intercultural da Universidade Federal de Roraima pela superação do currículo integracionista. Doutorado em EDUCAÇÃO (CURRÍCULO) Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO PUC SP

LADEIRA, Maria Elisa. Educação escolar indígena: projetando novos futuros. Brasília: CTI, 1999.

LEFEBVRE, Henri. La Somme et le reste. Paris: Merideins Klincksieck, 1989.

LUCIANO, Gersem José dos Santos; OLIVEIRA, João Cardoso de; HOFFMANN, Maria Barroso. Olhares Indígenas Contemporâneos. Brasília: Centro Indígena de Pesquisas (CINEP), 2010

LUCIANO, Gersem José dos Santos. Educação para manejo e domesticação do mundo: entre a escola ideal e a escola real. Os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro. Tese (Doutorado) – Programa de pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, 2011.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. RELATÓRIO TÉCNICO DIAGNÓSTICO E AVALIAÇÃO DOS FORMULÁRIOS E DA METODOLOGIA DO CESNO INEP REFERENTE À QUESTÃO INDÍGENA. Departamento de Educação Escolar Indígena - Universidade Federal do Amazonas, Consultoria 6ª CCR-PGR, 2015

MACIEL, Leia; SILVA, Giovani (2009). Nem “programa de índio”, nem “presente de grego”: uma crítica a concepções teórico-metodológicas em pesquisas sobre educação escolar indígena, em Mato Grosso e Mato- Grosso do Sul (1995-2001). *Revista Brasileira de História da Educação*, nº 19, p.205-226.

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Referencial curricular nacional para as escolas indígenas. Brasília: MEC, 1998.

MELIÁ, Bartolomeu. Educação indígena e alfabetização. São Paulo: Loyola, 1979.

MIGNOLO, Walter D. “*Colonialidad del poder y diferencia colonial*”. Anuario Mariateguiano, vol. IX, n. 10, 1999.

MACIEL, Léia Teixeira Lacerda; JOSÉ DA SILVA, Giovani. Nem “programa de índio”, nem “presente de grego”: uma crítica a concepções teórico-metodológicas em pesquisas sobre educação escolar indígena, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1995-2001). *Revista Brasileira de História da Educação*, nº 19, p. 205-226, jan./abr. 2009.

NASCIMENTO, RITA GOMES DO. Rituais de resistência: experiência pedagógica tapeba.' 01/07/2009 Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, NATAL Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL ZILA MAMEDE (UFRN)

ORELLANA, A. D. A. Y., Formação de professores indígenas em Rondônia: a interculturalidade e seus desafios. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

PALADINO, Mariana; ALMEIDA, Nina Paiva. *Entre a diversidade e a desigualdade: uma análise das políticas públicas para a educação escolar indígena no Brasil dos governos Lula* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; LACED/Museu Nacional/UFRJ, 2012.

ROMANOSKI, J. P; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo estado da arte em educação. *REVISTA DIÁLO EDUCACIONAL*, [S.1], v.6, n 19, p, 37-50, set/dez. 2006.
SÁ BARRETO, Elba Siqueira de; PAHIM PINTO, Regina. Avaliação de Educação Básica (1990 – 1998). Brasília: MEC / Inep / Comped, 2001. (Serie Estado do Conhecimento nº 4).

SANTOS, Eva Aparecida dos. Livros didáticos diferenciados para indígenas. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2017.

SAHLINS, Marshall. O ‘Pessimismo Sentimental’ e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção 1997. *Mana – Estudos de Antropologia Social*. Vol. 3. Rio de Janeiro: PPGAS-UFRJ e Contra- Capa, N.1, págs. 41 a 74 e N.2, págs. 103-150.

SILVA, Aracy Lopes da (org.) *A questão da educação indígena*, São Paulo, Brasiliense, 1981.

SILVA, Aracy Lopes da. Prefácio. In: CAPACLA, Marta Valéria (org.). *O Debate sobre a educação indígena no Brasil (1975-1995)*: Resenhas de teses e livros. Brasília/São Paulo: MEC/MARI, 1995, pp. 9-12.

SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (Org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1o e 2o graus*. Brasília: MEC; Mari; USP, 1995.

SILVA e C. da J. F.; CARVALHO, de. P. E. M., O estado da arte das pesquisas educacionais sobre gênero e educação infantil: uma introdução. 18º REDOR. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, nov. 2014. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/2192/648>> Acesso em: fev. 2017

SILVA, Rosa Helena Dias da. A autonomia como valor e articulação de possibilidades: O movimento dos professores indígenas do Amazonas, de Roraima e do Acre e a construção de uma política de Educação Escolar Indígena. Cad. CEDES vol.19 n.49, Campinas, Dec. 1999.

SILVA, Maria do Socorro Pimentel da. Fronteiras Etnoculturais: Educação Bilíngue e suas Implicações. In: ROCHA, Leandro Mendes e BAINES, Sthepen Grant (COORDs.) – Fronteiras e Espaços Interculturais. Goiânia: UCG, pág. 107-117, 2008.

SOARES, Magda Becker; MACIEL, Francisca Pereira. Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento. Disponível em: <http://www.mec.inep.gov.br>, 2000.

SOUZA LIMA, A. C. de (Org.). A educação superior de indígenas no Brasil: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: E-papers, 2016. (Abrindo Trilhas, 5). Disponível em: <<http://laced.etc.br/site/pdfs/LEDSUPIND001.pdf>>. Acesso em: 10 ag. 2018.

SOUZA SANTOS, Boaventura de (org.). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

TASSINARI, A. M. I. *Escola indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras de educação*. In: SILVA, A. L. e FERREIRA, M. K. L. (orgs.) *Antropologia, História e Educação: A questão indígena e a escola*. São Paulo: Global, 2001. 396 p.

TSUPAL, Nancy Antunes. *Educação indígena bilíngue, particularmente entre os Karajá e Xavante: alguns aspectos pedagógicos, considerações e sugestões*. 1978 Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília.

WALSH, Catherine. “(De)construir la interculturalidad. Consideraciones críticas desde la política, la colonialidad y los movimientos indígenas y negros en el Ecuador”. In: FULLER, Norma (ed.). *Interculturalidad y política. Desafíos y posibilidades*. Lima: Red para el Desarrollo de las Ciencias Sociales, 2002, p. 115–142.

WARDE, M. J. *A produção discente dos programas de pós-graduação em educação no Brasil (1982-1991)*. In ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO – ANPED. *Avaliação e perspectivas na área da educação*. Porto Alegre: ANPED, 1993.

Anexo I

Teses sobre o tema Educação Escolar Indígena - 1980 a 2017			
ANO	INSTITUIÇÃO	AUTOR(A)	TÍTULO
1993	Universidade Estadual de Campinas	Barros, MCDM.	Linguística missionária: Summer Institute of Linguistics
1994	Universidade de São Paulo	Pereira, MCS.	Socialização secundária nos Kaingáng
1994	Universidade de São Paulo	Neto, WF.	Os índios e a alfabetização: aspectos da educação escolar entre os Guaranis de Ribeirão Silveira
1996	Universidade Estadual de Campinas	Maher, TM.	Ser professor sendo índio – questões de língua(gem) e identidade
1997	Universidade de São Paulo	Silva, RH.	A autonomia como valor e a articulação de possibilidades: um estudo do movimento dos professores indígenas do Amazonas, Roraima e Acre, a partir de seus encontros anuais
1999	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Almeida, MI.	Ensaio sobre a literatura indígena contemporânea no Brasil
1999	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Weigel, VACM.	Escolas de branco em malocas de índio: formas e significados da educação dos Baniwa do rio Içana
2000	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Marília	Scanduzzi, PP.	Educação indígena x educação escolar indígena: uma relação etnocida em uma pesquisa etnomatemática
2000	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Marília	Magnoni, MGM.	Imaginário Araribá: uma prática pedagógica a serviço da reconstrução dos valores
2000	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Marília	Nascimento, AC.	Educação escolar indígena: em busca de um conceito de educação diferenciada
2000	Universidade Estadual de Campinas	Honório, MA.	Espaço enunciativo e educação escolar indígena: saberes, políticas e identidades
2001	Universidade Estadual de Campinas	Correa, RA.	A educação matemática na formação de professores indígenas: os professores Ticuna do Alto Solimões
2001	Universidade Estadual de Campinas	Mendes, JR.	Ler, Escrever e Contar: Práticas de Numeramento-Letramento dos Kaiabi no Contexto de Formação de Professores Índios do Parque Indígena do Xingu
2001	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Silva, MSP.	A Função Social do Mito da revitalização Cultural da Língua Karajá
2001	Universidade Federal da Bahia	Côrtes, CN.	Educação diferenciada e formação de professores indígenas: diálogos intra e interculturais
2002	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Secchi, D.	Professor Indígena: a formação docente como estratégia de controle da educação escolar em Mato Grosso
2002	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Marília	Manfroi, J.	O Papel da Escola no Contexto Atual dos Kaiowá/Guarani da Aldeia Te'Y Kuê de Caarapó. Um estudo a partir de lideranças e professores indígenas
2002	Universidade Estadual de Campinas	Cesar, ALS.	Lições de Abril: Construções de Autoria Entre os Pataxó de Coroa Vermelha*

*Continua

Teses sobre o tema Educação Escolar Indígena - 1980 a 2017			
ANO	INSTITUIÇÃO	AUTOR(A)	TÍTULO
2002	Universidade de Brasília	Carreño, MPR.	Roteiro de uma Etnografia Colaborativa: as organizações indígenas e a construção da uma educação diferenciada em Roraima, Brasil
2002	Universidade Federal do Mato Grosso	Januário, ERS.	Caminhos da Fronteira. Educação e Diversidade em Escolas da Fronteira Brasil-Bolívia
2003	PUC de São Paulo	Passos, LA.	Currículo, Tempo e Cultura
2003	Universidade Estadual de Campinas	Freitas, DBAP.	“Escola Makixi: Identidades em Construção.”
2004	Universidade Federal da Bahia	Almeida Neto, PP.	A Sabedoria Katitauru como Representação da "Comuniversidade": Diálogo Intercultural
2004	Universidade Federal de São Carlos	Dalmolin, GF.	O papel da escola entre os povos indígenas: de instrumento de exclusão a recurso para emancipação sociocultural
2004	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Rizzini, I.	O Cidadão Polido e o Selvagem Bruto. A Educação dos Meninos Desvalidos na Amazônia Imperial
2005	Universidade de São Paulo	Ferreira, R.	Educação escolar indígena e etnomatemática: a pluralidade de um encontro na tragédia pós-moderna
2005	Universidade de São Paulo	Paiva, J.	Rupigwara: o índio Kawahib e o conhecimento ativo nas diversas áreas de consciência
2005	Universidade Federal de Santa Catarina	Hentz, MIB.	Nas vozes da educação escolar indígena, os sentidos dos discursos dos professores Xokleng como elemento constitutivo da identidade
2005	Universidade Federal de São Carlos	Albuquerque, MSC.	Aprendizagem da docência no Projeto de Autoria da Comissão Pró-Índio do Acre - Histórias de vida de professores indígenas
2005	Universidade Federal do Ceará	Aires, JMMP.	As "Escolas Diferenciadas" dos Índios Tapeba
2005	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Bergamaschi, MA.	NHEMBO'E ; Enquanto o Encanto Permanece! Processos e Práticas de Escolarização nas Aldeias Guarani
2005	Universidade Federal Fluminense	Nobre, DB.	Escola Indígena Guarani no Rio de Janeiro na perspectiva da autonomia: sistematização de uma experiência de formação continuada
2005	Universidade Metodista de Piracicaba	Munerato, RVS.	Política de formação de professores em serviço: limites e possibilidades de um programa em parceria
2006	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Collet, CLC.	Ritos de Civilização e Cultura: a Escola Bakairi
2006	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Paladino, M.	Estudar e Experimentar na Cidade: Trajetórias Sociais, Escolarização e Experiência Urbana entre "jovens" Indígenas Ticuna, Amazonas
2006	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Sánchez, J.	Currículo Intercultural: A arte como sistema simbólico cultural na escola de branco - Um estudo a partir da arte na educação escolar, na aldeia Tupi-Guarani de Piaçaguera
2006	Universidade de São Paulo	Ribeiro, JPM.	Etnomatemática e formação de professores indígenas: um encontro necessário em meio ao diálogo intercultural
2006	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Araraquara	Carvalho, MA.	Palavra e terra: princípios de uma pedagogia Guarani*

*Continua

Teses sobre o tema Educação Escolar Indígena - 1980 a 2017			
ANO	INSTITUIÇÃO	AUTOR(A)	TÍTULO
2006	Universidade Federal de Santa Catarina	Faustino, RC.	Política Educacional nos anos 90: o multiculturalismo e a interculturalidade na educação escolar indígena
2007	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Cardoso, WTO.	Céu dos Tukano na Escola Yupuri - construindo um calendário dinâmico
2007	Universidade de Brasília	Alves, JP.	Em busca da cidadania: Escolarização e reconhecimento de identidades indígenas em dois países Americanos (Brasil e México)
2007	Universidade Estadual de Campinas	Albuquerque, JG.	Educação escolar indígena: do panóptico a um espaço possível de subjetivação na resistência
2007	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"	Perrelli, MAS.	Tornando-me professora de ciências com alunos indígenas Kaiowá e Guarani
2008	Universidade de São Paulo	Grupioni, LDB.	Olhar longe, porque o futuro é longe - Cultura, escola e professores indígenas no Brasil
2008	Universidade de São Paulo	Silva, AA.	Em busca do diálogo entre duas formas distintas de conhecimentos matemáticos
2008	Universidade Estadual de Campinas	Nincao, OS.	Koho Yoko Havovo/O Tuiuiu e o Sapo: biletamento, identidade e política linguística na formação continuada de professores Terena
2009	Universidade de São Paulo	Maciel, LTL.	Corpos, culturas e alteridade em fronteiras: educação escolar e prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e da Aids entre indígenas da Reserva Kadiwéu, MS-Brasil
2009	Universidade Estadual de Campinas	Neto, MG.	As representações dos Tapirapé sobre sua escola e as línguas faladas na aldeia: implicações para a formação de professores
2009	Universidade Federal do Ceará	Barroso, LSL.	Âzê Sikutōri - para não esquecer - Entre a oralidade e o aprendizado da escrita
2009	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Nascimento, RG.	Rituais de resistência: experiência pedagógica Tapeba
2010	Universidade de São Paulo	Leme, HAS.	Formação Superior de Professores Indígenas de Matemática em Mato Grosso do Sul: acesso, permanência e desistência
2010	Universidade de São Paulo	Junior, HAP.	Etnogeografia: reflexões sobre a educação escolar, a espacialização e a territorialização do povo Xakriabá no norte de Minas Gerais
2010	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Souza, HC.	Ensino superior e povos indígenas no Brasil
2010	Universidade Federal de São Carlos	Buratto, LG.	Prevenção de deficiência: programa de formação para professores Kaingang na terra indígena Ivaí-Paraná
2011	Universidade de São Paulo	Santos, LA.	Modos de escrever= tradição oral, letramento e segunda língua na educação escolar wajãpi
2011	Universidade de São Paulo	Bendazzoli, S.	Políticas Públicas de Educação Escolar Indígena e a Formação de professores Ticunas no Alto Solimões/AM
2011	Pontifícia Universidade Católica de Campinas	Amarante, WM.	Criatividade na educação indígena: análise de material curricular em São Paulo
2011	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Cardoso, WD.	A história da educação escolar para o Terena: origem e desenvolvimento do ensino médio na aldeia Limão Verde*
*Continua			

Teses sobre o tema Educação Escolar Indígena - 1980 a 2017			
ANO	INSTITUIÇÃO	AUTOR(A)	TÍTULO
2011	Universidade de Brasília	Luciano, GJS.	Educação para manejo e domesticação do mundo entre a escola ideal e a escola real: os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro
2011	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Pedrosa, NB.	Comunidade de formação e prática pedagógica indígena: inclusão digital e identidade cultural
2011	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Secin, VKAV.	Ortópica, oralidade e o letramento: estudo descritivo e comparativo da visão binocular dos indígenas Guarani Mbya da aldeia Sapukai
2011	Universidade Federal de Santa Catarina	Bernardi, LTMS.	Formação continuada em matemática do professor indígena Kaingang: enfrentamentos na busca de um projeto educativo
2011	Universidade Estadual Paulista	Venere, MR.	Projeto Açai: uma contribuição à formação dos professores indígenas no Estado de Rondônia
2012	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Brito, EM.	A educação Karipuna do Amapá no contexto da educação escolar indígena diferenciada na Aldeia do Espírito Santo
2012	Universidade Estadual de Maringá	Walker, MR.	Identidade Puyanawa e a escola indígena
2012	Universidade Federal de Goiás	Paula, ED.	Eventos da fala entre os Apyãwa (Tapirapé) na perspectiva da etnossintaxe: singularidades em textos orais e escritos
2012	Universidade Federal de Santa Catarina	Orço, CL.	Educação intercultural e a desconstrução da subalternidade indígena Kaingang
2012	Universidade Metodista de Piracicaba	Barros, JLC.	Brincadeiras e relações interculturais na escola indígena: um estudo de caso na etnia Sateré-Mawé
2013	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Silva, ALG.	Interdisciplinaridade na Temática Indígena: aspectos teóricos e práticos da educação arte e cultura
2013	Universidade Federal de Minas Gerais	Pereira, VM.	A circulação da cultura na escola indígena Xakriabá
2013	Universidade Federal de São Carlos	Novais, SNS.	Prática social de ressignificação da educação escolar indígena: compreendendo os processos educativos do cotidiano Terena do município de Aquidauana MS
2013	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Oliveira, S.	O saber/fazer/ser e conviver dos educadores indígenas Apinayé: algumas reflexões no campo da Teoria da Complexidade e da Etnomatemática
2013	Universidade Estadual de Campinas	Medeiros, IA.	Ecologia de saberes?: um estudo da experiência de interação da universidade com o movimento indígena
2013	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	Matos, MB.	As culturas indígenas e a gestão das escolas da Comunidade Guariba, RR: uma etnografia
2013	Universidade de São Paulo	Abbonizio, ACO.	Educação escolar indígena como inovação educacional: a escola e as aspirações de futuro das comunidades
2013	Universidade de Brasília	Paz, AAMA.	Indianizar para descolonizar a universidade: itinerâncias políticas, éticas e epistemológicas com os estudantes indígenas da Universidade de Brasília
2014	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Castorino, AB.	Trajetórias de estudantes universitários (as) indígenas*

*Continua

Teses sobre o tema Educação Escolar Indígena - 1980 a 2017			
ANO	INSTITUIÇÃO	AUTOR(A)	TÍTULO
2014	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Jesus, NT.	Audiovisual na Escola Terena Lutuma Dias: educação indígena diferenciada e as mídias
2014	Universidade Estadual de Maringá	Novak, MSJ.	Os Organismos Internacionais, a Educação Superior para Indígenas nos anos de 1990 e a Experiência do Paraná: Estudo das Ações da Universidade Estadual de Maringá
2014	Universidade Federal do Ceará	Lima, DMA.	Educação ambiental dialógica e descolonialidade com crianças indígenas Tremembé: vinculação afetiva pessoa-ambiente na escola Maria Venância
2014	Universidade Federal do Espírito Santo	Marcelino, OT.	Educação escolar Tupinikim e Guarani: Experiências de interculturalidade em aldeias de Aracruz, no estado do Espírito Santo
2014	Universidade Federal de Minas Gerais	Souza, LA.	Bakaru na comunidade indígena Bororo da Aldeia Central de Tadarimana, em Rondonópolis-Mato Grosso: conceitos e manifestações
2014	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Ferreira, WAA.	Educação escolar indígena na terra indígena Apiaká-Kayabi-em Juara-MT: resistências e desafios
2014	Universidade Federal de Uberlândia	Bastos, CMC.	Educação Escolar Indígena na região do Uaçá no Município de Oiapoque/AP (1964-1985)
2014	Universidade de São Paulo	Testa, AQ.	Caminhos de saberes Guarani Mbya: modos de criar, crescer e comunicar
2014	Universidade Federal de Pernambuco	Monteiro, EB.	A temática indígena em culturas escolares e entre interculturalidades: análise de contextos e experiências no sertão do submédio São Francisco, Brasil
2015	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Nogueira, EML.	Currículo e diversidade cultural indígena no Amazonas: representações da Escola Tenharin em Humaitá e Manicoré
2015	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Alves, LAS.	Educação escolar indígena na Ilha da Cotinga em Paranaguá e sua relação com a liberdade cultural-sócio religiosa-do povo Mbyá-Guarani
2015	Universidade Católica Dom Bosco	Scaramuzza, GF.	Pesquisando com Zacarias Kapiaar’’: concepções de professores/a indígenas Ikolen (Gavião) de Rondônia sobre a escola
2015	Universidade Federal do Pará	Marra, MLMP.	Escola itinerante: uma experiência de formação de professores indígenas no estado do Pará, Brasil
2015	Universidade Federal do Paraná	Silva, JAC.	Políticas Públicas de Educação Escolar Indígena do Acre
2015	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Holanda, FCC.	Interculturalidade e políticas públicas: desafios da educação escolar na Terra Indígena Raposa Serra do Sol
2015	Universidade Federal de São Carlos	Santana, JVJ.	A letra é a mesma, mas a cultura é diferente’’: A escola dos Tupinambá de Olivença
2015	Universidade Federal do Tocantins	Araujo, MAA.	Eventos de Interação nos Rituais Krahô(Jê): contribuições para o ensino bilíngue na Aldeia Manoel Alves Pequeno
2015	Universidade Federal do Amazonas	Santos, JV.	Identidade docente e formação de professores Macuxi: do imaginário negativo à afirmação identitária na contemporaneidade*

*Continua

Teses sobre o tema Educação Escolar Indígena - 1980 a 2017			
ANO	INSTITUIÇÃO	AUTOR(A)	TÍTULO
2015	Universidade de Brasília	Lopes, LFB.	Território sem descanso: o desafio da construção de uma escola indígena para os Guarani Mbyá de Yakã Porã no contexto do labirinto de imaginários de um processo de licenciamento ambiental
2016	Universidade Estadual de Campinas	Rodrigues, GCL.	Surara Borari, Surara Arapium: a educação escolar no processo de reafirmação étnica dos Borari e Arapium da terra indígena Maró
2016	Universidade Estadual de Campinas	Monteiro, HSR.	O ensino de matemática na Educação Escolar Indígena:(im) possibilidades de tradução
2016	Universidade Estadual de Campinas	Saneto, JG	Educação física NA/DA escola indígena: apropriações e ressignificações numa aldeia Bororo
2016	Universidade de São Paulo	Silva, JM.	Avaliação da aprendizagem nas representações de licenciados indígenas, professores em exercício na educação básica, em São Gabriel da Cachoeira-AM
2016	Universidade Federal do Tocantins	Witembergue, GZ.	Educação Escolar Apinayé: Tradição oral, Interculturalidade e Bilinguismo
2016	Universidade Federal da Grande Dourados	Knapp, C.	O ensino bilíngue e educação escolar indígena para os Guarani e Kaiowá de Mato Grosso do Sul
2016	Universidade Federal do Amazonas	Silva, AR.	Concepções e práticas de Educação Escolar Indígena: institucionalidade, estado da arte e escolarização dos Tikuna no Alto Solimões, Amazonas
2016	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Danielle, BL.	A negociação do que é sem mal: currículo, cosmologia e diferença entre os Mbyá (Guarani)
2016	Universidade Estadual de Maringá	Menezes, MCB.	A educação escolar indígena e o processo de alfabetização enquanto apropriação da linguagem escrita
2016	Universidade Católica Dom Bosco	Calderoni, VAMO.	Professores indígenas e educação superior: traduções e negociações na escola indígena Nandajara da aldeia Te'Yikue, Caarapó/MS
2016	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Valentini, AA.	História e cultura indígena nas licenciaturas em História: USP, UNESP/FCL-Assis
2017	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Julião, GB.	Prática pedagógica diferenciada, crítica e libertadora: uma experiência em curso na Licenciatura Intercultural da Universidade Federal de Roraima pela superação do currículo integracionista
2017	Universidade Federal do Amazonas	Freitas, MAB.	Insikiran: da política indígena à institucionalização da educação superior
2017	Universidade Federal de Santa Catarina	Guerola, CM.	"Se nós não fosse guerreiro nós não existia mais aqui": ensino-aprendizagem de línguas para fortalecimento da luta Guarani, Kaingang e Laklãnō-Xokleng
2017	Universidade de Brasília	Lisboa, JFK.	Acadêmicos indígenas em Roraima e a construção da interculturalidade indígena na universidade: entre a formação e a transformação
2017	Universidade Estadual Paulista	Bettioli, CA.	A formação de professores indígenas na Universidade do Estado do Amazonas: avanços e desafios

Anexo II

Dissertações sobre o tema Educação Escolar Indígena - 1980 a 2017			
ANO	INSTITUIÇÃO	AUTOR(A)	TÍTULO
1981	Universidade de Brasília	Assis, EC.	Escola indígena, uma "frente ideológica"?
1990	Universidade de Brasília	Cunha, LOP.	A política indigenista no Brasil: as escolas mantidas pela FUNAI
1990	Universidade Estadual de Campinas	Maher, TJM.	Já que é preciso falar com os doutores de Brasília... Subsídios para o planejamento de um curso de português oral em contexto indígena
1992	Universidade de São Paulo	Ferreira, MKL.	Da Origem dos homens à conquista da escrita: um estudo sobre povos indígenas e educação escolar no Brasil
1993	Universidade Federal do Amazonas	Souza, CMR.	A representação do Índio no Livro Didático de 1º grau no Amazonas
1994	Universidade Federal Fluminense	Monte, NL.	A construção de currículos indígenas nos diários de classe: estudo do caso Kaxinawá/Acre
1994	Universidade Federal de Mato Grosso	Leite, AGO.	Educação indígena Ticuna: livro didático e identidade étnica
1995	Universidade Estadual de Campinas	Mendes, JR.	Descompassos na interação professor-aluno na aula de matemática em contexto indígena
1995	Universidade Federal de Santa Maria	Carvalho, RF.	Subsídios para a compreensão da educação escolar indígena Terena do Mato Grosso do Sul
1995	Universidade Federal de Pernambuco	Freitas, DBAP.	Bilinguismo do grupo Arara (Pano) do Acre. Sugestões para alfabetização na língua indígena
1995	Universidade Federal de Goiás	Silva, MSP.	A situação sociolinguística dos Karajás de Santa Isabel do Morro e Fontoura: uma abordagem funcionalista
1995	Universidade Federal de Mato Grosso	Silva, TF.	Educação escolar para os Xavante de Sangradouro
1996	Universidade Federal da Bahia	Guimarães, FAM.	Vi-uata-in (união de todos): uma proposta alternativa no ensino da temática indígena na sala de aula
1996	Universidade Federal da Bahia	Cortês, CN.	A educação é como o vento: os Kiriri por uma educação pluricultural
1996	Universidade de Brasília	Guimarães, SMG.	A aquisição da escrita e a diversidade cultural: a prática dos professores Xerente
1996	Universidade Federal do Mato Grosso	Taukane, DY.	Educação escolar entre os Kurâ-Bakairi
1996	Universidade Católica Dom Bosco	Carvalho, IM.	Professor indígena: um educador do índio ou um índio educador?
1996	Universidade Estadual de Campinas	Vencio, E.	Cartas entre os Jarawara: um estudo da apropriação da escrita
1997	Universidade Católica Dom Bosco	Doreto, G.	A educação e os conflitos econômicos e políticos: a luta para a preservação cultural do povo Guarani
1997	Universidade Católica Dom Bosco	Fernandes Jr, JR.	Da aldeia do campo para a aldeia da cidade: implicações sócio-econômicas e educacionais no êxodo dos índios Terena para o perímetro urbano de Campo Grande, MS
1997	Universidade Estadual de Campinas	Silveira, DMF.	Escola da aldeia: rumo a uma educação diferenciada
1997	Universidade Estadual de Campinas	Scandiuzzi, PP.	A dinâmica da contagem de Lahatua Otomo e suas implicações educacionais: uma pesquisa em etnomatemática*

*Continua

Dissertações sobre o tema Educação Escolar Indígena - 1980 a 2017			
ANO	INSTITUIÇÃO	AUTOR(A)	TÍTULO
1997	Universidade Federal do Mato Grosso	Isaac, PAM.	Educação escolar indígena Bóe-Bororo: alternativa e resistência em Tadarimana
1997	Universidade de São Paulo	Pereira, AMNM.	A sociedade das crianças A'uwê-Xavante: por uma antropologia da criança
1997	Universidade Federal de Goiás	Leitão, RM.	Educação e tradição: o significado da educação escolar para o povo Karajá de Santa Isabel do Morro, Ilha do Bananal-TO
1997	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Souza, HC.	Entre a aldeia e a cidade: educação Paresí
1998	Universidade Federal do Espírito Santo	Vieira, CH.	Nas sendas da modernidade: educação, modernização e comunidades autóctones na história do Espírito Santo
1998	Universidade Estadual de Campinas	Borges, PHP.	Ymã, ano mil e quinhentos: escolarização e historicidade Guarani Mbya na aldeia de Sapukai
1998	Universidade Católica Dom Bosco	Mangolim, O.	Da escola que o branco faz à escola que o índio necessita e quer: uma educação indígena de qualidade
1998	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Dalmolin, GF.	A educação escolar nas comunidades indígenas
1999	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Cavalcanti, RAS.	Presente de branco, presente de grego? Escola e escrita em comunidades indígenas do Brasil central
1999	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Albuquerque, MSC.	A educação física na escola indígena: limites e possibilidades
1999	Universidade Federal do Mato Grosso	Aguilera, AH.	Mano: Currículo e Cultura na escola Indígena Bororo
1999	Universidade Federal do Mato Grosso	Mata, TGN.	Os professores indígenas e o processo de educação escolar dos Xavante de São Marcos
1999	Universidade de Brasília	Bonin, IT.	Encontro das águas: educação e escola no dinamismo da vida Kambeba
1999	Universidade Federal de Goiás	Albuquerque, FE.	Contato dos Apinayé de Riachinho e Bonito com o português: aspectos da situação sociolingüística
1999	Universidade Federal de Santa Catarina	Oliveira, SM.	Formação de professores indígenas bilíngues: a experiência Kaingang
1999	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/São Paulo	Amancio, CN.	Os Kanhgag da bacia do Tibagi: um estudo etnomatemático em comunidades indígenas
2000	Universidade de São Paulo	Cohn, C.	A criança indígena: a concepção Xikrin de infância e aprendizado
2000	Universidade de São Paulo	Paiva, JO.	O silêncio da escola e os Uru-Eu-Wau-Wau do Alto Jamari
2000	Universidade de São Paulo	Silva, AC.	Versões didáticas da história Indígena (1870-1950)
2000	Universidade de São Paulo	Macedo, SLS.	Jovina, Cacique, professor e presidente: as relações entre o conselho Apiria e os cursos de Formação de professores Waiãpi
2000	Universidade Federal do Espírito Santo	Cota, MG.	Educação Escolar Indígena: A Construção de uma Educação Diferenciada e Específica, Intercultural e Bilingüe entre os Tupinikim do Espírito Santo
2000	Universidade Federal de Pernambuco	Silva, V.	Mbokuaxian: uma leitura etnográfica da escola Amondava*

*Continua

Dissertações sobre o tema Educação Escolar Indígena - 1980 a 2017			
ANO	INSTITUIÇÃO	AUTOR(A)	TÍTULO
2000	Universidade Federal do Ceará	Aires, JMMP.	A escola entre os índios Tapeba: o currículo num contexto de etnogênese
2000	Universidade Federal do Amazonas	Melo, MAS.	Metamorfoses do saber Macuxi/Wapichana: memória e identidade
2000	Universidade Federal do Goiás	Sousa, SMF.	Aquisição do português oral pela criança Xerente
2001	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Collet, C.	Quero Progresso sendo Índio: o princípio da interculturalidade na educação escolar indígena
2001	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Paladino, M.	"Educação Escolar Indígena no Brasil Contemporâneo: Entre a 'revitalização cultural' e a desintegração do modo de ser tradicional"
2001	Universidade Federal de Goiás	Dias, PE.	Os Tapirapé e a escrita: indícios de uma relação singular
2001	Universidade Federal de Goiás	Paula, LG.	Mudanças de código em eventos de fala na língua Tapirapé durante interações entre crianças
2001	Universidade Federal de Uberlândia	Pieruccini, IS.	A educação escolar indígena nos aldeamentos Guarani do Estado do Paraná, Brasil
2001	Universidade Metodista de Piracicaba	Dias, ALB.	Educação e Cultura Brasileira: Um Estudo sobre o Teatro Anchieta
2001	Universidade Federal do Ceará	Ferreira, MLF.	A passos de meninos: uma análise da política educacional indigenista
2001	Universidade Estadual de Maringá	Rodrigues, IC.	A Temática Indígena nos Livros Didáticos de História do Brasil para o Ensino Fundamental - 5ª a 8ª séries
2001	Universidade Federal da Bahia	Souza, ACG.	Escola e Reafirmação Étnica: O Caso dos Pataxó de Barra Velha, Bahia
2001	Universidade Braz Cubas	Damy, ASA.	O projeto republicano e a educação dos povos indígenas no Brasil meridional
2002	Universidade Estadual de Londrina	Guedes, AP.	Aspectos do Processo de Ensino-Aprendizagem do Português como segunda língua na Escola Indígena Kaingang
2002	Universidade Federal da Bahia	Oliveira, AMF.	Ser Pataxó: Educação e Identidade Cultural
2002	Universidade Federal de Goiás	Nunes, MLO.	A Procura da Identidade Cedida: o caso Maurehi
2002	Universidade Federal de Pernambuco	Almeida, EA.	A Política da Educação Escolar Indígena: Limites e Possibilidades da Escola Indígena
2002	Universidade Federal de Uberlândia	Meirelles, LM.	Educação e Etnografia: a experiência do Museu do Índio da Universidade Federal de Uberlândia (1987-2000)
2002	Universidade Federal do Amazonas	Barbosa, VA.	Corporeidade na Educação Comunitária Indígena no Amazonas
2002	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Travessini, NP.	A Questão da Educação no Contexto da Modernidade e da Civilização Indígena
2002	Universidade Federal Fluminense	Bruno, PRA.	Estudo sobre a Educação entre os Ticuna do Alto Solimões: Movimentos Instituintes nas Escolas Públicas
2003	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Nincao, OS.	Representações de Professores Indígenas sobre o Ensino da Língua Terena na Escola
2003	Universidade Federal de Juiz de Fora	Costa, CM.	"Vamos brincar de índio?: Práticas e Representações sobre a temática indígena na escola"*

*Continua

Dissertações sobre o tema Educação Escolar Indígena - 1980 a 2017			
ANO	INSTITUIÇÃO	AUTOR(A)	TÍTULO
2003	Universidade Federal do Mato Grosso	Torres, MS.	Interculturalidade e educação: um olhar sobre as relações interétnicas entre alunos Iny Mahadu e a comunidade na Região do Araguaia
2003	Universidade Federal de Minas Gerais	Silva, M.	Índios civilizados e escolarizados em Minas Gerais no século XIX: a produção de uma outra condição de etnicidade
2003	Universidade Federal de Juiz de Fora	Costa, CM.	“Vamos brincar de índio?: Práticas e Representações sobre a temática indígena na escola”
2004	Universidade Federal do Amazonas	Souza, ASD.	Identidade, educação escolar indígena e bilingüismo na Aldeia Munduruku
2004	Universidade Federal do Amazonas	Stefani, G.	Educação e diálogo interétnico: ensaiando com o Yautí
2004	Universidade Federal do Amazonas	Albuquerque, LS.	As políticas públicas para a educação escolar indígena no Amazonas
2004	Universidade Federal de Pernambuco	Cavalcante, HE.	Reunindo as forças do Orurubá – a escola no projeto de sociedade do povo Xukurú
2004	Universidade Federal de Pernambuco	Santos, CEF.	Uma Escola para? “Formar Guerreiros” Professores e Professoras Indígenas e a Educação Escolar Indígena em Pernambuco
2004	Universidade Presbiteriana Mackenzie	Nascimento, AJF.	Bartolomeu de Las Casas – Cidadão Universal: uma questão de Alteridade com os Povos do Novo Mundo
2004	Universidade Presbiteriana Mackenzie	Grassi, LGI.	Arari'wa: Araribá e a Educação Escolar na Reserva Indígena de Avaí no Estado de SP
2004	Universidade Federal de Santa Catarina	Canete, RF.	Aprendendo a 'trancar' e a 'destrancar' Warok na escola indígena de Yakye-axa".
2004	Universidade Federal de Santa Catarina	Vieira, EE.	Simbolismo e reelaboração na cultura material dos Xokleng
2004	Universidade Estadual de Maringá	Pintinha, ME.	Catequese e Educação na Obra do Padre José de Anchieta
2004	Universidade Estadual de Maringá	Burato, LG.	Políticas públicas para a educação escolar indígena
2004	Pontifícia Universidade Católica de Goiás	Neto, JJ.	Jovens Tapuios do Carretão: Processos Educativos de Reconstrução de Identidade Indígena
2004	Universidade Católica Dom Bosco	Cardoso, WD.	A aldeia indígena de Limão Verde: escola, comunidade e desenvolvimento local
2004	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	Hoffmann, AA.	Karai'Nhe'e Katu: discussões em torno da escola em um comunidade Guarani
2004	Universidade Federal de Uberlândia	Escobar, AS.	Educação Indígena no Universo Xakriabá: Saberes, Cultura e História de Lutas na Vida e na Voz do seu Povo
2004	Universidade Federal do Pará	Gonçalves, RF.	Entre o discurso oficial e práticas efetivas: a educação escolar dos Tembé-Tenetebara do alto rio Gurupi/PA
2004	Universidade Federal do Paraná	Silva, LA.	Educação, Saúde e Trabalho no contexto do livro didático (Paraná, Séries iniciais, 1996-1997)
2004	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Silveira, SBM.	Deusas em preto e branco, uma experiência de educação popular
2004	Universidade Metodista de Piracicaba	Carvalho, RA.	Os missionários metodistas na região de Dourados e a educação indígena na Missão Evangélica Caiuá (1928-1944)*

*Continua

Dissertações sobre o tema Educação Escolar Indígena - 1980 a 2017			
ANO	INSTITUIÇÃO	AUTOR(A)	TÍTULO
2004	Universidade Federal de Mato Grosso	Angelo, FNP.	O processo de inclusão das escolas indígenas no sistema oficial de ensino de Mato Grosso: protagonismo indígena
2004	Fundação Getúlio Vargas/SP	Craveiro, SS.	Educação escolar e saúde indígena: uma análise comparativa das políticas nos níveis federal e local
2005	Universidade Federal do Amazonas	Santos, EF.	Contando histórias de formação de professores(as) Sateré-Mawé: um estudo a partir da experiência docente em áreas indígenas
2005	Universidade Federal do Amazonas	Cacral, RG.	Modos de educar: vida Munduruku e relação gente e natureza na aldeia Kwata/Borba/Amazonas
2005	Universidade Federal do Amazonas	Oliveira, LAA.	Os Programas de Educação Escolar Indígena no Alto Rio Negro - São Gabriel da Cachoeira/AM (1997-2003).
2005	Universidade de Brasília	Ferro, LRS.	Promo'e Ma'é – O mestre do conhecimento tradicional para descolonizar a escola indígena
2005	Universidade de Brasília	Prado, AP.	Letramento entre os Terena: Inserção ou Resistência?
2005	Universidade Federal do Espírito Santo	Neves, EBT.	Recursos didáticos: mediadores semiotizando o processo ensino-aprendizagem
2005	Universidade Federal do Espírito Santo	Marcilino, OT.	Uma abordagem étnomatemática no ensino e aprendizagem de Matemática nas aldeias Tupinikim e Guarani do Espírito Santo
2005	Universidade Regional de Blumenau	Costa, O.	Autonomia em Paulo Freire e a Educação Indígena
2005	Universidade Regional de Blumenau	Siegel, N.	A Ética, a partir da Reciprocidade e a Educação Informal do Povo Xokleng
2005	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Barão, VM.	A Escola Indígena e o Poder de Estado: Construção de uma Identidade Étnica entre os Mbyá Guarani
2005	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Ribeiro, FL.	Centro de Cultura Bororo: Reconstrução das Práticas de Ensino e Aprendizagem
2005	Universidade Braz Cubas	Damy, ASA.	O projeto republicano e a educação dos povos indígenas no Brasil meridional
2005	Universidade Católica Dom Bosco	Batista, TAS.	Luta por uma Escola Indígena em Te'Ykue Caarapó/MS
2005	Universidade de Passo Fundo	Both, II.	Índios e Colonos no Oeste Catarinense: Desafios para uma Educação Intercultural
2005	Universidade do Oeste Paulista	Oliveira, MCC.	A Formação do Professor de Educação Artística e a Cultura do Povo Terena
2005	Universidade Estadual de Maringá	Silva, IR.	Educação e Cultura: O Ensino da Língua Portuguesa em uma Comunidade Bilíngue Kaingang
2005	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Rio Claro	Rodrigues, RA.	As "ticas" de "Matema" dos Índios Kalapalo: Uma Interpretação de Estudos Etnográficos
2005	Universidade Federal de Mato Grosso	Ângelo, FNP.	O processo de inclusão das escolas indígenas no sistema oficial de ensino de Mato Grosso: protagonismo indígena
2005	Universidade Paulista	Volcov, PLG.	As etnias do alto Rio Negro e sua inclusão nas redes de comunicação digital a partir do Projeto TELEMAR Educação*

*Continua

Dissertações sobre o tema Educação Escolar Indígena - 1980 a 2017			
ANO	INSTITUIÇÃO	AUTOR(A)	TÍTULO
2005	Universidade Federal do Pará	Guedes, WMM.	"Línguas em contato no Oiapoque: as comunidades indígenas Karipuna"
2006	Universidade de São Paulo	Jesus, CL.	A etnomatemática das práticas cotidianas no contexto de formação de profissionais indígenas no Xingu
2006	Universidade de São Paulo	Carvalho, JN.	Mawa'aiaká. Escola de Resgate Cultural. A trajetória da escola entre os índios Kamaiurá, de 1976 a 2004
2006	Universidade de São Paulo	Domingues, KCM.	Interpretações do papel, valor e significado da formação do professor indígena do Estado de São Paulo
2006	Universidade Federal de Mato Grosso	Mendonça, TF.	Gestão escolar: interculturalidade e protagonismo na escola indígena Cadete Adugo Kuiare
2006	Universidade Federal de Mato Grosso	Both, SJ.	Da aldeia à cidade: o cotidiano de estudantes Paresi em escolas urbanas de Tangará da Serra-MT
2006	Universidade Católica Dom Bosco	Leal, LS.	Classes de Idade Xavante e a Educação Escolar: uma Contribuição Pedagógica
2006	Universidade Católica Dom Bosco	Candado, RAR.	O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas: Cultura e Conhecimento no Ensino de História
2006	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Herculano, EF.	As representações sobre meio ambiente de alunos da comunidade indígena Terena, da 3ª série do ensino Fundamental de MS
2006	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Silva, VA.	Noções de contagens e medidas utilizadas pelos Guarani na reserva indígena de Dourados - Um estudo etnomatemático
2006	Fundação Getúlio Vargas/SP	Oliveira, FM.	Dilemas da inclusão da diversidade étnica no federalismo brasileiro: As Perspectivas dos Povos Indígenas
2006	Universidade de Sorocaba	Pinto, RIC.	Os Jogos e as brincadeiras de rua pulando o muro das escolas públicas da cidade de Maués no Amazonas
2006	Universidade Federal da Grande Dourados	Troquez, MCC.	Professores Índios e Transformações Socioculturais em um Cenário Multiétnico: a Reserva Indígena de Dourados (1960-2005)
2006	Universidade Federal da Paraíba	Mariano, NRC.	A Representação sobre os índios nos livros didáticos de história do Brasil
2006	Universidade Federal de Santa Catarina	Vieira, IF.	Educação Escolar Indígena: as Vozes Guarani sobre a Escola na Aldeia
2006	Universidade Federal de São Carlos	Gobbi, I.	A temática indígena e a diversidade cultural nos livros didáticos de história: uma análise dos livros recomendados pelo programa nacional do livro didático
2006	Universidade Federal do Amazonas	Paiva, ITP.	Clima organizacional e cultura escolar: uma análise na Escola Estadual Almirante Tamandaré – comunidade Indígena Umariacu II – Município de Tabatinga
2006	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Nascimento, RG.	Consensos e Dissensos no Projeto de Formação Docente Tapeba, Pitaguary e Jenipapo-Kanindé
2006	Universidade Metodista de São Paulo	Alves, OF.	Formação e Atuação das Professoras Indígenas da Aldeia Piaçaguera*

*Continua

Dissertações sobre o tema Educação Escolar Indígena - 1980 a 2017			
ANO	INSTITUIÇÃO	AUTOR(A)	TÍTULO
2006	Universidade Regional de Blumenau	Markus, C.	Identidade Étnica e Educação Escolar Indígena
2006	Universidade São Marcos	Veronez, HTP.	As Escolas Indígenas das Aldeias de Cumuruxatiba (BA) e a Reconstrução da Identidade Cultural Pataxó
2006	Universidade Federal de Minas Gerais	Santos, MME.	Práticas instituintes de gestão das escolas Xacriabá
2006	Universidade do Oeste de Santa Catarina	Oliveira, SR.	Kamé e kairu: significando a dança Kaingáng no tempo e no espaço da educação indígena
2007	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Almeida, AC.	Consciência argumentativa entre as educadoras Tupinikim de Aracruz-ES que atuam nas primeiras quatro séries do ensino fundamental de escolas indígenas
2007	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Jesus, NC.	Formação continuada dos educadores indígenas Tupinikim: uma experiência a ser socializada
2007	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Ferreira, GV.	Educação Escolar Indígena: As práticas culturais indígenas na ação pedagógica da Escola Estadual Indígena São Miguel – Iauaretê (AM).
2007	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Abreu, MEV.	Professora Leolinda Daltro: uma proposta de catequese laica para os indígenas do Brasil 1895-1911
2007	Universidade Católica Dom Bosco	Neto, AA.	“A educação física escolar na escola municipal indígena Marcolino Lili”: Uma possibilidade de preservar a etnia
2007	Universidade Católica Dom Bosco	Rezende, JS.	Escola Indígena Municipal Utapinozona – Tuyuka e a Construção da Identidade Tuyuka
2007	Universidade Católica Dom Bosco	Soratto, M.	A Construção do Sentido da Escola para os Estudantes Indígenas do Ensino Médio da Reserva Francisco Horta Barbosa – Dourados/MS
2007	Universidade Federal de Santa Catarina	Limulja, HCLR.	“Uma etnografia da Escola Indígena Fen'Nó á luz da noção de corpo e das experiências das crianças Kaigang e Guarani.”
2007	Universidade Federal de Santa Catarina	Silva, LAS.	As Sociedades Indígenas no Entrecruzamento do Prescrito e do Vivido na Cultura Escolar
2007	Universidade Federal de Santa Catarina	Weber, C.	Tornar-se Professora, Xoklen/Laklãnõ: Escolarização, Ensino Superior e Identidade Étnica
2007	Universidade Federal do Amazonas	Marreiro, TLC.	Projeto Político-Pedagógico Étnico, Educação e Cultura Sateré-Mawé
2007	Universidade Federal do Amazonas	Bettiol, CA.	Educação Escolar e Práticas Comunitárias na Vida Apurinã: o fazer pedagógico na comunidade São João
2007	Universidade Federal do Amazonas	Oliveira, CFP.	Educação e Identidade Indígena: um estudo de caso sobre os limites e possibilidades da educação na (re) construção e reafirmação da identidade Mura
2007	Universidade Federal de Mato Grosso	Silva, SP.	Indigenismo alternativo: no compasso da educação intercultural entre os Kanamari do Médio Juruá-AM
2007	Universidade Federal de Mato Grosso	Lima, ASA.	Cosmologia educativa: a educação ambiental na vida dos Kaiabi do Xingu*

*Continua

Dissertações sobre o tema Educação Escolar Indígena - 1980 a 2017			
ANO	INSTITUIÇÃO	AUTOR(A)	TÍTULO
2007	Universidade Federal de Mato Grosso	Fernandes, DR.	A formação dos professores indígenas de Tadarimana compreendida como um rito de passagem
2007	Universidade Federal de Minas Gerais	Mendonça, AAN.	Práticas pedagógicas das aulas de matemática: um estudo exploratório nas escolas Xacriabá
2007	Universidade Federal de Minas Gerais	Pereira, CE.	Ações e significados na educação das crianças nas comunidades indígenas Xacriabá: a emergência da educação infantil
2007	Universidade Federal de Minas Gerais	Carvalho, LD.	Imagens da infância: brincadeira, brinquedo e cultura
2007	Universidade Federal do Espírito Santo	Magalhães, DR.	Concepções, crenças e atitudes dos educadores Tupinikim frente à Matemática
2007	Universidade Federal do Espírito Santo	Teao, KM.	Arandu renda reko: a vida da escola guarani mbya
2007	Universidade Federal do Ceará	Sousa, FA.	As crianças e suas relações com a "Escola Diferenciada dos Pitaguary"
2007	Universidade Federal do Ceará	Almeida, TCC.	Práticas pedagógicas em educação ambiental: a escola diferenciada de educação infantil e ensino fundamental Tapeba Conrado Teixeira
2007	Universidade Estadual de Campinas	Grijalva, DAG.	"Ri b'anikil, tinamit, rib'anikil winaq rech usuk'maxik rij ri saqamaq-tinamital pa we Paxil Kayalá. A etnia e o gênero na construção do Estado-Nação guatematelco
2007	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Rios, MC.	A formação pedagógica dos professores indígenas, do Estado de Rondônia
2007	Universidade de Brasília	Macena, JMO.	Isso é coisa de vocês": os índios Canela e a escola
2007	Universidade de São Paulo	Testa, AQ.	Palavra, sentido e memória: educação e escola nas lembranças dos Guarani Mbyá
2007	Universidade do Estado da Bahia	Santana, JVJ.	A produção dos discursos sobre cultura e religião no contexto da educação formal: o que pensam, querem os Kiriri de sua escola?
2007	Universidade Estadual de Londrina	Couto, CBD.	História da Implantação da Educação Escolar na Comunidade Indígena Nandeva-Guarani da Reserva Porto Lindo no Município de Japorã-MS
2007	Universidade Federal de Pernambuco	Barbalho, JIS.	Saberes da Prática: tempo, espaço e sujeitos da formação escolar entre professores/as indígenas do estado de Pernambuco
2007	Universidade Federal de Rondônia	Abrantes, CT.	Da Maloca à Escola: uma Análise da Prática Educativa e da Formação de Professores Indígenas do Povo Cinta Larga de Rondônia
2007	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Melo, EAP.	Investigação etnomatemática em contextos indígenas: caminhos para a reorientação da prática pedagógica
2007	Universidade São Marcos	Ucelli, ML.	Os Índios Tupiniquins e uma Prática Pedagógica Diferenciada em Aracruz, ES
2007	Universidade do Sul de Santa Catarina	Vandresen, L.	As representações indígenas na sala de aula do ensino fundamental: produção e circulação de sentidos
2007	Universidade Estadual de Maringá	Novak, MSJ.	Política de ação afirmativa: a inserção dos indígenas nas universidades públicas paranaenses*

*Continua

Dissertações sobre o tema Educação Escolar Indígena - 1980 a 2017			
ANO	INSTITUIÇÃO	AUTOR(A)	TÍTULO
2008	Universidade Católica Dom Bosco	Ferreira, FCD.	Representações sobre o meio ambiente, dos professores Terena que atuam de 1ª a 4ª série, na Aldeia Bananal, distrito de Taunay, município de Aquidauana, em Mato Grosso do Sul
2008	Universidade Católica Dom Bosco	Lima, EG.	A pedagogia terena e as crianças do PIN Nioaque: as relações entre família, comunidade e escola
2008	Universidade Católica Dom Bosco	Vieira, CMN.	“O que interessa saber de índio?”: Um Estudo das Manifestações de Alunos de Escolas de Campo Grande sobre as Populações Indígenas do Mato Grosso do Sul
2008	Universidade Católica Dom Bosco	Melchior, MN.	Watebremi Xavante: uma aproximação ao mundo da criança indígena
2008	Universidade Federal de Santa Catarina	Melo, CR.	Corpos que falam em silêncio: Escola, Corpo e Tempo entre os Guarani
2008	Universidade Federal de Santa Catarina	Belz, KC.	Educação escolar Kaingáng: do discurso oficial às práticas efetivas
2008	Universidade Federal de Santa Catarina	Giroletti, MFP.	Cultura Surda e Educação Escolar Kaingang
2008	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Almeida, NP.	Diversidade na Universidade: O BID e as políticas educacionais de inclusão étnico-racial no Brasil
2008	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Pugas, MCS.	Identidade nacional: sentidos negociados no currículo de História das séries iniciais do ensino fundamental
2008	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Paulino, MM.	Povos indígenas e ações afirmativas: o caso do Paraná
2008	Universidade Federal do Amazonas	Santos, LGV.	A Organização dos Professores Indígenas Mura: um estudo de suas origens e do papel por ela desempenhado no processo de transformação da realidade escolar mura no município de Autazes no período 1991-2007
2008	Universidade Federal do Amazonas	Melo, RFS.	A Universidade Federal do Amazonas e o acesso dos povos indígenas ao ensino superior: desafios da construção de uma política institucional
2008	Universidade Federal do Amazonas	Esteves, CD.	Prática Pedagógica e Construção de Identidade Sateré-Mawé: Escola Wenteru Ponte entre Passado e Presente
2008	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Cari, CD.	O currículo científico com o povo indígena Tupinikin: a tomada de consciência dos instrumentos socioculturais
2008	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Souza, FJ.	Casa e caminho no mito de origem Myky: por um currículo ética e esteticamente intercultural
2008	Universidade Federal de Rondônia	Lisboa, FT.	Pangyjej: a conquista da escola Zoró: o desenvolvimento e os índios: educação, cultura e cidadania
2008	Universidade Federal de Rondônia	Aula, JM.	Karo e ikólóéhj: escola e seus modos de vida
2008	Universidade de Passo Fundo	Orço, CL.	Educação indígena: fronteiras culturais e inclusão social-análise da terra indígena Xapecó
2008	Universidade Federal da Bahia	Batista, HS.	Bedzé wò hibatêdè – Conhecimentos ressonantes: Diálogos entre educação transdisciplinar e a práxis indígena*

*Continua

Dissertações sobre o tema Educação Escolar Indígena - 1980 a 2017			
ANO	INSTITUIÇÃO	AUTOR(A)	TÍTULO
2008	Universidade Federal de Alagoas	Júnior, GAS.	Política de Assimilação – Educação Escolar Indígena em AL a partir da Constituição de 88
2008	Universidade Federal de Mato Grosso	Torres, JSS.	Imagens de nós não indígenas negros e brancos; no olhar dos professores Iny-Karajá
2008	Universidade Federal de São Carlos	Cruz, EMR.	Percepções das crianças sobre currículo e relações étnico-raciais na escola: desafios, incertezas e possibilidades
2008	Universidade de São Paulo	Scaramuzzi, IAB.	De índios para índios: a escrita indígena da história
2008	Universidade do Oeste Paulista	Perius, S.	Formação de professores indígenas para atendimento à comunidade Guarani e Kaiowá do município de Amambai no estado do Mato Grosso do Sul
2008	Universidade Federal do Pará	Sousa, WL.	De retirantes a aldeias urbanas: parentesco, poder e educação entre os Mundurukú das Praias do índio e do Manguê em Itaituba - Pará
2009	Universidade Católica Dom Bosco	Silva, ACS.	Educação Escolar Indígena na Aldeia Bananal: Prática ou Utopia?
2009	Universidade Católica Dom Bosco	Cury, EC.	Ensino diferenciado na escola indígena “Tengatuí Marangatu”
2009	Universidade Católica Dom Bosco	Cruz, RPV.	Projeto Córrego Bandeira – Cultura, Jogo e Territorialidade
2009	Universidade Católica Dom Bosco	Antonio, N. L.	Raízes na língua: identidade e rede social de crianças Terena da escola bilíngue da aldeia bananal
2009	Universidade Católica Dom Bosco	Cruz, SF.	A Criança Terena: o Diálogo entre a Educação Indígena e a Educação Escolar na Aldeia Buriti
2009	Universidade Federal do Amazonas	Silva, AC.	Educação indígena Macuxi pelas ondas da FM Monte Roraima (2003-2008)
2009	Universidade Federal do Amazonas	Corrêa, ALMO.	A Trajetória de Vida de jovens estudantes Ye’Kuana na cidade de Boa Vista: desafios e perspectivas
2009	Universidade Federal do Amazonas	Aranha, ICF.	Artes como disciplina no currículo da escola indígena e na formação de seus(suas) professores(as)
2009	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Mota, ME.	Faz-se o caminho caminhando: reflexões sobre educação indígena
2009	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Ferreira, CT.	A educação nos aldeamentos indígenas da capitania de São Paulo no século XVIII (entre a expulsão Jesuíta e as reformas pombalinas)
2009	Universidade Federal do Maranhão	Almeida, MRM.	A construção do ser Canela: dinâmicas educacionais na aldeia Escalvado
2009	Universidade Federal do Maranhão	Lima, TV.	Educação indigenista e políticas públicas: o núcleo Insikiran de formação superior indígena em Roraima
2009	Fundação João Pinheiro (Escola de Governo)	Ribeiro, CPD.	Políticas Públicas: cultura e diversidade. Uma análise do Programa de Implantação de Escolas Indígenas de Minas Gerais a partir de escolas Maxakali
2009	Universidade Católica de Santos	Pires, FC.	A educação indígena no Brasil: legislação, políticas indigenistas e as escolas de Peruíbe
2009	Universidade de São Paulo	Nakashima, EY.	Reatando as pontas da rama: a inserção dos alunos da etnia indígena Pankararu em uma escola pública na cidade de São Paulo
2009	Universidade do Estado de Mato Grosso	Lima, SMS.	Mosaico de interculturalidade: aspectos sobre o direito indígena*

*Continua

Dissertações sobre o tema Educação Escolar Indígena - 1980 a 2017			
ANO	INSTITUIÇÃO	AUTOR(A)	TÍTULO
2009	Universidade Federal de Alagoas	Ferreira, GG.	A Educação dos Jiripancó: uma reflexão sobre a escola diferenciada dos povos indígenas de Alagoas
2009	Universidade Federal de Campina Grande	Macedo, CS.	O Índio como o outro. O desafio de construir uma identidade positiva a partir dos livros didáticos
2009	Universidade Federal de Santa Catarina	Rosa, H A.	A trajetória histórica da escola na comunidade Guarani de Massambu, Palhoça/SC - um campo de possibilidades
2009	Universidade Federal de São Carlos	Moraes, MB.	Discurso (s) do (s) Outro (s) na Imagem de si: um estudo discursivo dos textos didáticos destinados à formação de formadores indígenas
2009	Universidade Federal do Acre	Cunha, MEC.	Acre e a educação escolar indígena, intercultural, diferenciada e bilíngue
2009	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Sá, RR.	Nunca deixamos de ser índio: educação escolar e experiência na (da) cidade entre os Ramkokamekrá-kanela
2009	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	Amorim, GM.	A didática da matemática na formação do professor indígena: possibilidades de relação com a etnomatemática
2009	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Benites, T.	A escola na ótica dos Ava Kaiowá: impactos e interpretações indígenas
2010	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Valentini, AA.	Educação Escolar Indígena: a Escola Estadual Indígena Djekupé Amba Arandu (São Paulo - SP) e seus desafios para a construção de uma escola indígena de caráter diferenciado
2010	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Pereira, EF.	História da participação do Movimento indígena na constituição das “escolas indígenas” no município de Santa Isabel do Rio Negro-AM
2010	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Borsatto, FS.	Educação escolar indígena: construção curricular da Escola Estadual Indígena Krukutu
2010	Universidade Católica Dom Bosco	Fialho, CF.	O percurso histórico da língua e Cultura terena na aldeia ipegue/Aquidauana/ MS
2010	Universidade Católica Dom Bosco	Sobrinho, MLE.	Alfabetização na língua Terena: uma construção de sentido e significado
2010	Universidade Estadual de Campinas	Ramos, GRR.	O MEC e a Educação Escolar Indígena - Uma análise de alguns dos materiais de formação para professores indígenas
2010	Universidade Estadual de Campinas	Silva, BS.	Educação escolar indígena. Mas, o que é mesmo uma escola diferenciada? Trajetória, equívocos e possibilidades no contexto da EE Indígena Xucuru Kariri Warcanã, de Aruanã (Caldas, MG)
2010	Universidade de Brasília	Garcia, TA.	No Chão da Escola é Diferente? A Educação Escolar Indígena de Duas Comunidades Chiquitano na Fronteira Brasil/Bolívia
2010	Universidade do Estado do Amazonas	Nascimento, MRA.	Educação Intercultural e Ensino e Ciências: construção de conceitos em Ciências Naturais na Escola Indígena EIBC - Pamáli, no Alto Rio Negro
2010	Universidade Federal da Grande Dourados	Rosendo, AS.	Formação de Professores Indígenas: O Projeto do Curso Normal Superior Indígena da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-Unidade de Amambai-MS (2003-2006)*

*Continua

Dissertações sobre o tema Educação Escolar Indígena - 1980 a 2017			
ANO	INSTITUIÇÃO	AUTOR(A)	TÍTULO
2010	Universidade Federal do Pará	Fernandes, RF.	Educação Escolar Kyikatêjê: novos caminhos para aprender e ensinar
2010	Universidade Federal de Sergipe	Milhomem, MSFS.	As representações de gênero na formação de professores indígenas Xerente e expressão da violência
2010	Universidade Luterana do Brasil/Canoas	Souza, LAC.	Crianças Mbyá-Guarani: práticas pedagógicas e tecnologias de produção da pessoa
2011	Universidade Federal do Amazonas	Pinto, F F.	Licenciatura específica para formação de professores indígenas/turma Mura: um balanço dos dois primeiros anos do curso à luz das expectativas dos alunos
2011	Universidade Federal do Amazonas	Estácio, MAF.	As quotas para indígenas na Universidade do Estado do Amazonas
2011	Universidade Federal do Amazonas	Souza, JER.	As reformas da educação profissional e a diversidade cultural: um estudo de caso na Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira
2011	Universidade Federal do Amazonas	Diniz, LL.	Relações e trajetórias sociais de jovens Baniwa na Escola Pamáali no médio Rio Içana - Noroeste Amazônico
2011	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Orellana, ADAY.	Formação de professores indígenas em Rondônia: a interculturalidade e seus desafios
2011	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Juliao, GB.	Currículo como construção social em contexto de cidadania intercultural indígena
2011	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Lima, MS.	A educação escolar indígena no Alto Xingu: o processo de escolarização dos Kalapalo da aldeia Aiha no período de 1994-2010
2011	Universidade Federal do Ceará	Pereira, CV.	Política de acesso e permanência para estudantes indígenas na universidade: avaliação da política de cotas da Universidade Federal do Tocantins (UFT).
2011	Universidade Federal do Ceará	Correia, SB.	Avaliação da Implementação da Política de Educação Escolar Indígena no Território Tapeba (CE)
2011	Universidade Federal de Mato Grosso	Strentzke, I.	Inajá, homem-natureza, geração e tucum: uma análise da proposta pedagógica de 1987 a 2000
2011	Universidade Federal de Mato Grosso	Silva, SJ.	Colônia indígena Thereza Christina e a educação ocidental
2011	Universidade Federal de Santa Catarina	Silva, SF.	Sistema de numeração dos Guarani: caminhos para a prática pedagógica
2011	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	Luckmann, S.	Educação escolar indígena na terra indígena Guarita: um olhar sobre a trajetória missionária indigenista da IECLB e COMIN
2011	Universidade Regional de Blumenau	Radeck, E.	Interculturalidade: um desafio para a educação escolar indígena
2011	Universidade Católica Dom Bosco	Calderoni, VAMO.	Nas tramas da igualdade e da diferença frente à alteridade dos alunos indígenas
2011	Universidade do Estado do Amazonas	Silva, TG.	Construção da canoa indígena: contribuições para o ensino da Matemática nos anos iniciais na escola da comunidade de Terra Preta no Baixo Rio Negro*

*Continua

Dissertações sobre o tema Educação Escolar Indígena - 1980 a 2017			
ANO	INSTITUIÇÃO	AUTOR(A)	TÍTULO
2011	Universidade do Estado da Bahia	Ferreira, SMM.	“A luta de um povo a partir da educação”: Escola Estadual Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro
2011	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Rio Claro	Sanchez, AIP.	Etnomatemática e Educação Própria
2011	Universidade Federal Fluminense	Martins, FAO.	A construção da escola indígena: possibilidades de formação educacional e a questão da identidade cultural dos Puyanawa
2011	Universidade Federal da Grande Dourados	Sá, MA.	O escolar indígena com deficiência visual na região da grande Dourados, MS: um estudo sobre a efetivação do direito à educação
2011	Universidade Federal de Rondônia	Fonseca, MG.	Casa de escrever no papeo: A escola Tuparí da terra indígena Rio Branco, Rondônia
2011	Universidade Federal de Santa Maria	Jesus, SC.	No campo da educação escolar indígena: uma etnografia sobre territorialidade, educação e infância na perspectiva Mbyá-Guarani
2011	Universidade Federal do Tocantins	Almeida, AS.	A educação escolar Apinayé na perspectiva bilíngue e intercultural: um estudo sociolinguístico das aldeias São José e Mariazinha
2011	Universidade de Brasília	Fernandez, CSC.	Aldeamento intelectual inserção de indígenas na educação profissional e tecnológica
2012	Universidade Estadual de Maringá	Araújo, R.	Educação Escolar e os Indígenas Xetá no Paraná: Uma abordagem da Teoria Histórico-Cultural
2012	Universidade Estadual de Maringá	Andrioli, LR.	Presença e significado da escola: estudo sobre a comunidade bilíngue Kaingang de Faxinal-PR
2012	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Porto, AM.	Um olhar discursivo sobre as representações de língua e linguagem dos professores terena
2012	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Monteiro, LB.	O determinante de gênero na produção textual de alunos do ensino médio de escolas indígenas aquidauanenses Campo Grande-MS 2012
2012	Universidade Federal do Pará	Quaresma, FJP.	Análise de livros didáticos do povo indígena Mebengokre
2012	Universidade Federal do Pará	Rodrigues, LMS.	Educação bilíngue em território Waiwai /aldeia Tawanã
2012	Universidade Federal de Pernambuco	Rodrigues, WV.	A escola como espaço de valorização e afirmação da identidade étnica Pankararu
2012	Universidade Federal de Pernambuco	Silva, ACO.	Diversidades Etnicorraciais e a Política Educacional de Pernambuco: A Inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena como Conteúdo Curricular
2012	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Ferreira, E.	A criação do Centro de Educação e Cultura Indígena (CECI) e a educação infantil indígena na aldeia Krukutu
2012	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Ribeiro, MF.	Formação de professores e temática indígena: uma história de hibridismo cultural
2012	Universidade Estadual do Maranhão	Pinto, RT.	Escola pra que? Perspectivas e possibilidades: um olhar sobre a escola da Aldeia Januária, dos índios Tendehear (Guajajara) do Pindaré
2012	Universidade Federal do Amazonas	Santos, JN.	Educação escolar indígena no município de Manaus (2005-2011)*

*Continua

Dissertações sobre o tema Educação Escolar Indígena - 1980 a 2017			
ANO	INSTITUIÇÃO	AUTOR(A)	TÍTULO
2012	Universidade Federal do Maranhão	Silva, IMO.	Os cursos de magistério indígena do estado do Maranhão e as implicações na formação dos professores Krikati numa perspectiva específica e diferenciada
2012	Universidade Federal de Rondônia	Costa, RA.	Políticas públicas de acesso e permanência de indígenas no ensino superior em Rondônia
2012	Universidade Federal de Santa Catarina	Guerola, CM.	"Às vezes tem pessoas que não querem nem ouvir, que não dão direito de falar pro indígena": A reconstrução intercultural dos direitos humanos linguísticos na escola Itaty da aldeia guarani do Morro dos Cavalos
2012	Universidade de Brasília	Fialho, MHSS.	Do Araguaia ao Planalto: Uma Auto-análise da Gestão de Políticas Públicas em Educação Escolar Indígena
2012	Universidade do Estado da Bahia	Santos, JP.	Leituras e leitores: as práticas de leitura dos professores indígenas Kiriri Cantagalo
2012	Universidade Anhanguera de São Paulo	Ribeiro, GA.	Etnomatemática: situações, problemas e práticas pedagógicas na realidade do sistema educacional Macuxi em Roraima
2013	Universidade Federal do Amazonas	Ramos, LS.	A mulher indígena no processo de formação social e cultural da comunidade e a construção de propostas curriculares para a escola na comunidade indígena Araçá da Serra /T.I. Raposa Serra do Sol
2013	Universidade Federal do Amazonas	Pereira, JR.	Tessituras da cultura corporal em uma escola indígena do Alto Rio Negro no estado do Amazonas
2013	Universidade Federal do Amazonas	Neto, JV.	Educação escolar indígena mura: por entre práticas docentes e o projeto político-pedagógico
2013	Universidade Federal do Amazonas	Cunha, PN.	A inserção da cultura indígena no currículo da escola na comunidade Canaunim: um instrumento de resistência cultural ou um novo instrumento de dominação cultural?
2013	Universidade Federal da Grande Dourados	Oliveira, EA.	História dos Terena da Aldeia Buriti: memória, rituais, educação e luta pela terra
2013	Universidade Federal da Grande Dourados	Silva, MG.	Um olhar discursivo sobre alunos indígenas de Dourados/MS: segregação e resistência
2013	Universidade de Brasília	Ferreira, TB.	Terminologia em língua indígena: a construção do dicionário escolar Português-Mundurukú na área do Magistério
2013	Universidade de Brasília	Deluci, LASM.	Ti'a roptsimani'õ: os Auwe Marãiwatsédé tecem saberes para a construção de uma proposta curricular intercultural
2013	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Silva, RG.	Silva, Reginaldo Gomes da. Do povo indígena, pelo povo indígena, para o povo indígena: na fronteira da Escola Indígena Karipuna e Galibi-Marworno, no município de Oiapoque (1975-2010)
2013	Universidade Católica Dom Bosco	Souza, T.	Educação Escolar Indígena e as políticas públicas no município de Dourados/MS (2001-2010)
2013	Universidade Estadual de Maringá	Mileski, KG.	A educação física na escola indígena: a cidadania e a emancipação indígena em questão*

*Continua

Dissertações sobre o tema Educação Escolar Indígena - 1980 a 2017			
ANO	INSTITUIÇÃO	AUTOR(A)	TÍTULO
2013	Universidade Federal do Ceará	Ribeiro, SHM.	Políticas afirmativas na UFC: desafios e conquistas da educação diferenciada no curso de Magistério Indígena Tremembé Superiorna Universidade Federal do Ceará: O caso do curso de Magistério Indígena Tremembé Superior – MITS
2013	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Silva, MX.	Um olhar discursivo sobre alunos indígenas de Dourados/MS: segregação e resistência
2013	Universidade Federal de Pernambuco	Prestes, LJA.	Educação e diversidade em contexto de interculturalidade: A importância da OPIRR para a consolidação da educação indígena diferenciada em Roraima /RR
2013	Universidade Federal do Paraná	Rocha, F.	A educação escolar no processo de subjetivação de universitários indígenas da UFPR
2013	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Sousa, FB.	Reterritorializando a educação escolar indígena: reflexões acerca dos territórios etnoeducacionais
2013	Universidade Federal de Roraima	Santos, RAP.	Entre o estrangeiro materno vozes no discurso de professores indígenas
2013	Universidade Federal de Santa Catarina	Mongelo, JV.	'Okoteveja Vy'a'. educação escolar indígena e educação indígena: contrastes, conflitos e necessidades
2013	Universidade Federal de Santa Maria	Maders, S.	Educação escolar indígena, intercultural e formação de professores (as) uma pesquisa a partir das proposições da biologia do amor e da biologia do conhecimento de Humberto Maturana
2013	Universidade Federal do Tocantins	Sousa, JG.	Educação escolar indígena Krahô da aldeia Manoel Alves: uma contribuição para o registro e manutenção do mito de Tyrkr
2014	Universidade Federal do Pará	Ives, NO.	Educação Infantil tentehar: encontro e (des) encontros no limiar de um diálogo intercultural
2014	Universidade Federal do Pará	Abreu, JV.	A implementação do direito à educação escolar indígena no município de Santarém no período de 2006 a 2012
2014	Universidade Federal do Pará	Araujo, AS.	A criança indígena nos estudos acadêmicos no Brasil: uma análise das produções científicas (2001-2012)
2014	Universidade Federal de Rondônia	Santos, MAS.	As políticas educacionais e seus impactos na educação indígena: um estudo nas comunidades pertencentes ao município de Guajará-Mirim/RO
2014	Universidade Federal de Rondônia	Alves, MIA.	Identidades indígenas: um olhar para o Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural de Rondônia
2014	Universidade Estadual de Maringá	Franco, ESN.	A matemática na educação indígena no Paraná: da política educacional diferenciada à universidade - uma contribuição da teoria histórico-cultural
2014	Universidade do Estado de Minas Gerais	Polese, NC.	Crianças indígenas da aldeia Canuanã (Formoso Do Araguaia - TO): relação entre cultura, infância e educação
2014	Universidade Federal de Alagoas	Pereira, JDS.	A Educação escolar indígena entre os Wassu-Cocal: algumas pistas sobre a concepção da educação escolar a partir de seus professores*

*Continua

Dissertações sobre o tema Educação Escolar Indígena - 1980 a 2017			
ANO	INSTITUIÇÃO	AUTOR(A)	TÍTULO
2014	Universidade Federal do Amazonas	Cabral, RG.	Territorialidade e condições de vida dos indígenas Cocama da comunidade Nova Esperança de Manaus/AM
2014	Universidade Federal da Bahia	Belo, ID.	(Re)tomando a escola: reflexões sobre educação escolar indígena entre os Pataxó Hãhãhãe
2014	Universidade Federal de Goiás	Sousa, CS.	A literatura infantil e a prática formativa na pré-escola: dialogando com questões étnico-raciais e a educação da criança indígena
2014	Universidade Federal da Grande Dourados	Souza, IRSC.	Ainda Não Sei Ler e Escrever”: um estudo sobre o processo de leitura e escrita nas escolas indígenas de Dourados, MS
2014	Universidade Federal do Maranhão	Silva, EJA.	O outro lado do espelho: representação do índio em livros didáticos
2014	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Gargioni, AAP.	Escrit(ur)a de si e alteridade do professor terena no espaço papel-tela
2014	Universidade Federal de Mato Grosso	Rodrigues, LS.	Xíxìhra Ikólóéhj: a criança na perspectiva da formação de professores indígenas Gavião
2014	Universidade Federal de Pernambuco	Espar, VTH.	Processo de estadualização da educação escolar indígena e desafios para um currículo intercultural
2014	Universidade Federal de Santa Catarina	Sufiatti, T.	O currículo de matemática como dispositivo na constituição do sujeito indígena Kaingang contemporâneo da terra indígena Xaçecó
2014	Universidade Federal de São Carlos	Santiago, AE.	Entre papéis, pessoas e perspectivas: etnografia da gestão da educação escolar indígena em Altamira-PA
2014	Universidade Federal do Tocantins	Santos, MA.	Contato de línguas: atitudes dos Krahô em relação ao bilinguismo e os empréstimos linguísticos do português
2015	Universidade Federal de Rondônia	Peres, JSD.	Autoria e performance nas narrativas míticas indígenas Amondawa
2015	Universidade Federal de Rondônia	Rodrigues, WISV.	A escola urbana e a inclusão de alunos indígenas: Os desafios do Currículo em Busca de um Diálogo Intercultural
2015	Universidade Federal de Rondônia	Oliveira, AD.	Escolarização indígena e identidade Puruborá: contribuições da escola para um povo resurgido/resistente na Amazônia
2015	Universidade Federal do Amazonas	Souza, JV.	Centro cultural Tikuna: práticas pedagógicas e identidade étnica no contexto urbano
2015	Universidade Federal do Amazonas	Furtado, LA.	A prática pedagógica intercultural do/a professor/a Munduruku Lucas Antunes Furtado Manaus-AM
2015	Universidade Federal do Amazonas	Lira, MJO.	Materiais didáticos e mediação do ensino-aprendizagem em escolas Sateré-Mawé
2015	Universidade Federal do Mato Grosso	Silva, MA.	Por uma cultura latino-américa da produção livre e associada. O povo Chiquitano e a experiência indígena no Brasil
2015	Universidade Federal do Mato Grosso	Adugoenau, FR.	Saberes e Fazeres Autóctones do povo Bororo: contribuições para a educação escolar intercultural Indígena
2015	Universidade Federal do Tocantins	Leite, MFP.	O ensino de L2 na escola indígena 19 de abril: uma análise sobre as políticas públicas e linguísticas na perspectiva dos Krahô da aldeia Manoel Alves*

*Continua

Dissertações sobre o tema Educação Escolar Indígena - 1980 a 2017			
ANO	INSTITUIÇÃO	AUTOR(A)	TÍTULO
2015	Universidade Federal do Tocantins	Macedo, AS.	Saberes tradicionais Krahô e educação escolar indígena: um diálogo possível na escola indígena 19 de abril
2015	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense	Silva, MFN.	Shanenawá - o povo do pássaro azul: as possibilidades de uma educação ambiental profunda
2015	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Santos, JD.	Saberes etnomatemáticos na formação de professores indígenas do curso de licenciatura intercultural na Amazônia
2015	Universidade Católica Dom Bosco	Farias, EB.	A criança indígena Terena da aldeia Buriti, em Mato Grosso do Sul: o primeiro contato escolar
2015	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Souza, IV.	Saberes velados: a prática educativa entre os professores indígenas Guarani no estado do Rio de Janeiro
2015	Universidade Federal do Acre	Silva, MRC.	Educação matemática no contexto escolar indígena: experiências de um processo formativo
2015	Universidade Federal do Ceará	Oliveira, RL.	O torém como lugar de memória e espaço de formação na educação escolar diferenciada indígena Tremembé
2015	Universidade Federal da Grande Dourados	Candado, R.	A recepção da constituinte escolar pelas escolas indígenas do município de Dourados-MS (2001 a 2003)
2015	Universidade Federal do Pará	Amador, AP.	A geometria das pinturas corporais e o ensino da geometria: um estudo da escola indígena Warara-Awa Assuriní, Tucuruí, PA
2015	Universidade Federal do Pernambuco	Silva, MP.	A temática indígena nos anos iniciais do ensino fundamental: um estudo das práticas curriculares docentes em Pesqueira/PE
2015	Universidade Federal de Sergipe	Santos, HMN.	O sistema de avaliação nacional e a educação escolar indígena: contrastando duas realidades a partir do ensino de ciências
2015	Universidade Estadual de Campinas	Castro, MZG.	Tecendo novos olhares para a educação escolar indígena: a escola diferenciada Huni Kuin na região do Breu e seus atores
2015	Universidade de Passo Fundo	Orço, CL.	Educação indígena: fronteiras culturais e inclusão social - análise da Terra Indígena Xaçecó
2016	Universidade Federal do Amazonas	Silva, MS.	Etnoconhecimentos na educação intercultural de índios urbanos Sateré-Mawé/AM
2016	Universidade Federal do Amazonas	Santos, LP.	“Nós somos Wapixana”: educação, política e protagonismo indígena (1979-2014)
2016	Universidade Federal do Amazonas	Fontes, TF.	Por uma geografia indígena: uma análise do ensino de geografia nas licenciaturas indígenas interculturais da Universidade Federal do Amazonas
2016	Universidade Federal do Amazonas	Rubim, MFS.	A educação escolar de indígenas Tikuna do Alto Solimões, Amazônia brasileira
2016	Universidade Federal da Grande Dourados	Alves, GP.	O protagonismo da escola pólo indígena Terena Alexina Rosa Figueredo, da aldeia Buriti, em Mato Grosso do Sul, no processo de retomada do território da terra indígena Buriti
2016	Universidade Federal da Grande Dourados	Silva, MG.	Identificação e avaliação funcional de crianças indígenas Kaiowá e Guarani com deficiência visual e paralisia cerebral de 0 a 5 anos*

*Continua

Dissertações sobre o tema Educação Escolar Indígena - 1980 a 2017			
ANO	INSTITUIÇÃO	AUTOR(A)	TÍTULO
2016	Universidade Federal da Grande Dourados	Silva, DM.	O ensino de Geografia na educação escolar indígena: reflexões com base na Escola Municipal Indígena Nandejara Poló em Caarapó (MS)
2016	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	Carvalho, CNP.	O ensino de ciências e a educação em saúde na escolarização dos Enawene Nawe no CEJA Alternativo de Juína, Mato Grosso, Brasil
2016	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	Luiz, D.	A prática pedagógica de professores Terena: o uso de “temas geradores” no processo de alfabetização
2016	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Silva, MC.	Kyringue Ivotyty, um sonho de João, o Vera Mirim
2016	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Martins, NJ.	Educação escolar indígena Guarani no estado do Rio de Janeiro: tensões e desafios na conquista de direitos
2016	Universidade Federal do Ceará	Albuquerque, GA.	Formação de uma burocracia indigenista: representações e processos na escolarização da educação indígena no Ceará (1995-2002)
2016	Universidade Federal do Maranhão	Silva, JMM.	“Casa de papel”: significados da escolarização Awá
2016	Universidade Federal do Mato Grosso	Prates, EL.	O ensino de arte na escola indígena Bororo Korogedo Paru da aldeia Córrego Grande - MT
2016	Universidade Federal do Pará	Souza, SB.	Educação e saberes culturais entre os indígenas Anambé na região do Tocantins, Pará
2016	Universidade Federal da Paraíba	Lopes, DPJS.	A Lei nº 11.645 /08 e a inclusão obrigatória da história e cultura indígena no currículo oficial: emergências e ausências no município de Marcação-Paraíba
2016	Universidade Federal de Rondônia	Silva, VB.	As tecnologias digitais na formação de professores indígenas do curso de licenciatura em educação básica intercultural da Fundação Universidade Federal de Rondônia
2016	Universidade Federal do Tocantins	Gomes, DR.	Mê Ixujarênh - ausência, presença e busca: o ensino de história na escola indígena Tekator do povo Panhĩ-Apinajé
2016	Universidade do Estado da Bahia	Florencio, RM.	Educação e letramento intercultural na aldeia de Assunção do povo Truká
2016	Universidade do Estado de Mato Grosso	Tsawewa, MTE.	Educação indígena procurando dialogar com a educação escolar indígena (rob'uiwedze e niha te rob'uiwê)
2016	Universidade Estadual de Campinas	Vasconcelos, BNM.	Modos de participação e apropriação da cultura: vida, escola e mídia na educação infantil do campo
2016	Universidade de São Paulo	Santos, DL.	Inovação educacional entre os Guarani Mbya da aldeia Tenonde Porã
2016	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Santos, CMSA.	O centro de educação e cultura indígena (CECI) da aldeia Tekoa Pyau (Jaraguá - São Paulo/SP): a cultura Guarani na escola de educação infantil e a atuação dos educadores indígenas
2017	Universidade de Brasília	Zaks, AJBF.	Narrativas de resistência: ensinamentos do caso Guarani e Kaiowá para uma educação ambiental intercultural
2017	Universidade de Brasília	Silva, NB.	Identities, voices and presences indigenous in the University of Brasília under the lens of discourse analysis*

*Continua

Dissertações sobre o tema Educação Escolar Indígena - 1980 a 2017			
ANO	INSTITUIÇÃO	AUTOR(A)	TÍTULO
2017	Universidade de São Paulo	Santos, DL.	Inovação educacional entre os Guarani Mbya da aldeia Tenonde Porã
2017	Universidade de São Paulo	Santos, EA.	Livros escolares diferenciados para indígenas
2017	Universidade Federal do Mato Grosso	Dias, P.	Educação intercultural e colonialidade: uma análise do currículo da aldeia-escola Zarup Wej da terra indígena Zoró
2017	Universidade Federal do Mato Grosso	Sanders, TOF.	O ritual de passagem contemporâneo do curso de licenciatura em educação básica intercultural em Rondônia
2017	Universidade Federal de Juiz de Fora	Vieira, ARL.	Território etnoeducacional Rio Negro: significações de uma política pública
2017	Universidade Federal de Juiz de Fora	Dato, BS.	Evasão e fracasso escolar de alunos de comunidades indígenas do Instituto Federal de Roraima/Campus Amajari: um estudo de caso
2017	Universidade Federal de São Carlos	Marqui, AR.	Relações entre infância, escola e religião: etnografia dos Baniwa do Médio Içana
2017	Universidade Federal de São Carlos	Corezomae, LF.	Educação escolar do povo indígena Balatiponé-Umutina: compreendendo processos educativos da escola Julá Paré
2017	Universidade do Estado de Santa Catarina	Meyer, AF.	Um click na Tekoá: elaboração de um site de produção de narrativas audiovisuais através de fontes Guarani
2017	Universidade Federal da Grande Dourados	Alves, VLA.	A educação infantil indígena em escola urbana do município de Itaporã, MS
2017	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Santos, DL.	Entre o discurso oficial e o discurso Kinikinau: representações de escola e território
2017	Universidade Federal da Paraíba	Silva, MAT.	Saberes docentes construídos na prática pedagógica de professores da EJA indígena potiguara na Baía da Traição – PB
2017	Universidade Federal de Rondônia	Santos, AFL.	O estado do conhecimento dos programas de pós-graduação 'stricto sensu' em Psicologia e Educação da Região Norte brasileira: aproximação e distanciamento com as questões indígenas
2017	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Mundoco, RO.	O bilinguismo como elemento de reafirmação da etnocultura na educação escolar da aldeia indígena - Tekerejarõtire
2017	Universidade Estadual do Mato Grosso	Arruda, SF.	Mbyp Panderéj: infância, educação e brincadeiras nas aldeias indígenas Cinta Larga
2017	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Marília	Silva, FB.	Política nacional de saúde indígena e educação escolar indígena: uma análise de contingências
2017	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	Maldaner, MP.	Educação e cultura indígena Guarani: práticas educacionais no colégio estadual indígena Teko Nemoingo, Tekohá Ocoy